

GUSTAVO CORÇÃO

DEZ ANOS

AGIR



**Falam críticos holandeses:**

"Se a editora não nos tivesse dado alguns dados biográficos de Corção, teríamos imaginado uma espécie de Papini brasileiro, atilado espírito, interessado em problemas escatológicos, ávido de saber o mais possível as coisas da vida. Tudo lhe inspira uma observação. Lembra às vezes Chesterton pela escolha dos problemas e pelo modo de resolvê-los, partindo do absurdo. Moraliza do particular para o universal, do concreto para o metafísico". (*Paul Haimon*)

"Eis um livro que está à margem da habitual produção de romances. A linguagem tem expressão poética e plástica e, o que é mais importante, revela um espírito de uma agudez quase alucinante. Analisa homens e coisas, como um bisturi corta as mais finas fibras, numa linguagem às vezes sarcástica e caricatural". (*De Bazuin*)

**G. Corção foi traduzido em:**

Holandês — "Lições de Abismo".

Alemão — "Lições de Abismo".

Inglês — "A Descoberta do Outro".

Espanhol — "A Descoberta do Outro", além de uma edição feita em Portugal de *A Descoberta do Outro*.

70

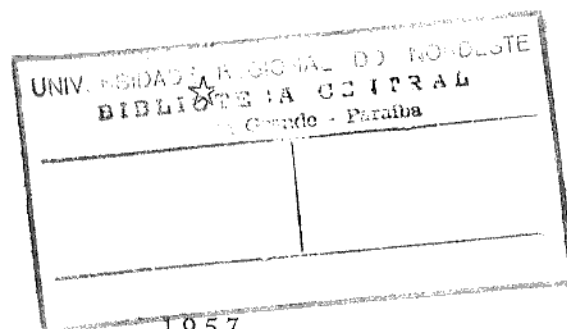
DEZ ANOS

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE	
BIBLIOTECA CENTRAL	
Grande - Paraíba	
B 869	C 787 d
PB-2.813/68	

GUSTAVO CORÇÃO

# Dez Anos

CRÔNICAS



*Livraria* AGIR *Editôra*  
RIO DE JANEIRO

Copyright de  
ARTES GRÁFICAS INDÚSTRIAS REUNIDAS S. A.  
( A G I R )

*Livraria AGIR Editora*

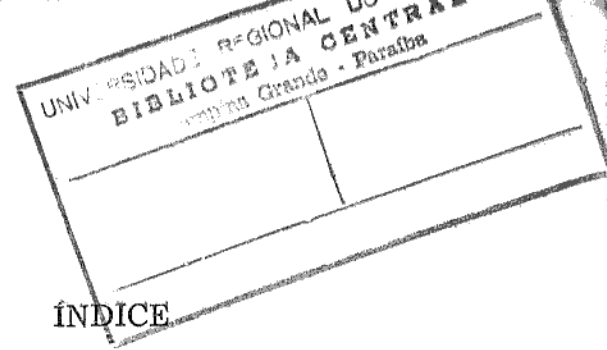
E. Bráulio Romes, 125	Rua México, 98 - B	Av. Afonso Pena, 919
ao lado da Bibl. Mun.	Caixa Postal 3291	Caixa Postal 733
Caixa Postal 6040	Tel.: 42-8327	Tel.: 2-3038
Tel.: 34-8300		Belo Horizonte
São Paulo, S. P.	Rio de Janeiro	Minas Gerais

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: "AGIRSA"

*A meus filhos*







ÍNDICE

Dez anos .....	9
Os que não são consultados .....	15
Os meninos se matam .....	23
Intermezzo .....	27
Encontro com Osvald de Andrade .....	29
Antônio Garcia Bento .....	35
A Cigarra e a Formiga .....	41
Nossos serviços públicos .....	49
Telégrafo e telefone .....	55
O milagre da boa vontade .....	63
Léon Bloy .....	69
Lembranças de Bernanos .....	79
Sessenta anos .....	91
João Bento .....	97
Voltando das férias .....	105
Pernas, braços e espírito de sacrifício .....	111
Tirem dali o Machado de Assis .....	117
Um sábado de poesia e de loucura .....	125
Um amigo da verdade .....	133
Três mortos .....	141
Ortega y Gasset, um ensaísta .....	147
O homem massa .....	153
A insolência da mediocridade .....	159
Mosáico .....	165
Prismas .....	171
Wolfgang Amadeu Mozart .....	177

Centenário de Mozart .....	183
Incêndios e emergências .....	189
Miséria e Grandeza .....	195
A Tragédia da duplicidade .....	201
Suicídio e Martírio .....	209
Caridade e caridade .....	217
Perón e a Igreja .....	223
Marte em oposição .....	229
A instabilidade da moeda .....	235
Agradecimento .....	247

## DEZ ANOS

Amigo leitor, aqui estão três dúzias de crônicas respigadas em dez anos de jornalismo, e arrumadas em desordem cronológica. Minha primeira idéia, quando me sugeriram esta exumação, foi a de lhe dar o título "Prós e Contras" que me parecia ter a vantagem de lembrar um retinir de espadas. Advertiram-me da vulgaridade e eu mesmo me adverti da petulância de tal epígrafe. Efetivamente, se houve combate, brilho não houve, e muito menos vitória; e luta assim destituída de lances e de resultados apreciáveis não merece a ênfase de um letreiro na capa do livro. Inclinei-me a uma denominação que ainda lembrasse a idéia de luta, com feição todavia mais discreta: "Em tempo e contratempo". Mas um autor mais ágil passou-me à frente, e impediu-me de usar a inspiração do texto em que o apóstolo incita Timóteo a lutar *opportune et importune*.

Fiquei sem rótulo para minha droga. Mudando de ângulo, ponderei que talvez fôsse melhor advogar, desde o título, o direito de publicar papéis velhos, uma vez que nada de novo existe sob o sol. Substituiria a pugnacidade paulina pelo desconsôlo do Eclesiastes, dando ao volume o nome "Nada de novo"; mas logo me provaram que eu estaria fazendo péssima advocacia, pois, em vez de encora-

jar, eu desanimava o leitor desde a vitrina do livreiro. Poucas serão as coisas que se podem apregoar pela maior velhice, e certamente entre elas não estão as idéias, que hoje se depreciam de ano em ano, como os modelos de automóvel. Se, por outro lado, procurasse uma palavra que traduzisse a peregrina frescura de uma doutrina, salvava-se a modernidade, mas ficariam presunçosas demais estas três dúzias de crônicas.

Desistindo de qualquer título sugestivo ou significativo, fixei-me neste que ao menos é singelo. "Dez anos" quer dizer aqui exatamente o que diz: de 1946 a 1956, e por conseguinte de meus cinquenta aos meus sessenta. Os artigos são variados como as circunstâncias da vida, e também monotônicos como as mesmas circunstâncias. Não sei o que sentirá o leitor que acaso já tenha lido alguns deles. A mim, a impressão que essas páginas repetidas me produzem é melancólica. Não que as repudie ou que delas me arrependa. O fato de estarem elas aqui, estando eu vivo, provam o contrário. Realmente, salvo alguma construção verbal, ou alguma preposição, tornaria hoje a escrever o que escrevi. Nisto estou com Pilatos: *quod scripsi, scripsi*.

O mal estar que sinto talvez me venha da própria convicção que hoje mantenho do que ontem disse. Numa página que o leitor encontrará mais adiante, suposta sua perseverança, eu me abri, num sábado de delírio, e confessei publicamente a inveja que tenho da graciosa liberdade dos poetas, e não

ocultei a tentação que às vezes me acomete de desatar o doido que trago sob custódia. Mas não posso. Sou militante. Engajado. Comprometido. Com sete deveres de estado e com promessas no céu. Recentemente assaltou-me a mesma nostalgia da disponibilidade, quando andei pelas ruas atrás de um amável cronista que seguia a borboleta amarela. Bem quisera, bem quisera, mas não posso. Sou militante. Mal ou bem, devo trabalhar na distribuição de artigos alimentícios. Devo moer farinha para as almas.

Mas o pior não é isto. Vencida a tentação, aceito o pôsto no dispensário das idéias nutritivas, o pior é o sentimento da inutilidade do serviço. O militante que veio cumprindo, como pôde, a obrigação de explicar e de repetir, desconfia hoje que conseguiu agradar sem conseguir convencer. Não se queixa dos leitores, mas também não tem como se gabar dos resultados atingidos.

Não posso, realmente, queixar-me do público, que me tem cumulado de mercês. Pensando no regime em que viveu um Bloy, e na miséria em que morreu um Mozart, até me envergonho dos favores que recebi, e que mais me aproximam dos medalhães e dos acadêmicos do que dos grandes. No fim de sua curta e desordenada vida, Proust dizia que doravante só desejava ser lido. Fui lido, tanto quanto pode desejar quem nasceu em território onde se fala a gloriosa língua portuguesa. Fui traduzido, e até premiado. Mais de uma vez aconteceu-me ser apontado na rua, e ouvir alguém dizer

a alguém: ali vai o Fulano... Que mais pode reclamar o escritor que já é lido e apontado? Não tive de pedir esmola "na mesma língua em que a pediu Camões". Os deveres de estado me remuneraram bem e por conseguinte me privam de um interessante traço biográfico. Os leitores futuros, se os tiver, prefeririam que o escritor tivesse passado fome. Mas não passei. Ganho bem o pão e a manteiga por cima, quando o governo, a COFAP, ou alguma outra organização, me permite comprá-la. Com certa ginástica de favores pude até comprar um carrinho de segunda mão, ou de segundas pernas, para o descanso das minhas. Que mais pode querer, sem delírio, sem paranóia, um escritor nascido no trópico do Capricórnio?

Queixo-me, entretanto, do mundo e de mim. Queixo-me porque nestes dez anos, três mais portanto do que os sete de Jacó, em lugar de Raquel me deram Lia. Deram-me edições, traduções, remunerações, discursos e prêmio: mas não me deram Raquel, isto é, não me deram provas cabais, visíveis ou apenas perceptíveis, provas animadoras, ou apenas consoladoras, de que tenha valido a pena trocar a borboleta pelo serviço de plantão. O concurso de Filosofia, a política *du côté de chez Swann*, e a do outro lado, a psicotécnica e a academia, as eleições e os costumes, o integralismo, o comunismo e a liberal democracia, os serviços públicos e a inflação — tudo em suma, tudo seguiu seu majestoso curso, sem um décimo de segundo de deflexão, tudo seguiu sua marcha inexorável, sem

que o mais atento observador e o mais arguto calculador possam descobrir, na sétima casa decimal dos logaritmos dos co-senos dos ângulos, um mínimo sinal de perturbação, de influência, como aquêle da órbita de Urano que proporcionou a Le Verrier a descoberta do planeta invisível.

Concluo, pois, que a doce e casta verdade que refulge na revelação, e que cintila escondida na natureza das coisas, andou mal servida. E é o desconforto dessa impressão que me leva a dizer que, após dez anos de labor, em lugar de Raquel me deram Lia. A alegria de quem milita se torna impura, e logo azeda, quando se transforma em proveito próprio e exclusivo o resultado da militança. A alegria maior de quem ensina, de quem aceitou essa função intermediária, há de ser medida pelo único valor da coisa transmitida, e não pelos atavios do processo de inculcação. O verdadeiro prêmio do militante é como o das mães. Consiste em se apagar, em se anular, em deixar que brilhe, autônoma, com seu próprio valor, a pura luz do objeto. Ora, essa recompensa, eu não a recebi, ou não a mereci.

Dez anos, dirão que não é muito; mas para quem tarde começou é muitíssimo. Cheguei tarde na Igreja, na filosofia, na política, no jornal e no livro. Cheguei atrasado em tudo, só me restando agora a tentativa de tirar um pouco do atraso na descida da serra, como os trens da Central. E, para não agravar a culpa do mau serviço, com a

culpa maior da falta de confiança, só me resta dizer à doce e casta Verdade que disponha de mim, e que mais dez anos servirei sem computar resultados, e que mais servira, se não fôra para tão longo amor tão curta a vida.

*Outubro, 1956*



*A Alvaro Tavares*

Dias há em que a gente fica triste com o ofício que tem. Imagino como não deve ser enervante para as cozinheiras, nesses dias, a atmosfera das frituras e a companhia das caçarolas; como não deve ser monótono para o ferreiro o gemido das bigornas; como não deve ser triste, muito triste, o vai-e-vem da agulha na mão picada da velha costureira. Cada ofício é uma prisão. Se a gente tem o espírito largo dos santos, a prisão vira clausura de amor e torna-se recanto de paz; mas onde falta a largueza de coração, o ofício é ofício, e a prisão é prisão: as coisas ficam sendo o que são pelo bagaço. E o cárcere do ofício é duro, asfixiante, enervante.

Ora, a minha profissão — assim me parece nesses dias — é ainda mais triste do que as outras. A cozinheira vê seus pratos feitos, substancialmente constituídos; e vê a alegria da casa alimentar-se de seu feijão. O ferreiro vê o ferro curvar-se, conformar-se, e obedecer. E a costureira vê a perseverante agulha conquistar o pano de ponto em ponto, obrigando-o a seguir os contornos de um corpo e os movimentos de uma alma. Nesses ofícios tudo é concreto, tudo é palpável.

Considerem agora o meu. Que fabrico eu? Palavras. Escritas ou faladas, da manhã à noite, no papel, na sala de aula, ou diante de um microfone que esconde não sei quantos ouvintes — talvez nenhum — eu cozinho palavras, eu forjo palavras, eu costuro palavras. “Words, words, words...” Meu ofício é um ronronar que já dura trinta anos. Triste ofício. E não sou eu só que dêle descreio. Tu também, amigo leitor, tu também não crês no meu ofício. Gostas de ler. Aprovas-me quando logro alinhar com alguma felicidade os meus adjetivos ou quando prego com boa linha as minhas conjunções. Mas confessa: na verdade, não acreditas muito no valor dessa procissão de sinais escritos, e muito menos crês no fugaz valor do som articulado que sai duma velha garganta cansada de ronronar. Palavras hoje, palavras amanhã. Em tempo e contra tempo...

Ora, estando eu num desses dias de preamar da melancolia, um outro oficial do mesmo ofício contou-me uma linda história. Ele pronunciara, diante de seletos auditório (como se costuma dizer) uma conferência sobre casamento, limitação de natalidade e abôrto. Acabada a conferência e ouvidas as palmas que, como todos os sons, também se perdem no ar, o nosso conferencista voltou para casa. Ia triste. Revolvia na memória as ressonâncias do que dissera. O seletos auditório estava, evidentemente, de acôrdo com o que êle dissera. O universo continuava o mesmo depois da conferência; ou se não, se mudara, se o trajeto de algum

átomo sofrera algum desvio milimétrico, as vidas, os corações, os seletos corações, ao contrário, seguiriam seus itinerários sem que o sôpro das palavras conseguisse desviá-los. O que é uma conferência? Um sôpro. Um vento. Falar é um modo requintado de abanar... No caderninho de notas do conferencista, estão as outras conferências aprazadas: depois de amanhã, dia 15, dia 24, etc., etc., etc.

Quatro meses mais tarde, estando o nosso orador à porta de uma livraria a ver passar o mundo, é abordado por uma moça risonha com sete meses bem contados de gravidez. E sem mais preâmbulos apresentou-se:

— Naquela conferência eu estava de três meses. E não ia ficar. Tinha resolvido não ficar. Mas o senhor disse aquela frase...

A moça despediu-se. Dobrou a esquina. O conferencista viu ainda uma vez o majestoso perfil da gravidez, e ficou-se a pensar. Que frase? Não se lembrava. Lembrou-se de uma página de Edgar Allan Poe, onde o poeta diz que as estrêlas do céu nasceram de palavras de amor. A sua frase — que frase? — lá com suas conjunções, advérbios e preposições fizera alguma coisa maior, infinitamente maior que as estrêlas do céu: salvara uma criança. Será menino ou menina?

\*\*\*

Ouvi hoje contar o caso de um acrobata americano que teve uma idéia. “Brain wave”. Uma idéia



nová para seu programa de televisão. E' assim: em pé no rebordo do telhado de um arranha-céu êle faz cabriolas, não com seu próprio corpo, mas com o corpo de uma criancinha de meses que êle atira para o ar, apanha, equilibra, muda de mão e passa entre as pernas. Como se vê, o espetáculo deve ter sido excitante e gostoso para as pupilas cansadas de outros espetáculos mais rotineiros.

Essa história lembrou-me outra. Estavam duas ou três senhoras de nossa melhor sociedade, dessas que tomam chá de chapéu, a discutir o caso de um desabusado cirurgião (também da melhor sociedade) que provocara um abôrto sem consultar ninguém. Dizia então, uma das senhoras, a do chapéu de lilazes: "Eu acho que a família deve ser consultada..." A dama de chapéu côr-de-amora foi mais precisa: "Eu acho que compete à mãe, exclusivamente, resolver o caso". E estava a conversa nesse ponto quando um amigo meu, tímido e gago, que nunca consegue ser ouvido por ninguém, sugeriu que quem devia ser consultada era a criança. E é a ausência dessa consulta que me horrorizou na história do acrobata. Por muito menos zangou-se um dia Jack London, numa tourada, porque os touros e cavalos não eram ouvidos.

Mas ninguém ouviu a reflexão de meu amigo. Como ninguém ouve a misteriosa linguagem com que os embriões de dois a três meses declaram categoricamente que querem viver. Como também cada dia menos se ouve a linguagem, já menos misteriosa, das crianças de dois ou três anos que são

enèrgicamente contrárias ao divórcio. O fato é êsse: na ginástica, no abôrto e no divórcio, há pessoas, personagens, pessoas humanas, vivas, que estão envolvidas e que não são ouvidas.

"Ora, direis, ouvir crianças... certo perdeste o siso!", dirá algum leitor que ainda se lembre dos esplendores de nosso parnaso. Como é possível ouvir um embrião? Como se pode ponderar o que diz uma criança de dois anos?

Digo-te eu, leitor, que foste tu que perdeste o siso. E acrescento: o mundo está como está, e o nosso Brasil chegou onde sabemos que chegou, porque as pessoas (a começar pelas da melhor sociedade) não têm mais ouvidos para ouvir e entender a linguagem dos fetos. Fuzilam-se inocentes, aos milhões, sem remorsos, dada a circunstância supersônica de seus protestos. Vou explicar-te, amigo, mais uma vez, como se pode ouvir o que não fala, e consultar o que não tem a idade da razão. E' muito simples: ouvindo e consultando a lei que está gravada na natureza das coisas, a lei que qualquer consciência desobstruída de chás e chapéus pode ouvir e consultar. Uma boa lavadeira, uma honesta cozinheira, sem procurar psicólogos e sociólogos, têm ouvidos para a voz da Inocência perdida, para a voz de Deus gravada na mais humilde das criaturas, para essa voz que condena o abôrto, o divórcio, e outras acrobacias feitas com carne de gente.

\* \* \*

Por falar em abôrto, ouvi dizer que na Suíça tornou-se legal. Não sei detalhes. Não sei em que circunstâncias, pelos quatro cantões da Suíça, tornou-se admissível matar a criança que teve a impertinência de brotar num ventre de moça. Imagino que os suíços, que são reconhecidamente um povo ordeiro e asseado, e sobretudo muito deferente com os turistas, tenham descoberto excelentes razões para assassinar pequeninos suíços. Uma das razões que imagino seria a seguinte: mata-se a criança excedente para o bem da pátria e da família. Um pouco como se queima o café, para valorizá-lo. De uma senhora, que tem um Pontiac verde-claro, já ouvi dizer que se justifica "não guardar" para manter o "padrão de vida". Não se guarda a criança para guardar-se o Pontiac. Outra senhora, um pouco menos desvairada, alega que fuzila a criança não nascida em benefício das outras já nascidas.

Esses argumentos chegaram aos ouvidos de meu amigo Alvaro Tavares que sugere uma emenda para a teoria dessa senhora que mata um filho em benefício dos outros: admitido que se deva matar um para benefício da família e da sociedade, devemos deixar a criança nascer, e, mais tarde, num conselho de família, escolher a criança mais feia, ou mais bronca na tabuada, ou mais birrenta na mesa, e então executá-la para o maior bem da família e da pátria.

Concordo inteiramente com essa emenda apresentada pelo meu amigo Alvaro Tavares. Em nome

da psicologia, da sociologia e da eugenia, acho precipitada a pena de morte que recai sobre a "criança desconhecida". O mundo, entre seus momentos de prolongado desvário, já teve a idéia de honrar o soldado desconhecido; mas nos seus piores momentos ainda não teve a idéia de fuzilar um criminoso desconhecido. E muito menos um desconhecido inocente. Aprovo pois a emenda e aqui acrescento o meu pesponto. Em lugar do conselho de família eu sugiro que consultem um psicotécnico.

Voltando aos suíços, confesso que não me espantei demais com a notícia. Tenho desconfiança desses países muito ordeiros, muito arrumados. Tenho horror a hotéis. Só me espanto com uma incoerência que vejo nessa lei dos suíços: se a religião daquele pitoresco país é o turismo, se tratam tão bem os que chegam das Américas, porque diacho maltratam assim o pequenino turista que ingressa num dos quatros cantões pela mais antiga das portas?

*Novembro, 1953*

## OS MENINOS SE MATAM

*A Carlos Drummond de Andrade*

O moço que se matou, dizendo por escrito que era um “desajustado social”, na verdade matou-se porque se deixou convencer de que não existe na vida e no mundo lugar para a dor. Matou-se porque lhe disseram, com aquêlé vocábulo, e com a filosofia maldita que por trás dêle se esconde, que o mundo não concede matrícula aos que choram. Insinuaram-lhe que tudo se reajusta, e acrescentaram que só depois dessa reajustagem pode uma alma se inserir. Ora, o moço viu que a primeira parte da história era falsa, porque nem tudo se reajusta, mas continuou a crer na segunda; e então, suicidou-se. Suicidou-se porque era um desajustado. Suicidou-se porque era uma excrescência na criação. Uma verruga do universo.

Ah! como eu quereria gritar aos ouvidos dos moços que há no mundo e na vida lugar para a dor!

E' claro que existe o problema da inserção. Ninguém nega que o dinamismo iníquo da sociedade tende a deixar à margem os fracos, os tímidos, os perturbados. Ninguém nega que o homem deva aprender a se inserir na efervescente convivência e deva lutar pela defesa de seu lugar. Tudo isso existe, e já é bastante trágico para que ainda

venham dilatar o campo do problema com essa idéia infernal de que só os felizes estão inseridos e que tôdas as máguas, tôdas as feridas, tôdas as tristezas são sinais de excomunhão.

Moços! há na vida e no mundo um lugar, um enorme lugar para a dor. Há lugar para o pobre; para o doente; para o obscuro; para o aleijado; para o perseguido.

Eu li o comovente artigo de Carlos Drummond sôbre o outro menino, apaixonado de um dia, que teve pressa de matar-se. Li, e creio ter compreendido a pungente aflicção daquela enorme alma de poeta quando lhe passa pela mente que o menino poderia salvar-se se alguém, naquelas poucas horas de um prelúdio de dor, o tomasse pela mão, o levasse à praia, e risse com êle nas espumas do mar. Raramente senti tamanha afinidade, tamanha simpatia, como nesse artigo escrito êle todo com um nó na garganta; e lido, êle todo, no outro lado da cidade, em outra situação, em outros sentimentos, mas com o mesmo fundamental nó na garganta.

Mas discordo do poeta no remédio. Talvez desse bom resultado o mergulho na onda fria que lhe desatasse no peito as molas da infância. Mas cá fora, ali mesmo na praia, estava a Teoria à espera do menino. A teoria de que não há no mundo e na vida lugar para a dor. Muito mais do que a mocinha do bloco, sem culpa maior do que alguma faceirice, quem deseja imolar os moços de vinte anos é essa Teoria de implacável otimismo que exi-

ge para a vida, para o ingresso na vida, condições higiênicas e psicotécnicas mais rigorosas do que as que se exigem para os aviadores. A Teoria diz ao moço que vá tratar-se e volte depois se quer emprêgo no mundo. A Teoria dá um prazo para que o candidato se torne decentemente feliz. Feliz no padrão, de G para cima. Feliz no sexo. Feliz nos nervos. Feliz em tudo. Decentemente feliz.

Bem sei que há desesperos precoces que ignoram as coisas boas de que a vida é farta. Será bom dizer-lhes que existem muitos amores, que haverá muitos outros blocos e muitas, muitíssimas outras mocinhas amáveis. Que o céu é azul, que há prados cheios de flores, e que é bom mergulhar na onda fria, com os olhos abertos, para ver um mundo novo fundido em esmeralda. Que é bom deitar na grama, que é bom meter o pé num estribo, em manhãzinha brumosa, manhã de roça, sentindo o cheiro do couro e o cheiro forte do cavalo; que é bom andar de mãos dadas em ruas de bairro antigo ao cair da noite confidencial e casamenteira; que é bom pisar um tombadilho molhado e sonhar com cidades de lenda; e que é bom ficar à toa, numa varanda domingueira, seguindo os passos de um inseto de rubis e safiras, que passeia num velho muro a sua microscópica riqueza; que é bom respirar; que é bom viver.

Mas não basta, ó poeta, mostrar às almas aflitas a doçura das relvas, a frescura das ondas, e a ternura dos regaços de amor. Porque isto não é tôda a verdade da vida. E é preciso ser verdadeiro.

E' preciso, sempre, ser verdadeiro. Em tôda a extensão. Em tôda a profundidade. Nos dois hemisférios de luz e sombras da verdade.

O que é preciso dizer, a êsses moços que por tão pouco desesperam, é que existe uma dignidade no centro mesmo da dor; que a dor não excomunga; que a dor já foi santificada para que possa santificar. O que é preciso, ó poeta de alma grande, é abrir velas ao mar, e descobrir a verdadeira extensão do mundo e da vida.

Ah! essa história maravilhosa, que a mim me contaram, como eu gostaria de lhe contar, longamente! longamente!

Março, 1956



### A Graça

*Ah! êsse mundo cheio de aflições! A gente vai andando, vai andando, e esbarra nas almas. E tropeça nas almas. E não sabe o que fazer e o que dizer às almas caídas. E eu aqui, a escrever; e você aí, a ler. Envergonhemo-nos, leitor.*

*Mundo, mundo, triste mundo. Parece que ventou. Parece que a enorme árvore sacudida atira seus frutos no chão. Onde estão os operários da colheita, que encham seus cestos, e que ao entardecer voltam cantando à casa do Senhor? A gente vai andando, vai andando, e tropeça nas almas maduras. E pisa as almas caídas. E eu agora a escrever; e você agora a ler; enquanto lá fora se ergue o vento do grande outono.*

*Como se explica, leitor, que nosso coração não se abrase e não se consuma, que nosso sono não encurte, que nosso zêlo não cresça, não cresça mais, não cresça sempre, quando corremos com os olhos essa imensa planície juncada de aflições? Como se explica que não peçamos a Deus que ainda mais nos ensine a pedir, a pedir que nos atire na fogueira de seu coração?*

*Queimar por queimar, antes no amor que na justiça. Antes aqui e agora. No dia. Na hora. No momento de arder. No momento de dar com alegria.*

*Como se explica, leitor, que não peçamos a Deus, mais e mais, que nos ensine a pedir, que nos ensine a pedir para dar, que nos ajude a desejar, a desejar um desejo maior, e que nos tome nas mãos, galho inútil, galho sêco, e nos atire assim mesmo, inútil e sêco, na grande fogueira de seu amor?*

*Antes queimar assim, por aflição das aflições. Antes torcer-se na chama, dançar na chama, com estalidos e crepitações de quem se consuma e se gaste, nas aflições!*

*Mundo, mundo, triste mundo — eu aqui a escrever, você aí a ler, ó leitor — e o vento lá fora derrubando as almas maduras!*

*Janeiro, 1950*

## ENCONTROS COM OSWALD DE ANDRADE

Foi há dois anos, creio eu, que tive um primeiro rápido encontro na porta de uma livraria com Oswald de Andrade, e a primeira impressão que logo me assaltou foi a de estar começando uma amizade, um jôgo, com um menino guloso, truculento, direto e bom. Mal me lembram as palavras que dissemos e os assuntos que abordamos. Êle mesmo procurara essa aproximação. Queria saber como eu era; queria tirar a limpo o conflito, o desajuste ou a contradição que julgava existir entre meus livros e meu catolicismo. Ou melhor, e com palavras suas, desejava verificar se eu possuía um "catolicismo de Botafogo" ou algum outro de espécie mais admissível. E verrumava-me com aqueles ferozes olhos azuis que dias depois, em conversa mais íntima, deixaram escapar reflexos de ternura.

Ficamos amigos, amigos de uma amizade absurda e incompatível que resistiu a todos choques de idéias e que, apesar do abalo produzido pelo livro "horriavelmente dogmático" que publiquei um ano mais tarde, durou até o seu último dia.

Na conversa que tivemos uma noite em minha casa, êle me ouvia com a atenção de um gato que acompanha uma prêsa, e de vez em quando, sem despegar de mim os olhos, fazia um gesto para a Antonieta Alkmin, que assistia silenciosa ao primeiro "round" de nossa amizade:



— Olha a cara dêle, Antonieta!

Não sei o que via ou o que procurava na minha cara. Sei que me embaraçava por não conseguir corresponder à generosidade de seu interesse por meu mundo. Tudo nos separava. Seus autores não eram os meus, suas admirações estavam longe de ser as minhas, e, além disso, para acréscimo de dificuldade, quase nada conhecia eu de sua história e de sua obra. Não acreditava muito na sua antropofagia, e embora pouco mais moço, nem de longe participara do famoso movimento modernista que ainda hoje me parece um jovial equívoco de uma irreverente geração. Naquele tempo eu andava pelos sertões dêste desconhecido Brasil a fazer coordenadas astronômicas, e só muito raramente percebia que a cultura andava em pânico, e que os ídolos acadêmicos eram derrubados por uma dúzia de alegres iconoclastas.

No caso foi bom. Foi bom que eu não pudesse corresponder ao seu interesse, que eu não pudesse em sã consciência elogiar sua obra, que eu mal conhecesse seu passado e seus livros, porque essa embaraçosa situação me permitiu descobrir a largueza de alma de meu novo amigo, o velho Oswald de Andrade. Não é fácil para um escritor curtido no ofício, para um autor que sente passar seu efêmero momento, que vê transformar-se em sedimentos de saudade o que um dia fôra uma vulcânica esperança, interessar-se por um novo autor que aparece tarde e segue itinerários tão diferentes. Oswald de Andrade suportou magnificamente essa

prova, e posso afiançar que não lhe vi um só sinal de ressentimento em cada ocasião que não pude evitar a evidência do desencontro de nossas órbitas. O incômodo foi para mim remunerador, pois não há mais grata experiência do que a descoberta de uma generosidade. E julgo estar certo se tiro dessa grandeza do homem a explicação de sua filosofia antropofágica, que mais seria uma doutrina de bom apetite, de larga abertura para o mundo e para os outros do que cruel teoria de entre-devoração social.

O século dezenove foi marcado por uma concepção da sociabilidade que postula a antinomia entre o indivíduo e a sociedade e que fundamenta o convívio na luta. O essencial, o formal da convivência humana, de Rousseau a Marx, do individualismo liberal ao totalitarismo, não é a amizade cívica de Aristóteles e dos escolásticos; é antes o duelo de morte, a luta pela vida, é em suma o egoísmo, a inimizade, cruel em Nietzsche, esportiva em Malthus e Darwin. O homem é o animal de rapina de Spengler, ou o mais apto sobrevivente de um torneio de símios. E para outros, na extrema esquerda, a parusia de uma sociedade perfeita tem de ser dialéticamente atingida pela luta de classes. Nesse clima cultural, que nas crises agudas produzirá o nazismo e no estado crônico constitui a disciplina meramente extrínseca do egoísmo burguês, a antropofagia de Oswald de Andrade nada teria de original e muito menos de moderno, e sobretudo nada teria de elevado, embora, para a maioria das

peessoas que vez por outra correm os olhos pelo mundo, a descoberta da ferocidade humana parece constituir um vértice de suprema sabedoria. Penso, porém, que a filosofia de Oswald de Andrade era mais uma avidez que uma crueldade. Estou com Antônio Cândido, no seu *Prefácio Inútil a Um Homem Sem Profissão* (Oswald de Andrade, Ed. José Olímpio) em pensar que a antropofagia de Oswald de Andrade tem raízes numa cosmo-visão, e diria eu, numa espécie de dilatação do estômago espiritual.

Bom apetite, excelente bôca, êle via o mundo como um colossal e inextinguível alimento, e atirava-se na vida, até os sessenta anos, como um faminto se precipita sôbre as iguarias de um banquete. Por isso, enquanto eu, enfasiado, afastava de mim o requentado modernismo, e apenas provava seus livros, Oswald de Andrade engulira os meus, só deixando na beira do prato os espinhos mais duros do dogma.

Vi-o pela última vez no Hospital das Clínicas de São Paulo. Depois de uma emocionante aventura, em que me parecia estar atravessando a cortina de ferro com passaportes falsos, conseguir entrar na fortaleza das clínicas paulistas, e graças à intervenção de um moço que... mas isto é outra história — cheguei ao quarto letra tal número tanto onde o velho modernista se refazia de recente e difícil operação na cabeça.

Magro, envelhecido, estava quase irreconhecível. O turbante manchado de sangue, que lhe envolvia a cabeça, tapando o olho direito, dava ao esquerdo

uma redobrada ferocidade de pirata da Ilha do Tesouro. Quando entrei, a admirável Antonieta Alkmin atava-lhe ao pescoço um enorme guardanapo, e apressava-se a servir um prato de canjica cheio até a beira, que êle reclamava com rugidos de impaciência.

— Quem é você?! gritou vendo-me entrar. Pregou em mim o olho disponível sem conseguir decifrar minha identidade na penumbra do quarto. Antonieta disse-lhe quem era, e logo o olho duro e metálico revestiu-se de uma doçura de hortênsia. Abraçamo-nos. Entre duas colheradas sorvidas vorazmente perguntava-me se estava escrevendo outro livro e interessava-se por meus projetos. Devorava a canjica, e devorava-me a mim, com a mesma grande fome, com a mesma grande bôca aberta para a vida e para o mundo. Antonieta, a excelente e compassiva Antonieta, fazia-me agora, por trás dêle, sinais misteriosos. Apontava com insistência para a própria blusa e depois para o companheiro coroado de sangue. Entendi afinal que devia olhar para o peito de Oswald, e descobri então meia dúzia de santinhos pregados no seu pijama. Ali estavam as medalhas de nosso bravo corsário, as condecorações de suas últimas façanhas. Notando uma delas, uma humilde medalhinha milagrosa de alumínio, pedi à Virgem Santíssima que tomasse conta daquele filho voraz e que lhe ensinasse aquela passagem de seu cântico — *esurientes implevit bonis* — que é um compêndio da filosofia antropofágica do céu.

Dezembro, 1954

## ANTÔNIO GARCIA BENTO

Foge-me à memória a data do nosso primeiro encontro, que foi por volta de 1923; mas guardo ainda bem viva a lembrança do lugar, dos detalhes e das circunstâncias. Ia eu passando na rua do Rosário, quando notei que havia uma arrumação nova na Galeria Jorge, e que lá estavam expostos uns pequenos quadros muito claros e muito mal emoldurados. Entrei. Naquele tempo era a pintura a minha paixão, uma paixão violenta, e até diria desregrada, porque não tinha por base as sementes de dons e o misterioso chamamento que marcam o verdadeiro artista. Foi uma febre que durou três ou quatro anos, e de que me curei devagar, quase imperceptivelmente, como quem se cansa de amores mal correspondidos.

Mas naquela tarde foi o ardor de sezão, e não a simples curiosidade de transeunte vadio, que me travou o passo. Entrei, e logo vi, nas pequenas telas expostas, marinhas singelas e claras, a realização do que eu sonhava pintar, isto é, a concretização do ideal impressionista que mais valoriza a luz do que as substâncias, e que procurava trazer para a tela a unidade de iluminação e a harmonia musical das côres bem timbradas. Mas o impressionismo de Garcia Bento tinha uma curiosa contradição na sua técnica. Não era vaporoso como as catedrais pontilhadas de um Monet, não era ambiental e flui-

do como as paisagens de um Pissarro ou como as bailarinas de luz de um Degas. Garcia Bento pintava exclusivamente com a espátula, e assim aliava à transparência das palhetas impressionistas a substancialidade da cerâmica ou do mosaico. Chegava às vezes ao excesso na procura do tom alto e do jôgo de côres complementares, e na corporeidade e plasticidade da feitura. E dêsse choque estranho entre o músico de côres e o artífice modelador resultava um imprevisto que prendia a atenção e que sugeria ao mesmo tempo, como um Cézanne, a idéia de mestria e de rusticidade. Mais tarde, em 1927, quando Garcia Bento obteve o prêmio de viagem à Europa, é a Espanha de Zuloaga que o atrai, e é nas praias de Valença que êle encontra o melhor de sua arte. Deixa, então, a espátula, por algum tempo, conservando-se, porém, fiel à fatura larga e sintética, e mais fiel do que nunca ao ideal de cativar na tela as harmonias regidas pelo sol.

Naquele primeiro encontro ficamos amigos; e devo dizer que foi sua a iniciativa dessa amizade que iria durar e crescer nos quatro anos de vida que lhe sobraram. Admirava eu uma pequena mancha — uma onda, umas pedras, uma nesga de praia — quando êle se aproximou de mim e me perguntou se eu gostava do quadro. Teria a minha idade, vinte e cinco anos, ou pouco menos; era franzino, discreto, tímido e tinha nos traços morenos a finura nobre e melancólica de um cheique exilado. E era pobre. Da cabeça aos pés era pobre. Desde a marca das

privações que trazia no rosto até o discreto remendo da roupa, e até a menos disfarçada usura dos sapatos, era integralmente pobre. Mas ainda mais integralmente pobre foi o gesto simples e bom com que meia hora depois me dava, dado, sem cerimônia, o quadrozinho de que eu gostara. Ficamos amigos. E logo conheci os poucos e claros detalhes de sua vida. Nascera em Campos. Tinha instrução primária. O resto aprendera sòzinho, inclusive a pintura. Principalmente a pintura. Casara cedo; tinha um filho e já esperava o segundo. Trabalhava na Central do Brasil como despachante na Estação do Sampaio, onde ficava prêso numa gaiola dezessete horas a fio para acumular outras tantas que então dividia entre a família e a orla do mar. O pobre pássaro cativo da burocracia só encontrava sua alma quando os olhos se perdiam, sem grades, na amplidão dos horizontes do mar. Lembro-me bem de seus olhos: grandes, líquidos, escuros, tinham a doçura triste da pobreza e a melancolia suave que parecia prenunciar a morte próxima. Tenho para mim que êle se tornou marinista pela conjunção dêsses desconstruídos fatores: o guichê, a alma de beduíno e o pressentimento da morte. Garcia Bento procurava no mar a sua libertação; mas, sendo humano, de ternura tímida, temperava com barcos, redes, velas e cenas humildes de praia o infinito do mar.

Muitas vezes saímos juntos a pintar, e eu não me cansava de admirar o método, a moderação, o ritmo dos preparativos com que se instalava o nosso

marinhista diante do quadro vivo que ia roubar ao azul da manhã. Enquanto eu me precipitava, sacrificando o desenho, esbanjando tinta e sujando as calças, êle se preparava com os gestos medidos de quem está longamente habituado a governar seus desejos. Era aseado e econômico, e essas virtudes ficaram marcadas em sua arte. Sua palheta simples compunha-se das côres essenciais do espectro impressionista: branco de prata, cromo ou cádmio, vermelho francês, laca carmezim, verde esmeralda e azul ultramar. As terras, os pardos, as côres compostas não entravam no arco-íris econômico que Garcia Bento espremia no semicírculo da palheta.

Um dia, diante de um *flamboyant* maravilhoso, depois de ter espetado na areia os pes desmontáveis de sua velha caixa, Garcia Bento procurava em volta um lugar adequado onde pudesse pendurar o seu casaco. Impaciente, atirei o meu no chão e gritei-lhe que fizesse o mesmo. Com um sorriso manso e triste, êle me ensinou que o lirismo não pode dispensar a paciência, e que um casaco bem pendurado já é um comêço de arte. Quando, enfim, se punha a pintar, dava gôsto ver a precisão com que acertava o matiz, sem mastigar demais, sem cozinhar o tom, e, sobretudo, a segurança com que applicava na tela, com a ponta da espátula, o seu mosaico de tinta.

Em 1927 Garcia Bento conseguiu realizar um sonho longamente acalentado. Ganhara o prêmio de viagem à Europa, e com a bolsa, que em geral era considerada insuficiente para um só, levou a mulher e o filho, e assim mesmo êsses poucos meses parece-

ram-lhe férias de capitalista. Foi em Portugal e na Espanha que Garcia Bento pintou os seus melhores quadros; e foi lá, nesse breve descanso, que êle pôde colher o seu fugaz quinhão de alegrias terrestres. Voltou mais firme na arte e um pouco mais forte no corpo; mas as privações anteriores já tinham arrematado a insidiosa conspiração. Chegava tarde o prêmio. Chegava tarde a relativa folga que seus novos amigos lhe proporcionavam. Poucos meses depois, sentiu que as fôrças declinavam rapidamente. Preparou ainda uma exposição na Galeria Jorge, onde conseguiu, pela primeira vez, vender mais de metade dos trabalhos. Mas o sucesso chegava tarde também. Um dia, já quase a encerrar a exposição, estando sentado no fundo da galeria, e com seu ar habitual, encolhido e triste, foi acometido por uma síncope. O português que vigiava a sala não chegou a tempo de ampará-lo: Garcia Bento jazia de bruços, imóvel, atirado no chão, entre seus quadros de luz e de alegria. Os olhos largos e tristes, que se fechavam para a efêmera palheta dêste mundo, abriam-se para os abismos de esmeralda, para os céus de eterno ultramar e para o fulgor de cádmio do Sol Incriado.

— Morreu de fome! — disse alguém a meu lado, quando fui ver o corpo na sua casinha do Sampaio. Sim, de fome: dessa fome prolongada, tenaz, metódica, perseverante, que obriga e que aprisiona; dessa fome que é um regime e quase um programa; dessa fome de que morre mais da metade do mundo. Mas a fome dêsse moço bom e manso foi fecunda, e fi-

cou gravada para nós com as côres do arco-íris. Ele poderia talvez ter comido, se não tivesse pintado, mas Antônia Garcia Bento optou pela pintura e pela fome.

### A CIGARRA E A FORMIGA

(Moderníssima fábula destituída de qualquer resquício de moralidade)

*Cenário: Amplo e moderno escritório. Poltronas de formas audaciosas. Tapete côm de tijolo. Quadros abstracionistas. Flores. À esquerda um enorme bureau coberto de papéis, campainhas, botões, aparelhos telefônicos e eletrônicos. No fundo uma larga janela deixando ver arranha-céus e uma nesga de mar. À direita uma porta. No início da cena, gorda e próspera, a Cigarra está abrindo sua correspondência. Um dos aparelhos eletrônicos dá um sinal discreto e o alto-falante anuncia o visitante número 384, hora marcada 17 e 45, recomendação: Ministro da Guerra, assunto: emprêgo. A Cigarra tem um movimento de enfado, mas aperta um botão e fala diante do microfone.*

*Cigarra*

— Pode entrar.

*Formiga, entrando tímidamente*

— Boa tarde, dona Cigarra.

*Cigarra*

— Que vejo eu? *C'est donc toi, ma chère?*

— *Comment va ce drole de La Fontaine?*



*Formiga*

— Ah! não me fale dona Cigarra! Foi um intrigante. Êle inventou aquela história para me indispor com a senhora... E não me fale em francês, por favor, porque até que já ando esquecida. Vim para o Brasil, naturalizei-me. Sou uma pobre formiga brasileira, e aqui me chamam de saúva. A senhora não imagina o que eu tenho passado: uma verdadeira provação. Inventaram outra intriga: que sou eu, uma pobre formiga, que quero acabar com o Brasil! Existe até uma frase...

*Cigarra*

— Eu sei. Sei também que a senhora é hoje uma perseguida, que o pobre La Fontaine saiu de moda e que os tempos mudaram. Mas nem por isso é menos verdade que a senhora me tenha fechado a porta na cara naquela noite de inverno.

*Formiga, com um gemido.*

— A senhora compreende... os maus conselhos... as idéias da época...

*Cigarra, boa pessoa*

— Mas não falemos mais nessas misérias. Sente-se, sente-se aqui dona Formiga.

*Formiga*

— Isto é uma poltrona?

*Cigarra*

— Ê. Sente-se. E conte-me o que tem feito. Você está magra... Vamos, conte-me como vai andando sua vida.

*Formiga*

— Eu? Sempre a mesma. Trabalhei. Trabalhei. Trabalhei. A senhora sabe que lá em casa somos muitas bôcas. E sou eu para tudo. Ê cozinhar, é lavar, é arrumar o formigueiro. Fiz muitos sacrifícios e consegui pôr de lado algumas economias...

*Cigarra, saltando na cadeira*

— Economias! Economias! Você teve a coragem de fazer economias! Insensata! Então você não sabe que dinheiro não se guarda? Não estudou? Não sabe que foi essa política econômica que perdeu a Espanha?

*Formiga, de olhos baixos*

— Pois é. Fiz economias, mas veio a inflação e meu dinheiro ficou sem valor.

*Cigarra*

— Claro! Claríssimo! E agora?

*Formiga*

— Agora vim bater à sua porta para pedir um emprêgo.

*Cigarra, solene*

— Minha cara Formiga, se eu fôsse rancorosa responderia assim: "Ah! você fêz economias, então coma agora as suas apólices sem valor!" Mas eu tenho bons sentimentos. A prosperidade tira o gôsto da desforra. Vou arranjar-lhe um emprêgo.

*Formiga, aliviada, olhando em volta*

— A senhora é generosa. E como está bem instalada, como isto aqui é bonito?

*Cigarra*

— O escritório é confortável. Já observou a vista para o mar?

*Formiga*

— Uma beleza! . . . Tudo isto me deixa tão admirada . . . Diga-me uma coisa, dona Cigarra, e perdoe-me a indiscreção: como foi que a senhora ficou tão rica? alguma herança?

*Cigarra, recostando-se*

— Não. Eu segui o seu conselho: dancei e cantei.

*Formiga*

— Ora, dona Cigarra, não zombe de uma pobre forniga necessitada.

*Cigarra*

— Palavra! É a pura verdade! Nos primeiros tempos foi muito difícil. O idiota do fabulista me tinha difamado. Os tempos eram de economia e pé-de-meia. E eu andava de viola às costas como uma pobre mendiga. Cantei barato. Cantei até de graça, para não perder a voz. Cantei para namorados em bancos de jardins; cantei em noites de verão para anunciar bom tempo e adormecer crianças. Cantei para poetas que me roubaram as

canções, as rimas, as imagens estivais, a dolência das tardes mornas. Entravam êles nas academias e eu ficava na rua. Mas os tempos mudavam. Pouco a pouco o mundo foi descobrindo a fôrça da música. Pouco a pouco o comércio e a indústria valorizaram as cordas de minha viola. Entrei na Propaganda. Primeiro fui *speaker* de rádio. Rimei sabonetes, solfejei purgativos, pastas dentifrícias, emprêsas funerárias, meias de senhora, etc. Consegui assim o meu primeiro milhão com o qual montei uma pequena estação. Ofereci então minha voz aos poderosos, e cantei os regimes. E aí está! Dia a dia o poder dos poderosos vinha reforçar minha viola. Hoje controlo uma rêde de *Broadcasting* (é como se diz), com doze canais, modulação de frequência e televisão. Aliás, não gosto muito da televisão que me parece estar numa outra linha. A minha fôrça é a música. Eu entro pelos ouvidos. Estou inquieta . . . mas não falemos disto. Temos tempo. Hoje eu sou poderosa, controlo as guerras e as eleições. Sou poderosíssima!

*Formiga, assustada*

— Dona Cigarra! Não seria bom a senhora ir deixando alguma coisa de lado, no seguro, caso venha a triunfar a tal televisão?

*Cigarra*

— Lá vem você com seu pé-de-meia, com sua antiquada economia. Minha fortuna é como a música, é fluida, é feita de palavras, de telefonemas, de canções. A economia moderna é modulada. É

uma economia de alta frequência. Se você me perguntar de repente quantos prédios possuo, eu não saberei responder. É tudo fluente, aéreo... (*Toca um telefone*) "Alô! Alô! Três milhões? Venda. Venda logo!" (*Toca outro telefone*) "Alô! Cigarra. Sim. Quatro milhões? Compre. Ofereça três. Mas compre". (*Pondo o fone no gancho*). São os meus corretores. Eu sou um maestro e eles são os meus violinos. (*Toca outro telefone*) "Alô? Quinze minutos à hora do jantar? Hein? Não é possível, General. Tudo tomado. Como? Revolução? Pressão sobre os americanos? Vou pensar. Logo mais darei uma resposta. Boa tarde, General". (*repondo o fone*). Ele quer quinze minutos. Eu vendo tempo. Vendo megaciclos. Vendo modulações. Há gente que tem conseguido fortuna vendendo água com alguma coisa dentro. Eu vou mais longe, vendo minutos, com música dentro. E com isso vou amparando os regimes, impedindo as revoluções, e confortando os soldados que morreram no extremo oriente...

#### *Formiga*

— Estou tão perplexa, tão confusa, dona Cigarra!

#### *Cigarra*

— Pois é preciso adaptar-se. Não lhe aconselho a dançar e cantar porque você é meio desengonçada e não tem voz. Mas hei de lhe arranjar uma ocupação condizente com seus dotes.

#### *Formiga*

— A senhora é tão boa!

#### *Cigarra*

— Vou encaminhá-la para o Departamento de Seleção de Pessoal... Mas não se assuste! É uma simples formalidade. Tenho lá uns rapazes que se entretêm fazendo testes e estatísticas. Possuímos os melhores arquivos e os mais abundantes dados para a seleção profissional. Aqui entre nós, que somos velhas amigas, eu lhe digo sinceramente: na minha opinião esses calculistas são loucos, de uma loucura semelhante àquela que lhe atacou em outros tempos, quando você se apegava aos números e à economia. Eles não descobriram que só existe uma realidade: a frase. Fazem lá seus cálculos, arquivam seus resultados, e disso tudo eu tiro frases! frases! frases! Digo assim por exemplo: "é preciso introduzir na administração pública os mais modernos processos de seleção pessoal, e os mais científicos métodos trazidos pela análise objetiva e psicotécnica". Ou então: "Devemos plasmar uma nova mentalidade de servidor público em consonância com os progressos psicológicos". Com frases dêsse tipo (aliás eu tenho um departamento especialmente dedicado a descoberta de frases...) mas, dizia eu, com frases assim nós modificamos ministérios, nós desencadeamos guerras, nós mudamos a face da Terra. Frases! Frases!... Mas o que é que você está sentindo?

#### *Formiga, desfalecendo*

— E' fome, dona Cigarra! Por favor, arranje-me um pedaço de pão!

*Cigarra*

— Pão! Pão!? Ó insensata, ó retrógrada Formiga, quando aprenderá você o novo idioma e o novo ritmo do mundo! Não peça pão, criatura. Peça caviar. Peça marron-glacé. (*Toca um botão e fala diante de um microfone*). “Tragam imediatamente o lanche recuperador e vitaminado, número 84-B-2. E açúcar, muito açúcar”.

*Formiga*

— Não sei como lhe agradecer, dona Cigarra.

*Cigarra*

— Não me fale. Trate de se recompor e sobretudo de se adaptar. Veja se consegue apreender o ritmo, o compasso dêste século de dança... Bonita frase. Deixe-me tomar nota. Olha, aí vem o seu lanche. À vontade Formiga, sem cerimônia.

*(Cai o pano devagar enquanto a Cigarra toma nota da frase, e a Formiga dirige-se curvada, subalterna, para a mesa do lanche).*

Abril, 1952

## NOSSOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O funcionamento dos serviços públicos é um dos primeiros sinais indicativos da saúde de um corpo político. Por sua natureza, e até diria por sua inevitável magnitude, a empresa que distribui pela multidão as utilidades essenciais torna-se um índice da realização do bem comum e serve para aquilatar a situação política e cultural de um povo. Se um médico fôsse chamado à cabeceira de uma nação combalida, deveria, antes de qualquer outra investigação, fazer esta pergunta carinhosa: — E então, como vão seus bondes, seus telefones? Tem despejado seu lixo com regularidade? E a água? Tem ela a pressão suficiente para atingir todos os pontos do organismo?

Não chego a dizer que o bom funcionamento dos serviços públicos seja prova suficiente de saúde política. Pode-se imaginar um povo bem servido nas coisas materiais e muito mal servido nas coisas que transcendem essas utilidades e que constituem exigências maiores da natureza humana. Na Alemanha nazista, os trens eram pontualíssimos e o lixo era despejado com comovente regularidade. As máquinas da civilização funcionavam bem, enquanto os dirigentes da disciplinada comunidade preparavam um cataclisma, e em pouco tempo a nova ordem nazista se transformou na mais espan-

tosa desordem dos últimos séculos. Mas, se é possível imaginar num país enlouquecido a perfeita regularidade dos serviços públicos, é impossível imaginar uma política saudável onde falta água, transporte, comunicações, e onde o lixo permanece esquecido semanas a fio a empestiar os quarteirões. Com mais rigor diremos que o bom funcionamento dos serviços públicos é, para a saúde do corpo político, condição necessária mas não suficiente.

Vista sob êsse ângulo, é péssima a situação do Brasil. Nossos serviços públicos funcionam mal, muito mal, tão mal como se estivéssemos há dez anos em guerra contra implacáveis inimigos. A água não corre, o lixo apodrece diante das casas, e os bondes carregam gente com maior desconforto do que vagões de gado, e não há o menor indício de que venha a melhorar êsse estado de coisas. Ao contrário, vê-se que as medidas que tomam os dirigentes tendem a agravar a situação, e vê-se — o que ainda é pior — que o povo não dá nenhum sinal de estima pelos serviços públicos. Há por exemplo uma empresa particular que explora o serviço de força e luz, bondes e telefones. Essa empresa é hostilizada pela opinião pública e pela política econômica inflacionária. Não tem apoio na imprensa para poder reivindicar o chamado reajustamento de tarifas que a instabilidade da moeda nacional reclama. Não pode contar com o poder constituído para afrontar a impopularidade. E assim, entre dois fogos, a empresa caminha para um

impasse, sem que ninguém se preocupe com o futuro dos serviços públicos já tão deficientes.

Não me comovo com a sorte da Empresa e com a prosperidade dos acionistas; mas comovo-me com a sombria perspectiva de uma crescente dificuldade de vida causada pelo emperramento da máquina dos serviços públicos. E, nesse caso, enquanto não me convenço da possibilidade e das vantagens da nacionalização e da socialização de tais serviços, sinto minha sorte de munícipe ligada à sorte da empresa e de seus acionistas. Para ser sensato devo desejar a prosperidade das empresas que nos servem ainda que sejam estrangeiras e capitalistas.

Só há dois modos de realizar serviços como o de uma rede telefônica: ou entregamos o serviço a uma empresa particular nacional ou estrangeira, ou então, como no caso do serviço postal e telegráfico, toma o governo a si o encargo da administração. No primeiro caso, para atender convenientemente ao bem comum, as tarifas devem ser remuneradoras e fixas durante um prazo longo, o que só é possível fazer em regime de moeda estável. No segundo caso as tarifas podem ser baixas e até nulas (como no ensino primário municipal) porque a subvenção desses serviços pode ser coberta indiretamente por outras fonte de receita. Cumpre entretanto notar que não há nem pode haver nenhum serviço absolutamente gratuito. Em economia, o serviço gratuito é tão absurdo como o moto-contínuo em mecânica. O que há é pagamento indireto, distribuído por toda a comunidade, e de tal forma organizado

que beneficie realmente as classes menos favorecidas. De qualquer modo, pago diretamente ou indiretamente, o que importa é que o serviço seja bem feito. O mais importante numa escola pública não é que seja gratuita, e sim que seja uma escola. O mais importante num serviço telegráfico não é o preço irrisório que custa um telegrama, e sim que o telegrama chegue ao destinatário com uma brevidade que, ao menos aproximadamente, lembre a velocidade da luz. A idéia de baratear à custa das qualidades essenciais do serviço é uma das mais difundidas e das mais nefastas em nossa terra. Querem todos os presidentes e prefeitos transformar nossas cidades em paraísos de gratuidades, e só conseguem realizar infernos de dificuldades crescentes. Para não aumentar tarifas dos meios de transportes deixa-se a população sem transportes, ou permite-se êsse simulacro em que sofre a carne e a dignidade. Em princípio admito, como disse atrás, que um serviço público seja deficitário para atender à multidão dos desfavorecidos, mas tenho certa suspeita de que êsse barato saia caríssimo para o povo.

Seja como fôr, e deixando de lado minhas suspeitas sobre a vantagem do pagamento indireto, uma coisa é certa: para que o serviço público possa ser bem administrado pelo govêrno é preciso que êle fique isento dos compromissos políticos, e que a direção dos serviços seja feita por homens que conheçam bem a materia administrativa, e não por homens que tenham corrido atrás do can-

didato durante a campanha eleitoral. Para a direção geral dos Correios e Telégrafos é preciso alguém que conheça os problemas ainda que os não conheça como especialista. A idéia do puro administrador que teria capacidade de administrar qualquer coisa é inteiramente insensata. Sem chegar aos exageros do tecnicismo que exigiria um técnico de tele-comunicações para a diretoria geral dos telégrafos, o bom senso nos diz que o bom administrador precisa conhecer bem a matéria a ser administrada. Ora, o critério que preside às escolhas para êsses cargos tem sido puramente político. Ouvi dizer que a diretoria do DCT vai ser oferecida a um homem do PR, como tempos atrás foi oferecida a um homem do sr. Ademar de Barros.

Costuma-se dizer que o regime parlamentarista é instável porque a chefia do govêrno pode mudar duas ou três vêzes num mês. Mas o nosso regime presidencialista é muito mais instável do que o francês ou o inglês, porque aqui não muda só o chefe do govêrno. Muda tudo. Muda a chefia do tráfego, a direção dos Correios, a presidência do Banco do Brasil, os chefes de seção, e até os sub-chefes e contínuos. A sucessão presidencial tem o efeito de um terremoto e o conjunto de serviços públicos, que na França e na Inglaterra desafia impavidamente tôdas as oscilações políticas, sofre um profundo abalo de cinco em cinco anos.

Resumindo as considerações feitas até aqui, diremos que as duas únicas alternativas para o ser-



viço público, a empresa particular e a administração governamental, encontram atualmente em nosso país graves impedimentos para o bom desempenho de suas tarefas. A empresa particular sofre as consequências da instabilidade da moeda; a administração pública sofre as consequências dos compromissos eleitorais. Não admira, assim, que andem tão mal. E não se vê a menor tendência de melhoria uma vez que, ao contrário, se agravam as causas de perturbação.

Será interessante comparar dois serviços similares, o telefone e o telégrafo, um em regime de empresa particular, e outro em regime de administração pública, para melhor avaliarmos, em cada modalidade, o grau de morbidez de nosso corpo político. E' o que pretendo fazer no próximo artigo.

*Março, 1956*

## TELÉGRAFO E TELEFONE

Os nossos serviços de comunicações telegráficas e telefônicas, pela semelhança de natureza e pela dissemelhança dos regimes administrativos em que se acham colocados, permitem-nos fazer uma comparação e chegar a uma conclusão no que toca à bondade ou à malignidade desses regimes. Antes disso, porém, será proveitoso rever rapidamente a história da técnica das comunicações.

O problema das comunicações tem a idade do homem. Vencer as distâncias, não somente para o transporte material mas também para o contacto das inteligências, é uma das primordiais aspirações da alma humana. Em Homero encontramos menção de um rudimentar sistema telegráfico que consistia em sinais luminosos acesos nos montes. Mais tarde os romanos aprimoraram esse telégrafo ótico por meio de combinações de sinais correspondentes às letras do alfabeto. E foi esse telégrafo visual, com mais alguns insignificantes melhoramentos, que chegou até meados do século XIX. Há quem imagine que essa lentidão do progresso técnico nos séculos passados deva ser explicada pela menor inteligência de nossos antepassados ou pela nefasta influência que os Papas teriam exercido na civilização ocidental. No momento não posso atender ao desafio que tal idéia me lança, e contento-me

com a exposição dos fatos. Faltava à telegrafia o agente adequado, como faltou nos sonhos aeronáuticos de Leonardo da Vinci o motor de explosão. Logo após a descoberta da corrente elétrica, o telégrafo dá um salto enorme. Coube a um pintor americano, Samuel Morse, a glória dêsse salto; e poucos anos depois do estabelecimento da primeira linha telegráfica entre Washington e Baltimore (1844) os fios telegráficos davam a volta ao mundo. Aqui no Brasil, graça à clarividência de homens como o ministro Eusébio de Queirós e o Barão de Capanema, tivemos a primeira linha telegráfica construída entre o quartel do Campo de Santana e a Quinta Imperial, anos antes da aceitação do invento pelo governo francês.

O telefone, mais ainda do que o telégrafo, esperava pela descoberta da corrente elétrica. Foi Granham Bell, cêrca de trinta anos depois de Morse, que demonstrou públicamente a possibilidade de um circuito telefônico. Com grande rapidez, como no caso anterior, surgiram por tôda a parte centros telefônicos locais e pequenas linhas inter-urbanas, mas as grandes distâncias resistiam mais à comunicação telefônica, por causa de sua maior complexidade, do que haviam resistido ao telégrafo de Morse. Faltava o agente adequado, o amplificador, para compensar as perdas das linhas muito longas. Nos princípios de nosso século surge a lâmpada eletrônica, que viria resolver o problema, e foi também nessa época que se encontraram os dois elementos maravilhosos que iriam

constituir o telégrafo e o telefone sem fio: a lâmpada eletrônica e as radiações eletro-magnéticas. Muita gente pensou que o rádio viria substituir completamente as linhas terrestres, tornando-as obsoletas. Mas a evolução da técnica, provou que a eletrônica e o uso das altas frequências, em vez de superar, vinha completar o problema das comunicações em fios. O estado atual das comunicações telegráficas e telefônicas consiste numa espécie de simbiose entre a técnica do rádio e a técnica das comunicações em fios. Os chamados sistemas de ondas portadoras permitem, mediante o uso de faixas de frequências deslocadas e filtradas, o tráfego de múltiplos sinais no mesmo par de fios onde antigamente corria uma só comunicação. A técnica de comunicações está neste ponto: emprêgo de ondas portadoras no que se refere ao método de transmissão, e emprêgo de cabo coaxial e microondas no que se refere ao suporte daquelas ondas portadoras.

Antes de aplicarmos ao nosso caso essas considerações, lembremos ainda que a telefonia é consideravelmente mais complexa do que a telegrafia.

O sinal transmitido num sistema telegráfico é de natureza muito mais simples do que o sinal telefônico. Enquanto a oscilação elétrica, que imita as inflexões da voz humana, tem finos matizes de intensidade e cobre uma faixa de frequência vinte vêzes maior, o sinal telegráfico é formado por um código de elementos de um sistema binário. Re-

sulta disso o que já dissemos: a telefonia é tremendamente mais difícil do que a telegrafia.

Vamos agora às comparações entre os dois serviços em nosso país. O serviço telefônico é explorado por uma companhia particular, que, conforme a demonstração feita por inúmeros jornalistas e tribunos, só visa o lucro. Essa empresa particular, ávida de lucro, ainda por cima é estrangeira, e, assim sendo, como nos provam os patriotas, só visa sugar nosso amado Brasil em proveito dos acionistas canadenses.

Do que venho escrevendo há vinte anos ouse esperar que o leitor não me considere um defensor do liberal capitalismo, nem me recuse o direito de proclamar o amor que tenho ao meu país. Estou pronto a concordar com quem me apontar a malignidade da organização particular e estrangeira que explora tão essenciais serviços públicos no Brasil. Sou o primeiro a estranhar que essa empresa não ouse, não sei por que, responsabilizar, diretamente e lealmente, o governo do país pela instabilidade da moeda que torna impossível a estabilidade de tarifas, e, em vez disso, siga uma outra política que deixa na opinião pública a impressão de haver subornos cada vez que procura o mais indiscutivelmente merecido ajustamento de tarifas. Disse e repito: indiscutivelmente merecido ajustamento, pois convém lembrar que a assinatura do telefone no Rio de Janeiro é uma das mais baratas do mundo. Na Bélgica, o preço é duas vezes e meia maior; em Londres, três ou quatro vezes; em Nova

York, cerca de oito vezes maior! E devemos lembrar que esses lugares são centros produtores de material telefônico.

Ora, com toda a sua malignidade e com todas as desvantagens criadas pela inflação, a Companhia Telefônica Brasileira mantém em nosso território a mais moderna e eficiente aparelhagem, que em nada difere da que usam os países mais adiantados do mundo. Temos sistemas de ondas portadoras, cabo coaxial, onde podem trafegar novecentas e sessenta comunicações simultâneas, e brevemente teremos em funcionamento os canais de micro-ondas.

Qual é, nesse mesmo tempo, o estado da rede telegráfica patrioticamente administrada por diretores gerais apontados diretamente pela presidência da República? Não contando algumas estações de rádio, que constituem mais um equívoco do que um progresso real, o Departamento de Correios e Telégrafos está atrasado mais de meio século, e quase se acha na mesma situação que tinha no tempo do Império. Em 1946, foi criado, por decreto, o plano Postal-Telegráfico, que congregou excelentes técnicos e iniciou o primeiro projeto de um sistema de ondas portadoras.

O projeto foi estudado com competência e conduzido com entusiasmo, mas, até hoje, em dez anos, enquanto a Companhia Telefônica realizava tarefas dez ou vinte vezes maiores, o sistema ainda não entrou em funcionamento!

E então, se admitirmos a malignidade intrínseca da organização capitalista; se dermos por provada a avidez de lucro, e mais a implacável indiferença que a empresa estrangeira nutre pelos destinos desta infeliz república sul-americana; se, além dessas ruindades essenciais, levarmos em conta as dificuldades trazidas pela inflação; e se finalmente tornarmos a lembrar que a telefonia é dez ou vinte vezes mais difícil do que a telegrafia, então nós concluiremos, irresistivelmente, irretorquivelmente, que existe na administração brasileira do serviço telegráfico um mal mil vezes maior do que a avidez dos capitalistas estrangeiros. E' preciso imaginar uma malignidade espantosa, prodigiosa, colossal, para explicar convenientemente o atraso do serviço dirigido por uma pessoa escolhida diretamente pelo presidente da República em comparação com serviço análogo, mas muito mais difícil, dirigido por inimigos do Brasil.

Dessas considerações não deduzo o princípio que atribui à administração pública uma essencial incapacidade. Outros exemplos pelo mundo nos provam que a administração governamental dos serviços públicos pode ser tão boa ou melhor do que a administração privada. Não há, pois, uma regra geral mandando entregar à livre concorrência e às empresas capitalistas a administração dos serviços públicos, mas há o fato particular, o fato brasileiro, que serve para aquilatar o grau de morbidez política a que chegamos.

O atraso do Departamento de Correios e Telégrafos é apenas o índice de um atraso mais grave. O veneno dos serviços vem de cima, dos ministérios e das presidências. E é tão violento que quase seria melhor que o presidente eleito tivesse uma verba vultosa, duzentos ou trezentos milhões de cruzeiros, para distribuir entre os companheiros de campanha eleitoral, em vez de ter êsse presidente eleito o privilégio de distribuir por seus comparsas os postos de administração dos serviços públicos.

*Abril, 1956*

## O MILAGRE DA BOA VONTADE

Iniciando hoje uma colaboração semanal no *O Estado de São Paulo*, quero pedir ao leitor a licença de escrever ora sôbre fatos, ora sôbre idéias, ao sabor dos acontecimentos ou das cogitações. Não digo que vá fazer da versatilidade um programa. O que pretendo apenas, se me derem a permissão, é estar neste canto do jornal à vontade, falando de uma coisa hoje, de outra amanhã, ou melhor, na semana seguinte, sem obrigação de roteiro, nem compromisso de gênero literário. Creio que assim não me faltará assunto. Nos dias grandes terei episódios candentes a comentar, considerações políticas, econômicas e sociológicas a tecer, e até apóstrofes a verberar contra o poder público; e nos dias monótonos sempre terei uma rosa em minha mesa, uma criança à mão, uma lembrança, um nada, e cuidarei de explorar o imenso mundo das coisas pequeninas, que é de onde se tiram as mais proveitosas meditações. Não precisarei assim desancar algum beí de Tunis como aconteceu ao Eça de Queirós, nem ficarei, como a mim já me tem acontecido muitas vêzes, a procurar assuntos substanciais e condignos que recompensem a atenção do leitor e correspondam à remuneração do jornal. Resta saber se conseguirei obter do leitor paulista tamanha benevolência para tão vadios propósitos

de uma pena carioca. O que posso prometer, nesta colcha de retalhos que começo aqui a pespontar, é a unidade da linha com que coso, mas isso mesmo só com o tempo se verá.

Aliás, por falar em leitor paulista e em escritor carioca, veio-me a idéia de contar que, uma vez ao menos, a nossa anarquizada e indolente metrópole deu provas de uma eficiência que nada ficou a dever ao que seria se aquilo que aqui se passou houvesse ocorrido na operosa e dinâmica paulicéia.

Refiro-me ao congresso eucarístico, e mais particularmente a êsse aspecto de ordem e de ótimo andamento que tiveram os serviços da grande solemnidade. Deixo de lado a grandeza da significação religiosa do certame, que já foi objeto de outras publicações, para cuidar especialmente do desempenho. Foi admirável. Foi comoventemente perfeito. A complexidade de serviços mobilizados, desde o enorme atêrro até o pequenino invento de papel que servia de ventarola ou de guarda-sol; desde a distribuição harmoniosa de tresentas mil partículas consagradas até a distribuição generosa de tresentas mil merendas de criança; desde a impressionante beleza do altar até a perfeição dos serviços de som, de luz e de transportes; em tudo, em todos os detalhes, a ordem era tanta que nos dava a pouco patriótica impressão de não estarmos no Brasil, e muito menos na sua desvairada capital.

Eu que sempre temera a confusão, e com excelentes motivos, declarei-me logo vencido pelo resultado. E hoje ousou formular uma sugestão que

talvez pareça esdrúxula: se algum dia o Brasil entrar em guerra com países de além-mar, e tiver necessidade de concertar uma vultosa operação de desembarque de tropas, víveres e munições, entregue o ministro da guerra a direção desses serviços aos três bispos e às boas senhoras que organizaram o congresso eucarístico no palácio São Joaquim. Melhor do que êles, e elas, não fariam decerto os mais eficientes estrategistas do mundo.

Foi realmente uma batalha, uma grande batalha, o que levaram a cabo. Lá estavam os marujos de guerra a manobrar a enorme vela do navio ancorado, lá estavam as tropas de terra, os refletores dos combates anti-aéreos, o verde-oliva dos carros de assalto e a brancura das ambulâncias. Tudo enfim que entra nas grandes operações militares, e funcionando bem, rigorosamente de acôrdo com as previsões do comando. Extraviava-se uma criança? Logo os alto-falantes circulavam a notícia, publicavam os sinais de identificação, até que os lenços de um grupo notificassem o encontro da ovelha tresmalhada. Desfalecia uma senhora? Logo aparecia o médico e a farmácia. E assim as quinhentas mil pessoas aglomeradas sentiam-se guardadas, e podiam, com alma livre, entregar-se ao recolhimento piedoso. E que dizer das confissões colhidas pelos batedores de Cristo no improviso das contrições súbitas? Só eu, de onde estava, vi mais de uma dúzia de corpos, baleados pelo divino perdão, caírem de joelhos diante de um confessor saído não sei de onde.

Aludi, há pouco, às merendas distribuídas no dia da comunhão das crianças. Levava eu as minhas e, pelo sim, pelo não, lá me acautelara com um pequeno farnel. Habitado às soluções individualistas, e receando a demora da cerimônia, deixara-me guiar pelo adágio que recomenda a Mateus o cuidado dos seus. Arrependi-me, quando vi que alguém cuidara de todos. Mal terminava a missa chegavam viaturas do exército, às dezenas, carregadas de sacos volumosos, e logo um regimento de moças bandeirantes, bem escolhidas entre as de pernas mais grossas e dorsos mais robustos, acercou-se dos carros do glorioso exército brasileiro. Cada uma das moças toma nas costas um enorme saco, e quando algum varão, vexado com a disposição delas, esboça um gesto de ajuda, encontra uma altiva relutância: o pôsto era delas. E ademais, se o peso deveras era grande, iria diminuindo pelas brechas da generosidade, deixando de mão em mão um pequeno saco de papel com as insígnias do congresso por fora, e uma boa razão de biscoitos por dentro.

Aquela guerra era branca, era de paz. Sem regatear elogios aos organizadores, devo entretanto assinalar o mérito principal do essencial Pacificador que ali estava presente, espalhado na multidão, fundido nas almas, a murmurar no íntimo dos corações: "*Pacem relinquo vobis, pacem meam do vobis...*".

Lá no outro lado do mundo, nos mesmos dias, os poderosos senhores dos povos também se reu-

niram para a procura da paz. Com as migalhas da boa-vontade, que sempre sobejam nos banquetes dos egoísmos, estiveram a procurar a concórdia, a paz do mundo, como se fôsse possível armar em equilíbrio as forças que dividem, que separam, que desagregam. E a mesma Genebra, a Jerusalém do individualismo, de onde saíram as fórmulas mais insensatas da filosofia do egoísmo, hospeda os aprensivos embaixadores dos interesses em choque. Não sei o que resultará desses conciliábulos; mas sei, porque vi, o que pode resultar quando os homens se entregam totalmente à lei da boa-vontade. Vi o quase milagre, ou milagre mesmo, de uma organização monumental plenamente realizada, aqui, entre nós cariocas, que somos reconhecidamente desvairados e displicentes.

Ainda guardo na retina o espetáculo raro, diria até divertido, suavemente irônico, que nos deram os marinheiros, a polícia, os soldados, os refletores de guerra, e os imponentes carros de assalto a serviço do mais pacífico dos reis.

Julho, 1955

## LÉON BLOY

A primeira impressão colhida ao abordar a obra de Léon Bloy, que perdura, às vêzes, não somente no espírito de seus críticos, mas também no de seus admiradores, é a de um magnífico imprecador ou de um amargo revoltado. O que chama logo a atenção é a veemência, a violência, a truculência. Bloy aparece, para os que o louvam e para os que o censuram, quase um profeta ou quase um energúmeno: juba eriçada, olhar em brasa, em pé entre dois séculos, nós o vemos denunciando, apostrofando, fustigando os homens, os costumes e as idéias de seu tempo. Basta pronunciar seu nome em rodas literárias para que cada um tenha uma frase sua a lembrar, contra a rainha Vitória, contra os belgas em geral, contra Huysmans ou contra Leão XIII. Suas indignações, justas ou injustas, são louvadas aqui como exemplos de sinceridade, e censuradas acolá como exemplos de insubordinação. E muitos são os admiradores que admiram justamente o que os outros reprovam, ficando assim tôda a obra e todo o depoimento de Léon Bloy à mercê das inclinações temperamentais. Elogiam uns a amplitude de seu rugido; criticam outros a aspereza de seus urros.

Vivemos numa época de ímpetos. A Vontade, divinizada, afirma sua preponderância, para de-



sencadear e para encadear; o delírio fascista ou o torpor marxista, são expressões pouco diferentes do mesmo império da vontade. À realidade substituiu-se o dinamismo; à inteligência substituiu-se o gesto e o grito; e na mesma linha dêsse dinamismo estão os amadores de imprecações e os amadores de mordidas. Por isso, a partir da primeira impressão, os admiradores e os detratores de Bloy se dividem em torno da apreciação de seus ímpetos, deixando de lado o conteúdo positivo da grande obra cristã onde a vontade esteve sempre, em cada página, em cada linha, humildemente submissa.

Se eu conseguisse provar cabalmente, nos estreitos limites dêste pequeno estudo, que a obra de Bloy é tão intelectual como a de Maritain, embora de um modo diferente, é certo que o número de seus admiradores voluntaristas e anticlericais ficaria consideravelmente reduzido, porque o que lhes parece admirável, nesse ortodoxo, nesse dogmático, nesse obediente, é a impressão, tão grata a nossos mil recalques, do indivíduo que (afinal!) rompeu tôdas as barreiras que travam nossos gestos e nossas palavras. Foi um que ousou! Foi um que soube dizer verdades — o que é muito mais espetacular do que dizer a verdade.

\* \* \*

A segunda impressão, que a meu ver ainda é superficial, mas um pouco mais profunda, refere-se à mensagem do pobre, do solitário, aprisionado, acorrentado, fixado no centro de sua miséria. E o imprecador aparece agora explicado: vocífera por-

que tem de que vociferar; grita porque um mundo iníquo o mantém no centro mesmo da miséria; ruge porque vê um filho morrer de fome e de frio.

Se a primeira impressão, que se detinha na magnificência dos clamores, se prestava a um julgamento segundo as inclinações da vontade, esta segunda impressão, da vociferação motivada e explicada, entrega a obra de Bloy à sêca razão que racionaliza tôdas as atitudes e despoja o homem de seu mistério.

Mas a obra de Bloy tem um conteúdo positivo, uma mensagem de inteligência, uma partícula de verdade eterna. Não foi somente para passar trotes nos belgas e fazer pirraças aos ingleses, não foi somente para denunciar proprietários gananciosos e bispos que se opunham aos desejos de Nossa Senhora, expressos entre lágrimas em La Salette, não foi somente para repreender Huysmans ou maltratar Bourget (*L'eunuque des dames*) que o Peregrino do Absoluto viveu sua longa vida de sofrimentos indizíveis. Sua obra tem um conteúdo principal, uma verdade onipresente, um sentido, uma idéia clara e constante, tão constante, tão clara, tão evidente, que se torna invisível, como o mistério é invisível, como o sol é invisível. E eu diria, com a mais firme convicção, que êsse núcleo é simplesmente o nono artigo do símbolo dos apóstolos: a Comunhão dos Santos.

Através de cem mil acidentes, em todos os seus livros, e principalmente em seu jornal (que a meu ver é a parte principal de sua obra), corre o

éco multiplicado desta mesma palavra: "Creio na Comunhão dos Santos". Os outros artigos de fé, evidentemente, estão presentes em sua obra católica, mas numa hierarquia de certo modo subvertida; ou melhor, estão antes de suas primeiras páginas. Não se mencionam, não se comentam, não se tiram conseqüências. Foram pronunciados antes do livro começar. Já foram pronunciados pelo velho leão que Maritain viu, no dia do batismo de Van de Meer, ajoelhado no fundo de uma igreja escura, agarrado ao rosário, "acroupi, devorant lentement sa proie". Creio em Deus Padre Todo Poderoso... já foi dito. Já está antes do livro; antes da primeira página de cada livro. "Cela va de soi". E' claro. E em Jesus Cristo, um só seu filho... também já foi rezado. E' evidente. Mas, na continuação da oração, o homem de Deus chega àquêle misterioso nono artigo, e de repente se detém. E a oração se prolonga num rosnar amoroso e dolorido que transbordará, ao longo de quarenta e tantos anos de adorável sofrimento, numa obra que não passa da multiforme repetição dessa mesma e inesgotável palavra: "Creio na comunhão dos Santos".

Léon Bloy testemunhou, e nos fez sentir como ninguém, a invisível presença dos eleitos, o acotovelar dos anjos, o hálito dos vivos e dos mortos. Muitas noites passava a chorar com as almas do purgatório; e muitos dias passava a esperar as notícias distantes dos invisíveis próximos. Sentia a comunhão dos santos como a aranha sente a teia,

como o pássaro sente a brisa, como o ouvido de mãe mal adormecida sente os mil rumores de uma casa cheia de filhos, que se agitam, que ressonam, que estremeecem... Sentia os passos dos santos como se o chão da eternidade fôsse a pele de um tambor.

A Igreja de Deus é verdadeiramente um corpo, aquecido por um sangue e animado por um espírito: as partes se comunicam, se encontram, e muitas vêzes se chocam. O Universo não é tão grande como o pintam os astrônomos: é antes uma nave de catedral onde o humilde cochicho de um penitente ressoa em cada nicho e interessa cada alma.

"Songes-tu, pauvre Marchenoir, que lorsque tu prononces le nom de Jesus, tout fléchit le genou, au ciel, sur la terre, et dans les enfers, et que c'est l'Esprit Saint qui a dit cela? Lorsque tu accomplis un acte bon ou mauvais, rappelle-toi qui'il y a des âmes sans nombre, des âmes de vivants et des âmes de prétendus morts qui correspondent mystérieusement à la tienne — toute ta parenté spirituelle qui ne te sera visible que dans la Lumière — âmes d'esclaves ou d'empereurs ayant pu animer des corps, il y a cinq mille ans, ou les animant à cette heure, lesquelles ont un besoin infini de toi. Si donc ton acte est mauvais, cette multitude est refoulée; si ton acte est bon, tu la ramènes comme par la main. La catastrophe de la Martinique, par exemple, a pu être déterminée par un refus d'obéissance, ou une transgression venielle dont se rendra coupable, dans un demi siècle, une

misérable créature *éternellement* designée pour lancer ainsi l'étincelle au fond de ce gouffre. Et il se peut tout aussi bien que tel sauvage de la Tasmanie ou de l'Angola qui s'abstint d'une atrocité au siècle dernier, ait déterminé la crise heureuse qui sauvera, je ne sais quand, tel moribond dans un hôpital de Londres. Lorsque les lieutenants exaspérés de Grouchy le pressaient avec fureur d'aller au secours de Napoléon, je me représent fort bien des millions de bras invisibles retenant cet imbécile devenu, un instant, le pivot dun monde. Tout cela, c'est ce qu'on nomme la Communion des Saints, l'article neuvième du Symbole, la solidarité de toutes les créatures, de tous les mondes et de tout les temps, — l'Infini." (*Quatre ans de Captivité à Cochons-sur-Marne*).

\* \* \*

A passagem que acabei de transcrever é explícita e foi escolhida por isso mesmo; mas para salientar melhor a minha interpretação da mensagem de Léon Bloy seria melhor, talvez, citar as numerosas passagens em que a idéia está implícita e de tal modo dissolvida na obra que se torna a seiva vivificante de tôdas as partes. A solidariedade das almas, a reversibilidade dos méritos e deméritos, se manifesta no dinamismo dos acontecimentos, sendo preciso, por exemplo, nada menos do que um terremoto em Messina, com centenas de milhares de vítimas para que sua filhinha fizesse a primeira comunhão. As órbitas dos sóis estão traçadas em torno da Igreja. Havia, entre Bloy e São Barnabé,

uma aliança misteriosa com repetidos sinais, mas no ano de 1905 os astros deslocam a festa de S. Barnabé, e o apóstolo espera pacientemente que chegue seu dia para encaminhar à casa de Bloy dois jovens desesperados, Jacques e Raissa, que, pela misericórdia de Deus, receberam batismo no ano seguinte e até hoje vivem obedientes às renúncias que fizeram.

Em torno de Bloy tudo é religioso. A penetração do sobrenatural, da atmosfera católica, não recua diante da inconveniência e do grotesco, e estando êle na Dinamarca, em casa miserável, provida de miserável instalação sanitária, êle registra no seu diário: "Ah! ces latrines protestantes..."

E tudo é adorável. A única tristeza é não ser santo, porque exclui a delícia do convívio dos irmãos que moram e se alegram na casa do Senhor. A única tristeza é não ser santo, porque, entre todos os artigos do Símbolo, êste nono artigo, a fé na comunhão dos santos, o mais próximo de nós, que mais diretamente e concretamente interessa nossa humanidade, e a humanidade de nossa sociedade, atingido no seu nervo, ganha um acento de indizível tristeza.

O humanismo da Igreja se fundamenta na Encarnação, pela qual a natureza humana foi visitada e aceita pelo filho de Deus, ganhando eminente dignidade. Deus tornou-se homem para que os homens descubram que, pelo menos, vale a pena ser homem. O ministério da Encarnação é a base de nosso humanismo e a fonte de tôdas as cogitações

da ordem natural, mas esse humanismo se desenvolve no dinamismo social em Pentecostes, quando o Espírito Santo encheu todo o orbe, inserindo a comunhão dos santos no plano da redenção, incorporando-a em Cristo e colocando a Virgem Santíssima como corôa da criação. Os dois mistérios, a Incarnação e a Comunhão, nos interessam pois diretamente, próximamente, aqui e agora, porque são os primeiros elementos de ligação entre nós, nossas almas, nossos corpos, carne, sangue e ossos, e o reino de Deus. Sem eles, a salvação seria um salto por cima de um abismo; com eles, a salvação desce em nossa morada, neste corpo e neste minuto. E a eminente dignidade conferida à natureza humana transborda para os atos humanos, ficando todos revestidos de uma seriedade e de uma repercussão que nenhum sistema humano ousou sonhar.

Nós somos coletivos; mas, dentro dessa coletividade sem igual, cada um conserva a infinita importância de seu Modelo. As dificuldades e os conflitos entre a Pessoa e a Sociedade, difíceis de formular filosoficamente, e ainda mais difíceis de viver praticamente, estão entregues a Deus e são resolvidas em termos da Incarnação e da Comunhão.

Léon Bloy era humanista, nesse sentido. Tão humanista como Maritain, Newman, Chesterton e Péguy. A impressão de uma religiosidade aérea e despegada dos homens, como em tantas páginas católicas de falso misticismo, seria errada na obra de Bloy, porque o sentimento constante da comunhão dos santos, marcado em cada linha, restabe-

lece o equilíbrio em nível alto. Impregnada de sobrenatural, sua obra seria vã e declamatória, sem esse laço que a prende à ordem natural. Ele afirma o valor da vida humana, dos atos humanos, dos menores gestos, tudo estando ligado, solidário e comunicante. Léon Bloy tinha o socialismo dos santos, e por isso, justamente por isso, tinha um profundo horror por esse coletivismo de detentos cujo infernal amargor nós todos hoje sentimos.

“Vous ne prétendez pas sans doute, comme font les socialistes, qu’il n’y ait plus de pauvre et que la souffrance disparaisse de ce monde. Alors, *qui donc paierait?* Cela ferait une société de pourceaux insolubles d’une hideur indicible”.

\*\*\*

Essa, a meu ver, é a notícia que Léon Bloy nos deixou. Tudo o mais é acessório e acidental em sua obra. Acidental é o magnífico clamor de suas frases (magnífico demais para meu gosto, como para Raissa Maritain); acidental sua sarcástica habilidade de molestar o honesto povo belga; acidental seu desejo de aplicar em alguns personagens do tempo um certo suplício asiático; acidental a veemência, a violência, a truculência. Sua obra, se estou certo, é apenas a prolongada meditação de um homem que estava rezando, e que se deteve, de joelhos, quarenta e tantos anos, pronunciando, sondando, sentindo, essas palavras simples e enormes: Creio na Comunhão dos Santos.

Julho, 1946

## LEMBRANÇA DE BERNANOS

*A Fernando Carneiro*

O primeiro sentimento que me veio, quando Fernando Carneiro me comunicou por telefone a morte de Bernanos, foi uma falta enorme, instantânea, brusca, como se aquêle homem que apenas encontrara meia dúzia de vêzes, e que se achava perdido para mim, "somewhere in France", estivesse ligado à minha vida com os vínculos de uma antiga amizade. E estava. Realmente, estava. Sem que eu mesmo o soubesse, Bernanos tinha deixado em mim a marca inapagável de um contacto verdadeiramente humano. Um minuto antes da notícia, mal me lembrava de seu vulto, de sua voz, de suas bengalas, de sua cólera pronta e de sua prontíssima ternura. Agora, pondo o fone no gancho, eu sentia crescer em mim, por todos os lados, em tórno, atrás, adiante, nas recordações e nas esperanças uma falta enorme.

Desenhava-se, com a nitidez das coisas duras que se partem, os contornos do buraco que acabara de me engulir um amigo. E eu via, ampliados e detalhados, o que deveriam ter sido os nossos poucos encontros — e o que não foram. A sensação crispada de uma frustração assaltava-me lembrando cada conversa nossa, cada gesto, cada tentativa de entendimento perfeito que se havia detido em nos-

sos duros limites. Mesmo agora, poucos dias atrás, eu devia ter escrito uma carta — e não a escrevi. Devia ter enviado umas revistas em que nós o defendíamos e que certamente lhe dariam prazer — e não as enviei. Adiar a carta, protelara a remessa das revistas, calculando, como se costuma fazer entre vivos, que o tempo é ilimitado e a vida inextinguível.

A morte projeta uma luz rasante e crua que tem a esquisita propriedade de exaltar as minúcias de um passado perdido, transformando a lembrança aparentemente mais clara e mais lisa numa paisagem lunar com suas montanhas e crateras. Que importância tem agora a carta que interrompi e que não enviarei hoje a um amigo distante que ainda pertence à orgulhosa aristocracia dos vivos? Nenhuma, evidentemente. Que importância tem o gesto de enfado com que hoje afasto a criança que me puxa pelas calças? Nenhuma, evidentemente. E o telefone que não toquei, e a mão que encolhi, e a visita que adiei? A vida é uma planície imensa mal varrida, cheia de quinquilharias inúteis: cacos de gestos, cacos de palavras, por aqui, por ali, dificultando os passos... quantas vezes temos vontade de proceder a uma sistemática eliminação de incômodos, e de pôr um pouco de ordem nesse chão cheio de escombros?

Chega então a morte, e de repente, no cemitério das lembranças truncadas, corre um frêmito de vida. E as lembranças aleijadas se levantam, e tudo na vida passada nos parece abortivo e irre-

mediável. Quem poderia adivinhar que aquê de desenho de criança, representando uma casinha no alto de um morro, com um sol ingênuamente dardejante por trás, seria contemplado com religioso temor, à luz da morte, por entre a névoa das lágrimas? A mãe do menino atropelado desculpa-se de ter pôsto fora os outros desenhos. O irmão do menino atropelado chora de ter comido na véspera o pedaço maior da sobremesa. E tudo isto, entre nós, os vivos, os orgulhosos vivos, que não sentiram o gosto dos abismos, parece ridículo, insensato, passageiro, porque entre nós parece estar definitivamente estabelecido que essas coisas miúdas são o lixo da vida.

O que no primeiro momento mais se chora no morto não é a falta que se adivinha para amanhã ou depois: é a falta atroz que êle já faz no passado. E' a decepção, é o sentimento agudo de uma frustração naquilo mesmo que mais sòlidamente nos parecia adjudicado. A falta que o morto irá fazer dia por dia, no futuro, essa, chegará a seu tempo envolta numa tristeza que, de certo modo, é boa e harmoniosa. Imaginamos fàcilmente encontros perfeitos, soluções perfeitas, se o morto estivesse ali. Ao contrário, a retrospecção, diante da morte, deixa-nos o gosto amargo dos encontros imperfeitos e das soluções imperfeitas. E o pêso do nunca-mais nos oprime intoleravelmente.

Nós não precisamos corar da boa e humilde saudade de nossos mortos; nem precisamos pensar que a Fé e a Esperança nos proibem as lágrimas

da saudade. Mas o que não devemos permitir, de modo algum, é que se instale em nós êsse primeiro dardo com que a notícia da morte nos fere.

Eu gostaria de dizer a quem tenha seus mortos, à mãe do menino atropelado, ao irmão que chora hoje pelo olho-grande de ontem, e aos outros, que têm seus mortos, que a tristeza de não ter dado o que devia ter sido dado tem uma solução perfeita.

O insulto que a morte nos causa não pode ser vencido pela Fé e pela Esperança, que são as virtudes da peregrinação. A idéia de que o morto esteja no céu, e o consôlo de esperar que lá o encontraremos, não basta entretanto para curar a ferida das faltas que ficaram para trás. Precisamos abraçar-nos à virtude que não passa, à Caridade, que é a única que vence a morte e que desconhece a separação entre o passado e o futuro. A solução perfeita desta tremenda sabatina da morte está na transferência das dívidas. Pague-se aos outros o que já não se pode pagar ao que morreu, e vem tudo a dar na mesma, e vem tudo se encontrar na mesma pirâmide de ofertas e donativos, o patrimônio da comunhão dos santos, de cuja distribuição Deus mesmo se encarrega. Valha-nos agora essa angústia passageira causada pelo invisível para que melhor sirvamos o visível, e assim o morto começa logo na eternidade o seu ofício de advogado dos vivos.

\* \* \*

A falta que senti de Bernanos, brusca, instantânea, era dessa amarga espécie, feita de retros-

pecções. Não se tratava do buraco enorme, difícil de preencher. Não me lembrei de Bernanos escritor, de Bernanos grande, de Bernanos genial, senão mais tarde, no dia seguinte, lendo o jornal. Lembrei-me de Bernanos-Bernanos. No momento em que depus o fone no gancho, mal acabando de ouvir a voz perturbada de Carneiro, não me passou pela idéia escrever um artigo que começasse assim: "Calou-se uma grande voz...". Não me ocorreu escrever artigo nenhum; e efetivamente não o escrevi; mas não me gabo disto, porque seria melhor ter escrito.

O que me surgiu pela frente, naquele instante, foi o decalque, o negativo absoluto da figura de Bernanos, viva, pessoal, única, para me cobrar as oportunidades perdidas. E andei longo tempo, sentindo do morto a saudade que não sentira do vivo, até conseguir alinhar, para os outros, para o que desse e viesse, essa meia dúzia de páginas de recordações.

\* \* \*

Foi numa tarde de domingo, há três ou quatro anos, que recebi por telefone o aviso — e até diria o apêlo — do amigo Fernando Carneiro:

— Bernanos está aqui. Em casa de Murilo! Venha! Venha!

Larguei o jornal que estava lendo e expliquei à minha mulher a natureza e a procedência do recado, acrescentando que não me esparasse para o jantar. Desci a rua contente. Ia ver Bernanos.

Mas — levado pelo péssimo costume de discutir tudo comigo mesmo, e de analisar e esmiuçar as razões dos menores prazeres, arriscando-me a achar a razão perdendo o prazer, ou levado talvez pelo comodismo domingueiro que me censurava o abandono do jornal e da poltrona — pus-me logo a criticar êsse desejo de *ver* Bernanos, essa fútil curiosidade, como se possa haver o que mereça ser visto num autor de livros. De fato, o que êle tinha de melhor estava-me ao alcance da mão, sem pôr a gravata e sem tomar o ônibus. Bastava tirar um volume da estante para ter Bernanos, a melhor parte de Bernanos. Bastava abrir *Journal d'un Curé de Campagne* ou *Lettre aux Anglais*, para receber, com segurança e confôrto, as golfadas de gênio do escritor que ousou dizer o escândalo da verdade, e ousou sondar o escândalo da santidade.

Além disso, desde aquêlo tempo, embora não tanto como hoje, eu já tinha uma sadia aversão por essas reuniões de pessoas implacavelmente condenadas a só dizerem coisas interessantes. Gostava de visitar Murilo, aquêlo doente que a gente ia ver para sair confortado. Gostaria de conversar com Bernanos, se pudesse começar pela centésima vez. Mas a idéia daquele encontro arranjado e fugaz, que mal daria tempo para vencer as primeiras dificuldades do vocabulário, fazia crescer em mim o desejo de voltar atrás trocando Bernanos pelo livro e a caminhada pela poltrona.

Felizmente — digo-o hoje, depois de saber que Bernanos morreu — o meu discurso interior durou

tanto quanto a caminhada e quando chegava à pessimista conclusão sôbre o valor das conversas literárias, estava diante do portão da velha casa em que Murilo morava. E, fôsse pela lei do quadrado da distância, fôsse pela vitória da simplicidade sôbre os retorcidos meandros de minha dialética, o fato é que entrei.

\* \* \*

Anoitecia. O casarão, recuado da rua, enfiado entre as árvores de um velho jardim de outrora, parecia esconder-se dos indiscretos, como um fidalgo arruinado que disfarçasse a pobreza. O portão era pesado e rangia. Onde e quando empurrara eu assim, faz muito tempo, um portão pesado que rangia? Indecisamente, oscilando entre as calças curtas e o despontar do bigode, ora moço, ora menino, entrei pelo jardim a dentro, sem saber se era brinquedo de chicote queimado ou encontro de namorada. Dois patos, graves e pachorrentos como duas tias velhas de muito antigamente, passaram falando qualquer coisa de mim — do menino travesso ou do moço galante — e desapareceram na sombra, continuando a conversa, cuáh-cuáh-cuáh... num tom mexeriqueiro e confidencial.

Abriu-me a porta uma senhora idosa, alta e magra, que trazia um gato ao colo. Fez-me um sinal misterioso; exatamente o que deveria fazer se nós dois tivéssemos saído, naquele instante, duma estampa em livro de aventuras e crimes. Atravessei



uma sala de estar espaçosa e mal iluminada, onde cinco ou seis pessoas de nacionalidades indecifráveis conversavam com cícios, como se conspirassem, entre a fumaça dos cigarros. Ao pé da escada um gato prêto, que lambia um pires de leite, olhou-me com maldade e fugiu, pondo ao canto dêsse quadro, já sombrio, uma sinuosa pincelada negra.

Subi uma escada imensa que me deixou num corredor ainda mais escuro. No fundo, à direita, uma fresta de luz, uma porta, um retrato de Mozart: era o quarto de Murilo.

\* \* \*

Nessa noite o quarto estava cheio. Perdi-me na confusão dos boas noites, uns em francês, outros em vernáculo, e foi só depois de me instalar numa cadeira ao canto, perto da porta, e depois de me aliviar da humilhante sensação de recém-chegado, que pude reparar em Bernanos.

Bernanos, no centro do quarto, sentado numa cadeira de braços, estava sendo torturado pelos quatro cavalos da amizade e da admiração. Parecia cansado e angustiado. Enquanto um senhor desconhecido, grego, rumáico ou tcheco, tentava em vão economizar Bernanos, Carneiro, do outro lado, sentado num tamborete baixo, procurava acender o misterioso pavio que fizesse explodir a mina da esperada e generosa indignação.

Bernanos pareceu-me uma montanha. Estava sendo explorado. Estava sendo escalado, percorrido, sondado por mineiros ávidos de novos filões. Ou

então era um navio, um enorme e velho navio de muitas viagens, que tivesse encalhado ali em país exótico, com os porões abarrotados de tesouros...

\* \* \*

Na rua choviscava. Bernanos, apoiado em suas bengalas, recusava-se a acompanhar Carneiro, queixando-se do cansaço, da angústia, da escada imensa que mal conseguira vencer com suas pernas estropiadas, e que descera depois, a fôrça das bengalas, com o estrépito de um centauro doente. Carneiro bem sabia como êle estava doente, como sofria, e assim mesmo fizera-o falar diante daquelas pessoas. Que dissera êle? Que dissera êle àquelas pessoas? Que esperava Carneiro que êle pudesse dizer àquelas pessoas que lá o tinham ido escutar?

Mas Carneiro, esquivando-se às objurgatórias do artista inquieto de como falara, e do arauto preocupado com o que falara, puxou pelo menino escondido dentro do velho atleta, e levou-o dali, já docilmente, embora ainda a gemer, para um jantar no Recreio, *sous les arbres*.

Escolhemos porém a mesa na varanda, por causa da chuva, que crescera. Bernanos mal percebeu a falta das árvores. Sentado diante de mim, cotovelos fincados na mesa, capa impermeável aberta no peito, chapéu do mesmo pano, amassado, e pôsto de qualquer jeito no alto da cabeça, êle me parecia agora um recém-chegado de dolorosa peregrinação que ainda trouxesse no rosto a agonia dos naufrágios e o susto das emboscadas.

Ali estava Georges Bernanos. Aguentava a cabeça fatigada nas mãos, e os dedos entravam pelas carnes do rosto envelhecido, indo esmagar o olho esquerdo que tomava posições e proporções cômicas, enquanto o outro, livre da brutal trituração, guardava a serenidade e a candura de um olho azul de criança.

Ali estava Georges Bernanos. O autor de *Sous le Soleil de Satan*. O francês de verbo fustigante que viera ao Brasil "cuver sa honte". O bom cristão que, pelo menos, não tinha a pesar na consciência o crime de calar a justa indignação e a vergonha de fazer da mediocridade um estandarte e um voto.

Provocado por Carneiro, pôs-se a contar que passara tôda a manhã em São Bento, que conversara muito com o Père Paul, que recebera a santa comunhão na capela... e logo, num salto brusco, pôs-se a rugir contra o barroco da igreja, e contra o especial estilo de cristandade inventado pelos portugueses. E enquanto êle falava, parecia-me ver no seu olho direito (porque o esquerdo, cada vez mais macerado, parecia prestes a saltar) o itinerário daquele peregrino. Não sei por que, se pela capa mal abotoada, ou pelo fato de ser um estrangeiro, voltava-me com persistência a idéia de que era um recém-chegado. "Quelqu'un qui vient d'arriver". E que, depois de comer com pressa, vai continuar, agarrado às suas bengalas, a jornada apenas interrompida. Bernanos, não sei porque, não me deixava pensar em coisas quietas e estáveis: em família, em casa, em jardins. Ao contrário, o panorama que

obscuramente corria por trás de suas palavras, eram quilhas erguidas nas ondas, ou eram cavalos fogueiros com crinas ao vento, em planíceis imensas vistas num relance, da janela de um trem, e longe, lá num horizonte de sonho, as montanhas roxas, como um renque de enormes hortênsias de pedra.

Mas, êsse itinerário que eu via na transparência de seu olho, agora perdido num ponto do espaço, acima de nossas cabeças, era o da aventura nascida na infância, e continuada no obstinado menino que aquêlc hercúleo São Cristóvão carregava pelas águas. Êle diz que êsse menino morreu: "Le plus mort des morts est le petit garçon que je fus..." Mas já contava com êsse morto supervivo para o instante supremo, êsse de que Carneiro me deu notícia há pouco pelo telefone: "... et pourtant, l'heure venue, c'est lui qui reprendra sa place a la tête de ma vie, rassemblera mes pauvres années jusqu'a la dernière, et, comme un jeune chef ralliant ses veterans et la troupe en desordre, entrera le premier dans la Maison du Père".

Bernanos continuava a falar. Ora exaltado, ora enternecido. Sua indignação, aliás, não é outra coisa senão a viril manifestação de sua infantil e inesgotável capacidade de se enternecer. Como poucos, êle sente os contrastes. Sente o claro-escuro do mundo. Adivinha a tragédia de seu tempo. E debate-se entre um mundo de traficantes, e um mundo de maravilhas.

Foi então que Fernando Carneiro, aproveitando um silêncio maior, e usando o quase privilégio seu de improvisar situações absurdas, perguntou:

— Bernanos, você gosta dêste meu amigo?

Em condições ordinárias essa pergunta teria uma enorme banalidade ou uma chocante impropriedade. No caso, de absurda, tornou-se simples e natural. Em lugar de responder logo com amabilidade, ou de esquivar-se com um subterfúgio, Bernanos levou a sério a pergunta, e, detendo o discurso que ia recomeçar por cima de nossas cabeças, olhou-me demoradamente, e, por fim, com um sorriso franco e bom, declarou que gostava.

Nesse momento exato nós três, Bernanos, Carneiro e eu, poderíamos ter calças curtas e blusas à marinheira, porque, no fogo de uma amizade nova, tínhamos os corações limpos dos meninos de oito anos.

*Outubro, 1948*

## SESSENTA ANOS

Custa crer que Alceu Amoroso Lima tenha sessenta anos. Há pessoas em que a cifra assenta bem. Pela congênita gravidade, pela sizudez indefectível, ou pelo mistério do corpo, como lá dizia Machado de Assis, antes de possuírem o aparelho completo da velhice já lhe possuem plenamente o espírito. Velhos por vocação, tarda-lhes o conspícuo ideal. Dir-se-ia que para essas pessoas a juventude é o inevitável percalço como as sebetas para o ba-charel; ou que o verdor dos anos pesa como uma impropriedade.

Mas Alceu Amoroso Lima não pertence a essa raça de homens feitos de palha ou de cinza. Com todos os seus múltiplos títulos, com tôda a espantosa erudição, que em qualquer outro produziria uma obesidade espiritual, e com seus nomes e renomes internacionais, Alceu e Tristão não conseguem ser um sexagenário. Por mais que as cifras o provem, e que o comprovem seus filhos homens e seus netos quase adolescentes, o mesmo ânimo de moço que conheci anos atrás, e o mesmíssimo riso de menino, continuam a afirmar a perenidade de uma juventude pronta para o entusiasmo e para a generosidade.

Trabalhamos juntos há cerca de quinze anos. Nossas mocidades — as mocidades numéricas —

andaram desencontradas. Estive para ser-lhe apresentado, trinta anos atrás, por seu primo e grande amigo Amoroso Costa, que fôra meu professor de astronomia e que julgara ter vislumbrado, naquele tempo, meus esperançosos pendores literários. Lembro-me que chegamos a aprazar um encontro, mas a morte súbita de Manuel Amoroso Costa, vítima do desastre do *Santos Dumont*, cortou-me a oportunidade de conhecer o Tristão de Athayde de 1928. Com o tempo, divorciei-me das esperanças literárias, esqueci o crítico e inclinei-me para outras direções.

Foi muito mais tarde, por solícita indústria de Carlos Chagas, que procurei, não mais o crítico literário, mas o líder católico Alceu Amoroso Lima. Nossa primeira conversa não chegou a ser uma conversa, porque a minha falta de hábito de lidar com personagens importantes me tolhia. Eu me calava e ouvia aquêlê homem entusiasta, de verbo fácil e riso pronto. E envergonhava-me de ser tão diferente.

Desde então, ora mais próximos, ora mais afastados, ora em acôrdo perfeito, ora na boa discordância dos que têm os mesmos ideais, sem todavia preferirem os mesmos métodos, temos trabalhado juntos, sofrido juntos, e juntos envelhecido. Dentro de três anos, se até lá chegar, será a minha vez de completar sessenta anos, atrás de Alceu Amoroso Lima; como atrás dêle vivi.

No declive da convenção, estava para dizer que êsses anos de vida comum e luta comum passaram

depressa. Mas não digo. Não me parece, realmente, que tenha sido breve êsse tempo. Sinto-o, ao contrário, enorme, e até me parece uma espécie de duplicação da vida. E quando inventario êsse tempo vejo sempre, em tôdas as circunstâncias, em todos os lances da prolongada luta, a figura do irmão pouco mais velho e muito mais sábio.

Vejo-o no seu escritório da rua Marechal Floriano a rabiscar um cartão para apresentar-me a um monje de São Bento, e a olhar-me com profunda admiração quando eu lhe disse que não sabia onde ficava o Mosteiro; vejo-o mais tarde a presidir nossas reuniões de "A Ordem", e a elaborar com entusiasmo listas enormes de colaboradores que jamais se concretizariam; vejo-o lançar o Movimento de Montevidéu contra as ameaças de fascismo sul-americano, e logo após a fundar com Cândido Paula Machado, Rubens Pôrto, José Carlos Melo Sousa, eu e outros amigos, a livraria Agir; vejo-o cada ano, em 4 de novembro, comemorar com admirável fidelidade o aniversário de morte de Jackson Figueiredo, animando, quase inventando oradores; vejo-o no memorável comício do Brigadeiro Eduardo Gomes a travar com o povo um diálogo de gigante, e a lançar seu apêlo — "mineiros de meu coração!" — tão belo e grandioso quanto inútil; vejo-o na campanha de fundos para o Centro D. Vital a comandar brigadas de dedicação; vejo-o animadíssimo quando aparecia um novo, e indignadíssimo quando um daqueles velhos por vocação pretendia amesquinhar a figura da Igreja, defendendo-a no

estilo dêles; e vejo-o por fim num tombadilho de navio, a despedir-se de nós, a deixar-nos para levar a outras terras o seu grande ânimo e a sua grande experiência cultural.

Voltou nas vésperas dos sessenta anos, mas ainda não voltou completamente. Poderei dar um toque de melancolia neste artigo de congratulações? Creio que posso, sobretudo se misturar àquela tinta o verde da esperança. Disse que Alceu Amoroso Lima ainda não voltou completamente. O fato de ter sua residência no Rio ainda alugada, e outras circunstâncias, ainda mantém a distância, ainda nos separam de Alceu Amoroso Lima. Já tomou posse do Centro D. Vital, na sua nova sede à rua México, 74; já deu seu curso de literatura; mas ousou dizer que ainda não completou a volta, que ainda não integrou aquela presença animadora e assídua que tinha na velha Praça Quinze. Esperemos que tôdas as circunstâncias se resolvam e que o velho jovem recomece sua grande obra de malogros visíveis e de invisíveis vitórias. Alceu Amoroso Lima precisa recomeçar aos sessenta anos, porque a luta em que se meteu, ou em que foi metido, pela graça de Deus, está sempre recomeçando e está sempre a exigir que não olhemos para trás.

Os moços não querem que Alceu Amoroso Lima se aposente. Não admitem sequer que se retraia. E eu, no que puder, conspirarei para que o meu velho e grande amigo não conheça o descanso. "Sessenta anos é mocidade" diz o maneiroso e de-

testável Júlio Dantas na sua "Ceia" que ainda outro dia, não sei como, conseguiu achar espectadores.

E' em outra Ceia, e com critério infinitamente outro, que sessenta ou noventa anos são e sempre serão mocidade: "Introibo ad altare Dei, ad Deum qui laetificat juventutem meam...". Pesem os anos no corpo, pesem embora na carne, nos nervos, nos ossos, mas na alma liberta não pesarão. E é com isto que conto nesta implacável e descortês reclamação, que trago e que entrego ao amigo como o mais esquisito presente de aniversário. Conto com a graça de Deus, e com as grandes reservas escondidas naquele claro riso de menino.

*Dezembro, 1953*

## JOÃO BENTO

### *A Raquel de Queirós*

Não tivesse eu encontrado êsse João Bento, há poucos dias, no momento exato em que uma pedra enorme, secular e hipopotâmica, iria ceder sob as pancadas cantantes de seu malho; ou não me tivesse detido a admirar o negro velho, ainda esbelto e atlético nos seus sessenta e quatro anos, a cravar no lombo escuro da pedra os seus ponteiros temperados, como se aquilo fôsse um brinquedo, ou como se estivesse a lançar lentos dardos de aço, numa singular tourada em que o bicho não se move (contentando-se em ser duro), e em que o toureiro não se esquiva (contentando-se em ser teimoso), não fôsse o acaso ou a curiosidade, eu guardaria até hoje um falso juízo sôbre os ofícios humanos.

Tempos atrás, efetivamente, escrevera qualquer coisa, que anda aí pelas gavetas, sôbre a esquisitice de certas escolhas. Pasmava que existissem calceteiros e contrabaixistas. Admirava-me que o fruteiro de meu bairro, seu Rafael, porfiasse em carregar nos ombros dois cestos enormes, levando aos outros a abundância, em cornucópias nos braços de uma cruz.

E concluíra, inspirado talvez pelo arcangélico nome do fruteiro, que há nas escolhas dos homens

um grão de eternidade que as aproxima das escolhas dos anjos. Apesar de tôdas as inconstâncias que observamos cada dia, nos gestos e nas roupas, os fruteiros, os calceteiros e os contra baixistas nos proporcionam — pensava eu — um misterioso exemplo de eterna escolha que, mais do que a fidelidade e o hábito, testemunha a incorruptibilidade de nosso espírito.

De outro modo eu não atinava com a razão de existir em tão bizarros ofícios. Ora vejam, por exemplo, o contra baixista. Porque? sim, porque escolheu êle o contra baixo? Como conseguiu, durante os longos anos de aprendizado, permanecer fiel ao ridículo e rotundo instrumento? Há casais fiéis, e por isso muito louváveis, em que acontece, com o tempo, emagrecer o marido e engordar a dama. Mas êsses casais têm geralmente uma forte retaguarda de hábitos, uma boa reserva de recordações do tempo feliz, em que o marido era robusto e a dama graciosa. Cái o infortúnio onde já se acha o amor, sendo vencido por êsse grande teimoso que, em exemplos edificantes, já tem resistido muitas vezes à obesidade e à lepra. Ou então o costume, na lentidão de seus processos, explica tudo.

Mas o contra baixo não é um violino que com a idade engordou. Ao contrário, é instrumento que nunca teve mocidade. Como explicar então — perguntava eu — o gôsto que um moço encontra nesse disforme sarcófago sonoro?

O calceteiro também me deixava atônito. Que caprichos engastara na pedra, definitivamente,

aquêlé braço de homem? Eu, se devesse ganhar o pão com o suor de meu rosto — suor verdadeiro, e não o metafórico, que são as angústias e as insônias de escritor — eu não seria calceteiro. Nunca escolheria, se tivesse de lutar braço a braço com a matéria, a mais áspera e dura das substâncias. Antes preferiria a madeira que se presta bem ao talho e ao tórno. Cortando-a, serrando-a, antes da tarefa completa eu já teria a recompensa no perfume das resinas. Meu ofício seria acompanhado de uma incensação; minha oficina teria um ar de madrugada nas florestas.

Ou então iria cavar a terra fôfa, iria surpreender em flagrante o segrêdo da fecunda aliança entre a vida e a morte. Hoje, coveiro, assistiria amanhã a festa das germinações, e depois de amanhã a festa maior das colheitas. Teria a meu favor as convenções antigas de vida simples e boa? Teria a meu favor poemas admiráveis.

Mas para o fruteiro crucificado numa trave oscilante, para o calceteiro alagado de suor, para o músico indissolúvelmente ligado ao matronal instrumento, eu não via explicação para o capricho da sorte que transforma um gesto fortuíto, e tão gratuito como um meneio de mulher que olha para trás, numa estátua de sal.

Na falta de recursos mais corpóreos e mais humanos, eu me valia da natureza dos anjos para explicar tão bizarros ofícios de homens, e estaria até hoje nessa mal contornada dificuldade se, na-

quela tarde de sol, não tivesse encontrado João Bento.

Esse João Bento, como ficou dito, é um prêto velho. Tem sessenta e quatro anos. Mas, não fôsse o rosto amarfanhado, os cabelos grisalhos e os olhos esbugalhados, enormes e sem brilho, olhos que dão a esquisita sensação de ser cada um alheio ao outro, rodando à vontade, dando à fisionomia a grotesca ferocidade dos piratas de convenção — não fôssem também os dentes quebrados e uma certa curvatura endurecida no dorso, ninguém diria que aquêlê atleta de carvão, ágil, esbelto, de pele unida e músculo pronto, tivesse sessenta e quatro anos de vida e quarenta de pedra.

Quando eu cheguei no ângulo da estrada em obras, sob um sol abrasador, João Bento estava cravando seus ponteiros de aço ao longo de uma linha traçada no costado da pedra. Depois de feitos os primeiros furos para firmar os ferros, num trabalho, digamos assim, de delicada miniatura, em comparação com o tamanho da pedra, êle se ergueu, tomou a marreta de dez quilos, arqueou o corpo para trás num gesto de dançarino, e começou a malhar.

Nisto, na curva do caminho, apontou um homem a cavalo. Era moço, corado, corpulento, e já de longe saudava:

— Eh! João Bento!

— Eh! Seu Miguel! Como vai a dona?

João Bento, apoiado no cabo da marreta, olhava para Miguel com majestosa superioridade. Os

olhos esbugalhados e desconcertados escondiam uma malícia. Havia certamente, entre os dois, um gracejo crônico que me escapava. Miguel apeou, bebeu da água que o prêto tinha abrigada numa moita fresca, e com a barba, rija e escura, ainda a pingar, voltou-se para João Bento, achando de desmerecer na dureza de sua pedra.

— Essa pedra é sopa! Isso é cascalho. Com três pancadas eu racho ela.

— Você? Racha nada.

— Racho!

— Não racha!

Miguel pegou na marreta, firmou-se nos pés, gingou o corpo espadaúdo e, num golpe certo, feriu o ponteiro mais alto. Depois acertou no segundo. Mas no terceiro, a marreta resvalou, arrancando um naco de pedra, e iria atingir o prêto se êle não saltasse para trás num trejeito de samba.

— Êta homem!

João Bento agora levantava os braços para o sol, arqueado como um hierofante, e escancarava a boca vermelha e desdentada, num riso enorme.

— Raio de serviço besta! resmungava Miguel montando no cavalo.

— A carne-sêca de meu tempo era da boa. A de hoje estraga o sangue. Você não pode com o martelo.

— Isto é questão de prática seu João Bento.

— Qual nada, seu Miguel, se você fôsse açúcar ninguém tomava café!

A alusão pareceu-me obscura, mas uma rapa-



riga bem feita que passava com uma criança ao colo, compreendendo-a ou não, riu-se da graça mostrando os dentes bonitos.

— Até mais ver seu João Bento.

— Até mais ver seu Miguel

E o prêto, rindo-se ainda da derrota do amigo, voltou à pedra. Martelava com ritmo. E após cada pancada sonora do ferro no ferro, ouvia-se um som grave e profundo que vinha do peito do homem, pontuando o golpe. Chegava ao último ponteiro da linha e voltava ao do alto. Os dez quilos giravam no ar e vinha cair em cima do dente de aço cravado no lombo do granito.

De repente, João Bento pressentiu alguma coisa. Parou. Chamou-me com um gesto.

— Escuta!

Seu rosto brilhava de alegria. Foi rápido. A pedra estava fazendo: tic, tic, tic, tic..., como a frigir, e súbitamente, num fragor de cachoeira, abriu-se em duas, de alto a baixo, rolando no barro da estrada a metade vencida.

João Bento, então, tirou o velho chapéu (que êle segura pela copa, de qualquer jeito) e enxugando o suor da testa declarou triunfante:

— Isto é um serviço que a gente até esquece a hora do almoço!

Dignou-se esclarecer-me alguns detalhes do ofício. Aquela não era das mais duras. Bonito era quando a gente malhava o dia todo, numa bicha dessas, das brancas, e quando já não podendo mais, de calor, de canseira, ouve aquêlo mexidinho den-

tro da pedra: tic, tic, tic, tic... e depois santo Deus! parece que o mundo vem abaixo quando a pedronca descola e desce pelo morro!

— Agora vou traçar aqui. Esta dá um degrau de escada. Hoje, há gente que gosta de cimento e de tijolo. Eu gosto de pedra. Um degrau de pedra é outra coisa.

Voltei para meu canto, intimidado pela órbita da marreta de dez quilos que ia recomeçar sua dança; mas João Bento, achando que não dissera tudo, ou que não conseguira se exprimir, voltou-se para mim com um largo gesto e repetiu gravemente:

— Eu gosto muito de pedra.

\* \* \*

E aí está, ó leitor, a mais simples das explicações para aquêlo problema dos ofícios esquisitos que eu, especulador complicado, estivera buscando na teologia dos puros espíritos. João Bento gosta de pedra. Haverá nada mais simples? João Bento ensinava-me a grande e fácil lição do gosto das coisas. Evangelista pelo primeiro nome, monástico pelo segundo, tomista pelo bom senso, franciscano pela alegria, João Bento deu-me uma aula, ao sol, de marreta na mão.

Eu pensava em Péguy; na mãe de Péguy; nas mãos da mãe de Péguy, que empalhavam cadeiras com o mesmo fervor das outras mãos antigas que talhavam as catedrais, na pedra, naquela pedra que o prêto rústico cortava, diante de mim, num

dia abrasador, numa época desventurada em que há gente que gosta de cimento e de tijolo, ou não gosta de coisa nenhuma.

Encomendei a João Bento três degraus para a entrada de minha casa. Passei a gostar de pedra também. Passei a compreender os calceteiros e os contrabaixistas. E depois, andando pelas ruas, na cidade movimentada, nos cafés, entre as conversas animadas e o bulício da cidade, mais de uma vez pareceu-me ouvir, de repente, o tic, tic, tic, tic, . . . da pedra a frigir, a gemer, a relutar, e logo após o fragor de cachoeira, quando se abre em duas, vencida pelo trabalho, pela inteligência, pelo amor, a pedronca secular de onde se tiram degraus para as casas dos homens e para a casa de Deus.

*Fevereiro, 1947*

## VOLTANDO DAS FÉRIAS

Até que enfim acabaram-se as férias! Sim senhores, neste ano, o último que ainda permite dizer que ando pelos cinquenta e tantos — porque êsses tantos, na fatalidade do sistema de numeração decimal, mudam o nome da dezena — neste ano, mais do que nos anteriores, senti que já não desfruto aquela saúde de ferro que é preciso ter para aguentar as vilegiaturas. As fôrças que me ficam não bastam para suportar a violência dêsse tipo de descanso. Como os velhos automóveis que, por falta de bateria ou de outras peças, não podem parar, a não ser num plano inclinado que facilite a partida, eu também já não posso parar. Ou, se paro, tenho de pedir depois que me empurrem.

Não convém prolongar o queixume dos achaques, porque é sabido, de ciência incontrovertida, que os casos particulares não trazem sabor às crônicas. Os casos pessoais, a gente os cala, ou os desgasta em casa. O público, sobretudo o que lê os suplementos ou as colunas ocupadas por homens de letras, quer generalidades, quer idéias.

Passemos pois às generalizações. Sempre suspeitei que houvesse mais miragem do que realidade nos programas de *good time*. Já havia lido em Pascal o terrível e admirável libelo contra os diver-

timentos que ficam reduzidos a pó ainda que se descontem a melancolia causada pela doença e o pessimismo que se pode atribuir à formação jansenista do pensador. Já havia observado certos sinais nas fisionomias em férias que davam para desconfiar da veracidade do prazer. Agora trago aquela tal experiência pessoal para engrossar a doutrina. E concluo que o pai de família, o pai-de-família-em-geral, e não eu — que nisto quero evitar complicações — comete um erro gravíssimo, quando se deixa enredar pelas perfídias da imaginação, e quando começa a economizar para um dia, após vinte ou trinta anos de trabalho, ter uma casa de campo.

Depois da lua de mel, que para tudo tem seu crescente e seu minguante, a casa de campo se transforma em obrigação. Em mais uma. E o sujeito que a possui, é como se possuísse duas mulheres, ambas legítimas. Cumpre então atentar às exigências que fluem de mais essa legitimidade; cumpre ter a casa de campo sempre viva no horizonte da atenção e usá-la durante o ano, quando por azar há um sábado enforcado, e valorizá-la ao máximo, no fim do ano, para descanso e proveito das crianças em férias. A medida que se aproxima dezembro, o terrível mês dos dias excepcionais, vai-se adensando a preocupação e vão-se tornando mais frequentes e mais agudos os debates entre o pai e a mãe, a-mãe-em-geral. Pôsto que seja *uma* a casa de campo, múltipla é a maneira de usá-la, o modo de acesso, o estilo da instalação. E é essa

variedade que alimenta as controvérsias. Mas não é preciso ser psicólogo arguto para descobrir que não há diálogo ou debate menos objetivo do que êsse que se estabelece entre o pai e a mãe a respeito de malas, de chaves e de empregados. Nunca, meu caro leitor, nunca, jamais é pelo assunto declarado, pela matéria em pauta, que os casais disputam. E' sempre por outras coisas, coisas antigas, guardadas. O homem, quase por definição, é um ser que tem motivos de queixas. O marido as concentra na mulher. A mulher, dobrando a parada, chega a responsabilizar o marido até pelas variações metereológicas. Na verdade, o casamento, a par de outras vantagens, tem essa de dar ponto de apoio a êsse essencial direito de queixar-se. A bem dizer todo o mundo se casa com o bode expiatório, ou com a cabra. De mim, creio eu, ninguém pode dizer que ostento misoginia. Quero um bem enorme às mulheres que encontrei na vida e às que hoje me cercam pondo-me na situação a que se refere a misteriosa passagem de Isaias: "e as mulheres circundaram o homem".

Lá em casa é tudo mulher. Contando as empregadas, são dez as mulheres contra mim, e a meu favor. Na obra escrita já dei inúmeras provas da ternura e do respeito que tenho por êsse absurdo ser que eleva ao quadrado o absurdo da vida. Em ensaio já escrevi que a dignidade humana se acha concretizada e substancializada na mulher. Mas apesar de tudo isto, sinceramente, como homem, acho que a mulher exagera o seu modo de ter

razão, e atinge a chantage quando põe em jôgo a questão das crianças. A criança é o centro da gravidade da família, ora é a mulher que cuida das crianças, logo a mulher tem sempre razão. No que concerne à casa de campo, êsse silogismo ganha redobrado rigor, porque mais do que nunca a criança é o centro, ora... logo...

Mas no dia da partida, desde a madrugada, o combalido prestígio do chefe da família refloresce. Se a mulher é a casa, o marido é o automóvel. De onde se infere que é êle, o cabeça do casal, que manda, que sabe como se devem arrumar as malas, os sacos, os embrulhos e as pessoas. Instaura-se um regime de emergência. O marido conduz, literalmente, o grupo familiar. Mas aí mesmo, na peregrina capital de seu império, o pobre marido, o-marido-em-geral, há de acatar a crítica da oposição, porque deixou na mala traseira a saca de utensílios de urgência e porque não previu, na arrumação das pessoas, que o bebê ficou do lado do sol.

A viagem em busca da felicidade apresenta logo o seu aspecto desvantajoso: a condensação da substância familiar. Estão todos ali, espremidos, grudados. A babá nova enjôa. A criança de colo faz manha. E sempre alguém se lembra de alguma coisa esquecida. Lá vai o carro levando a família feliz entre os casebres que adornam a estrada. Os casebres nessa hora viram casinhas, e estão alí para adorno da paisagem. A vista dos casebres traz à baila o problema dos caseiros que nunca satisfazem o casal-em-geral, que tem a infelicidade de precisar

de um casal. Ora é a mulher que não presta, ora é o homem. Se na imensa pluralidade dos casais-em-geral é difícil encontrar a harmonia, mais difícil ainda é encontrar um casal de servidores. Num mundo ideal deveria existir uma dupla humanidade: de um lado os servidos e do outro os servidores, mas servidores por essência.

Mas a felicidade não é dêste mundo. Nem com uma casa de campo. É preciso não esquecer o Ultragás, parar na farmácia, comprar manteiga fresca, passar pela casa da cunhada da cozinheira, etc., etc. Pode ser que tudo isto seja bom para as crianças. Mas o pobre pai-de-família-em-geral, quando chega em Itaipava ou Teresópolis, tem um sombrio momento de dúvidas. Atirado na rêde, enquanto fervem na casa os preparativos da instalação, êle se perde em cavilações. Busca confôrto no setor econômico da alma. É preciso usar e valorizar aquilo que custou tantos sacrifícios. Aliás, a casa de campo é um patrimônio, é um valor estável. Nesse regime em que o dinheiro guardado azeda mais depressa do que o leite, é preciso gastar, aplicar. Foi bom, portanto, fazer a casa de campo. Mas essas reflexões carregadas de suputações e computações não trazem a felicidade. Dão razão ao pai; mas não dão alegria, que é coisa muito diferente... Ora, nesse momento entra o amigo que ia passando por acaso e soube que êle morava ali.

— Que agradável residência! Que paisagem deliciosa!

Vê-se que o amigo está naquela fase da vida que fica antes do ideal, antes da casa de campo efetivada. Vê-se que o amigo tem inveja. E então, só então, brota na alma do pobre pai de família uma florzinha que trescala odor de felicidade. Assim como as flores nascem do estrume, bem pode ser que seja a inveja o melhor adubo das terrestres bem-aventuranças. Vale a pena ter casa de campo.

Voltando a mim e ao meu particularíssimo caso, começo a duvidar que valha a pena. E é por isso, e com o risco de ter contra mim os agentes das companhias imobiliárias que vendem a felicidade pela tabela Price, é por isso que hoje estou a cantar, ao som do órgão e da cítara, o hino de alegria de quem venceu mais uma etapa de vilegiatura. Venham agora os dias iguais aos dias. E empurrem-me, empurrem-me para vermos se ainda pega o velho motor.

Março, 1956

## PERNAS, BRAÇOS E ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO

Não vá o leitor pensar que eu não gosto de ver moça bonita. Gosto. Gosto como qualquer pessoa em são juízo. E tanto gosto, que reparo; e tanto reparo que não passa dia que não veja nas ruas três ou quatro, pelo menos, mais bonitas do que essas misses municipais, estaduais e até do que a própria miss que, por eleição, se tornou federal e agora aspira a passar ao plano internacional. Minhas filhas discutem comigo êsse problema da beleza, e frequentemente impugnam os fundamentos em que me apóio. São entretanto extremamente simples. Um dêles, o principal aliás, tem a candura de uma definição tomista: *pulchrum est id quod visum placet*. Traduzo depressa para não trazer o refrigério do latim em tão ameno e tépido assunto: bonito é o que a gente gosta de olhar. Ora, francamente, eu não gosto de olhar as capas das revistas que estampam as misses, e as pernas das misses, em tal profusão, e com tal saliência, que chego a ter a aflitiva impressão de que elas têm mais pernas do que o comum das môças que passam na rua e que dão gôsto de ver. E não julgue o leitor que eu não gosto de ver perna bonita. Já aqui se torna mais delicado o assunto em vista de minha conspícua idade e dos cargos que ocupo, mas o amor à clareza da exposição me força a confessar que também gosto de ver

perna bonita. Mas não assim, não tanta perna a entrar pelo olho da gente, a tomar a dianteira, a pretender a hegemonia no conjunto do corpo. Não assim, pernas tentaculares e imperialistas. Não esse abuso, essa inflação de coxas. Sempre achei de discutível gosto aquêlo verso de Bilac, em que, diante do céu estrelado e da via-láctea, o poeta vê um “turbilhão de braços e seios”. Acho demais. Braços, querem-se dois. E até um só já é bom, já faz companhia na parte mais serena e mais longa da vida em comum, que é mais um lado a lado do que um vis-a-vis, como foi ensinado por Santo Agostinho no tratado sobre os bens do matrimônio. Um é bom. Dois é ótimo. Mas turbilhão é demais, é demais! E o que pensar então das galáxias, das nebulosas espirais de pernas e de coxas que por aí encham as bancas de jornais?

Quando tiver mais vagar, darei o devido desenvolvimento a uma teoria que trago em esboço sobre a fisionomia das diferentes partes do corpo humano, pela qual se verá que não é só no rosto que a alma irradia o júbilo ou trái a tristeza e a máguia.

Nessa teoria, entretanto, a par da democrática distribuição de alma, se estabelece uma hierarquia, como aliás convém a tôda a democracia bem conformada. Braço, por exemplo, tem mais alma do que perna, e perna, até o joelho inclusive, tem mais nobreza do que coxa. Machado de Assis tem um conto com o título “Uns braços!”; ora, duvido que alguém, apesar de tôdas as liberdades modernas, possa fazer um conto razoável com o título “Umás Coxas!”.

Shakespeare, no soneto cento e trinta, em que zomba dos poetas que fazem comparações, “false compare”, com as partes do corpo, e para frisar que seu amor não depende de medidas centimétricas, fotométricas e barométricas, começa assim:

*My mistress' eyes are nothing like the sun;  
Coral is far more red than her lips' red:  
If snow be white, why then her breasts are dun...*

Ora, eu duvido que um poeta de hoje possa fazer um soneto razoável começando assim:

De minha amada as coxas não alcançam  
Cinquenta e três centímetros de roda;  
Suas ancas...

E não me digam que a diferença é de época e de costumes, e que no tempo de Machado e de Shakespeare era impossível, sem gravíssima indiscrição, fazer referência pública às coxas da bem amada. O problema é mais profundo e não pode ser resolvido com critérios do historicismo. Há um invariante. Há um absoluto que dá razão à minha doutrina. Vejam no uso da linguagem figurada a diferença bem acentuada que existe entre braços e pernas. Diz-se por exemplo: “vi-me a braços com extremas dificuldades”, para significar a dureza da vida; ou “abram-se os braços dos homens”, para pregar um programa de concórdia; ou ainda, “faltam braços na lavoura”, para assinalar a nobre função desses membros. Quanto a pernas, só me ocorre no momento a desabonadora expressão “pernas pra que te quero”.

Descontada a sua boa serventia, ou o seu aspecto funcional como hoje se diz, e sobretudo descontado o poderoso campo de gravitação, a perna, e principalmente a coxa, tem qualquer coisa de estúpido. Posso estar enganado. Lembrando os mármores gregos e certos desenhos de Picasso, estou pronto a admitir a hipótese de ter chegado a êsse enjôo de pernas pela inflação que as desvaloriza, como desvalorizou a nota de mil cruzeiros, que antigamente eu olhava com tanto prazer, e que hoje mal dá para a conta da farmácia. O fato é que a impressão que me assalta quando deparo as misses fotografadas é bastante penosa. Está, talvez, na predominância excessiva do liso, do branco, do extenso, do glúteo. Não sei se o defeito é das moças, se é da objetiva dos fotógrafos, ou minha. Mas o fato é que é com cansaço e aborrecimento crescentes que vejo essas figuras. Estão em tôda a parte. Hoje à tarde era no tamborete do dentista. Entre pessoas tristes e apreensivas, lá estava a brancura oval estatelada. Outro dia foi em cima da mesa em tôrno da qual austeros conselheiros discutiam o problema da reforma cambial. Um dos ilustres membros (do conselho) comprara as revistas do dia, e lá estavam as coxas espalhadas na mesa. Nas bancas de jornal nem se fala. É legião. Ou turbilhão, como dizia o poeta. Dias atrás, diante de uma dessas bancas, tão alheio ia eu pensando em outras coisas, que tive um susto tremendo, uma espécie de visão. Parecia-me que uma raça de antropófagos cativara e matara as moças de minha terra, e que as carnes delas esta-

vam ali penduradas — alcatra, chã de dentro, lombo — num açougue de pesadelo.

Mas nem todo o mundo pensa da mesma maneira. O prefeito do Distrito Federal, por exemplo, não pensa. A julgar pelo que se lê nos periódicos e pelo que vê nas revistas, o ilustre sr. Negrão de Lima andou felicíssimo a participar da medida das coxas. Parece que também compareceram ao sensacional certame o ministro da Educação e o outro, da Saúde. Quem há de ficar embaraçado é o pobre diretor do Instituto de Educação, o esforçadíssimo e dedicadíssimo sr. Alair Antunes, que se mata para conter três mil moças que em vez de estudar querem ser misses. Como poderá o Instituto de Educação coibir aquilo mesmo que o Ministério da mesma Educação prestigia? Como poderá um órgão da municipalidade censurar aquilo mesmo que o chefe do executivo da mesma municipalidade patrocina e honra com seu excelentíssimo entusiasmo?

Há, entretanto, uma interpretação dos fatos que pode resolver o problema. Aquêles ilustres homem públicos ouviram falar que “os tempos modernos se caracterizam pela maior participação do povo no governo da coisa pública”. Ou que “o ideal histórico concreto” como diz Maritain, no livro que já foi visto em mãos do sr. João Goulart, exige do homem público acuidade maior para os anseios implicitamente contidos na voz da multidão. O homem de direção tem de descer do antigo pedestal e tem de entrar em consonância com o sofrer e o sentir do homem comum. De onde se conclui que o

prefeito e os ministros devem tomar parte nas medidas das misses.

Nós outros, que há mais tempo estudamos com Jacques Maritain e Yves Simon, sabemos que o prefeito e os ministros estão equivocados. Não é bem assim. Não é pròpriamente num concurso de misses que se pode sentir a alma e o sofrimento do povo. Sugeriríamos um exercício mais proveitoso. Duas ou três vèzes por semana, suas excelências deverão andar nos trens dos subúrbios, se quèrem entrar em contacto mais instrutivo e mais efetivo com as pernas e os peitos do povo.

Erraram mais uma vez. Paciência. A intenção terá sido boa. Vai ver que os ilustres dirigentes também não gostam de turbilhões e só compareceram ao certame para cumprir um dever cívico com elevado espírito de sacrifício.

*Julho, 1956*

#### TIREM DALI O MACHADO DE ASSIS !

Um dos maiores malefícios, causados pela oligarquia getuliana, foi o de ter produzido no hemisfério da oposição um primarismo político, que passou a atribuir a Getúlio Vargas o papel de monopolizador de todos os desmandos da republica. Simétrico do êrro quememista, que via no falecido o autor de todo o bem, êsse êrro das oposições simplificadas punha nêle e nos seus familiares a fonte primeira e a causa principal de todo o mal. A partir dêsse grosseiro postulado, os bem-pensantes se dispensavam de pesquisar as causas profundas, e de compreender a maior extensão e maior gravidade de um estado de espírito que explicasse inclusive a existência e a permanência do regime getuliano; e passaram a imaginar, com certa lógica, que seriam boas, indiscutivelmente boas, tôdas as combinações, alianças e coligações que levassem à cauterização do foco que arruinava o país. Imaginaram, por exemplo, que seria possível combater a corrupção prestigiando o sr. Assis Chateaubriand.

Em 29 de outubro de 1945, os tanques de nosso exército compuseram de improviso uma sinfonia inacabada. O ditador foi convidado a engordar na sua estância, enquanto o sr. Linhares, àvidamente, engordava tôda a sua família. Em agosto de 54, por motivo de repetidos e intoleráveis abusos, foi



novamente depôsto Getúlio Vargas, que agora, num gesto tresloucado, como dizem, demitiu-se da presidência e da vida. Mas a marcha fúnebre de 54 foi tão inacabada como a sinfonia de 45. Fêz-se metade da obra. Defendeu-se metade do perímetro moral com uma espécie de linha Maginot, invulnerável aqui e escancarada lá adiante. Ainda mais, êsse truncado serviço foi executado com métodos que agravaram conivências, foi executado com a colaboração de elementos cuja existência e prestígio são correlatos do prestígio e da existência dos Vargas. As causas profundas aqui medicadas eram alimentadas acolá. E o estado de espírito se mantinha, e a direção geral de uma filosofia política semi-maquievélica permanecia como coisa digna de permanecer. Entre outros saldos dêsse infeliz balanço temos o sr. Chateaubriand candidato a senador pelo Maranhão e promulgado imortal pela agremiação da avenida Presidente Wilson.

Noticiam as fôlhas que o Senado Federal, em sessão de 4 de janeiro, consignou em ata duas demissões: a do senador Antônio Bayma, eleito pelo Maranhão, e a do respectivo suplente sr. Newton Belo. E qual será o duplo motivo dessa dupla renúncia? Com poucas exceções, entre as quais devo salientar os excelentes e veementes comentários do "Diário de Notícias", os jornais trataram as negociações que precederam e culminaram naquelas renúncias como se a venda de uma cadeira no Senado fôsse uma rotineira operação comercial. Ficou provado que os dois demissionários receberam

bom preço pelo assento de cadeira que deixaram a refrescar. Ficou notório que foi o sr. Vitorino Freire, donatário das consciências naquela região do norte, quem abriu no Maranhão uma brecha fácil para o cio eleitoral do sr. Chateaubriand. Nada disso importa. O vespertino que tenho sob os olhos não deu à notícia o título "Dupla Renúncia", "Barganhas no Senado", "Capitulação de dois representantes do povo", ou qualquer outro que situasse o centro de gravidade do problema nas renúncias e nos seus motivos. Nem os nomes dos réprobos aparecia no título que só dizia: "Chateaubriand novamente senador", por onde se vê que o redator, com sabedoria, foi direto às causas finais que, como ensina a sã filosofia, têm na ordem prática a primazia da consideração. E assim fica entendido que nós, o público, devemos achar essa venda de cadeiras no Senado tão lícita como o traspasse de um botecim.

Ora, eu não consigo admitir que a Câmara Alta do país seja equiparada a um hotel de descanso onde um cliente mais apressado possa obter de outros dois a desistência do cômodo. Não consigo reconhecer a normalidade dessas combinações tão desembaraçadamente anunciadas à revelia dos eleitores. Não consigo atinar com a trama do processo psicológico e moral de quem se refere a êsse episódio com a naturalidade de um bom-dia. Parece-me evidente que não poderá mais falar em combate à corrupção quem permanecer insensível a essa negociata, e por mais forte razão, quem nessa conjun-

tura prestigiar o sr. Chateaubriand. O sr. Carlos Lacerda, por exemplo, ainda não disse nada dessa repugnante negociata que aflige a dignidade do parlamento.

Quanto à entrada do companheiro do falecido Jacques Fath na agremiação que se chamava Academia Brasileira, e às vezes, por antonomásia, Casa de Machado de Assis, não sei dizer se houve empreiteiro principal e quem foi. Creio que todos os acadêmicos presentes acharam bom o ingresso do sr. Chateaubriand, pois não me consta nenhum sinal de protesto. Num interlúdio da quotidiana sololência abriram-se as portas, arreganhou-se o edifício, com a flácida tolerância de anos atrás, quando foi candidato o famoso autor dos decretos-leis. Deveriam dar a Chateaubriand a cadeira de Getúlio: entrou um na academia com volumes do *Diário Oficial* encadernados em marroquim; entra o outro com seus "Diários Associados" em tiragem numerada e rubricada para os apreciadores do gênero. Ou então digam-me os srs. acadêmicos qual é a obra literária que imortalizou o sr. Chateaubriand. Bem sei, senhores, bem sei que nas academias há sempre espaçoso lugar para os pachecos e acácios. Sem êles não há cenáculos, como sem o protoplasma não há célula. A sociedade, para seu ronzeiro equilíbrio, precisa de certa estupidez. Talvez precise de uma abundante estupidez. Bem sei que Machado de Assis, que devia estar no centro, nos cromossomos, no núcleo da instituição, está do lado de fora, quase na rua. Não é pois a mediocridade da escolha que

reclamo, mesmo porque, se fôsse reclamá-la, vivia a deblaterar todos os dias. Respeito o mistério profundo das academias como parte do mistério da iniquidade de que nos fala o Apóstolo. Levando em conta tudo o que a vida já me ensinou dos Parnasos, dos Panteões e das Academias, e respeitando a ampla margem do mistério, volto a dizer que há todavia um mínimo de aparência, isto é, um mínimo de decência, que não foi observado; volto a dizer que a Academia se agachou, até que me expliquem qual foi a obra que justificou a poltrona.

O pouco que li do sr. Chateaubriand são uns desajeitados artigos que querem ser truculentos, ou telúricos, ou dinâmicos, ou não sei que nessa mesma linha do tenesmo; são uns artigos que logo denunciam o super-pacheco querendo ser titânico; são amontoados de palavras metidas aos empurrões e confiadas ao acaso dos choques. Ou então desaforos que agradam secretamente os atingidos das mesmas esferas e que dão ao leitor néscio a forte impressão do grande macho de nossa imprensa. Ou então grotescas irreverências que todo o mundo perdoa porque são do Chatô, ora essa! do mesmo de Coberville e da Ordem do Vaqueiro, do mesmo dos batismos de avião, do mesmo do Cruzeiro, e do mesmíssimo que num artigo sobre Espadas e não sei mais o quê, meio sério, meio obsceno, cantava loas ao "Sagrado Coração de Getúlio".

Eis o homem que elegestes, ó acadêmicos. Resta-nos agora saber, nesse original certame, nesse jôgo baixista como dizem nas bôlsas, se o Mara-

nhão acompanhará seu dono e irá mais baixo do que a Academia e se o resto do Brasil irá mais baixo que o Maranhão.

\* \* \*

Passando ontem pela avenida Presidente Wilson ouvi de repente, apesar do bulício das ruas e da agitação da hora, um queixume que nascia a meia altura da fachada de um prédio amarelo-sujo (agora mais sujo que amarelo). Com ouvidos do hábito e da afeição pude entender o fio de voz:

— Tirem-me daqui! tirem-me daqui! gemia a estátua; e quando percebeu que me captara a atenção, continuou:

— Amigo leitor, tire-me dessa berlinda onde estou contrafeito. Há longos meses dói-me ver as carroças de pedra com que eles entulham o mar. Lembrem-me as páginas que escrevi em “Esaú e Jacó”. Chegaram-me depois aos timpanos de bronze a notícia dessa embrulhada no Maranhão, no mesmo Maranhão que no meu tempo chamavam de Atenas do Brasil. Lembrei-me então da página que escrevi sobre o Velho Senado. Bonita página... Como defunto creio que posso gabar-me, pois onde cessa o mérito calam-se também os decretos da modéstia. Mas agora eles passaram a medida, não acha?

Depois de um curto silêncio, em que me pareceu perceber um frêmito de alma penada pelas rugas do bronze, a estátua recomeçou a súplica:

— Tirem-me daqui! Antes o nada do esquecimento. Tirem-se daqui! Derretam-me. Antes ser vaso, colher, çagarola... ah! se me fizessem sino!...

Confrangido, expliquei à estátua que não tenho envergadura para carregar sozinho um bronze em tamanho natural. O que podia fazer era escrever um artigo. Esse mesmo não seria do agrado do mestre. Teria de escrevê-lo didático, direto, explicativo, elucidativo, pão-pão queijo-queijo, em estilo de mestre escola, de sabatina, de repetição, sem a menor esperança de poder um dia, defunto como Machado ou caduco como o padre Manuel Bernardes, alegrar-me com a lembrança de seus donaires. Pois de outro modo, se tento seguir as diáfanos lições do mestre, *êles* não me entenderão. E se é preciso explicar, explico: tirem dali a estátua, porque a Casa de Machado de Assis é doravante a Casa da Mãe Joana. Tirem dali o bronze e o nome do autor de Braz Cubas, porque o nome do mais fino dos brasileiros é incompatível com a presença do mais grosso dos *parvenus*.

Janeiro, 1955

## UM SÁBADO DE POESIA E DE LOUCURA

A gente se habituou a ouvir que Manuel Bandeira é poeta de verdade; e tanto ouviu que já quase não crê. Também não é para menos: o nome dêle, nome vivo, anda sempre nos jornais do Brasil onde uma porção de outros nomes tem predicados em que ninguém mais acredita. Insensivelmente, a gente faz uma conta de regra de três onde Manuel Bandeira está para a poesia assim como o "x" está para qualquer outra coisa, das nossas, desde a presidência da República até o padrão K, onde o funcionário só funciona para sonhar um prosseguimento do abecedário. Resolvido o problema segundo as normas, acha-se um "x" nove fora zero, e a poesia do poeta vai de roldão na vassourada triste. Aliás, mesmo sem Brasil, a coisa repetida traz o cansaço e alguma vez o secreto desejo de desdizer. A tendência ao enfado é lei universal; é a entropia das almas. Santo Agostinho, em palavras mais sábias, que eu transcreveria com gôsto se tivesse boa memória de textos, dizia que o hábito de ver torna vis as coisas maravilhosas. Note-se ainda que o poeta vivo, o poeta perambulante que outro dia me atravessou a rua das Laranjeiras, e mais o casaco do poeta, os óculos, o nariz do poeta, perturbam os cálculos e conduzem, ajudados pelo descrédito dos tempos, ao nove fora zero da poesia. Já

foi tempo em que as boas mulheres das ruas apontavam com respeito o moço de Florença que descera aos infernos. Hoje, os vivos não inspiram confiança. Quer-se então a poesia evolada dos cemitérios, como os fogos fátuos em que aliás não acredito, ou vagamente referida a um busto coroadado de louros, ou atribuída a um retrato antigo que a gente fita demoradamente, a ver se desvenda naquele perempto olhar o segrêdo que o verso escondeu... Não. Nem isto. Quando me lembra o espanto que tive ao descobrir que os sonetos de Camões eram bonitos mesmo, apesar do busto, e sobretudo apesar da análise lógica, concluo que a glória é uma espécie de difamação, e que os panteões e as academias ainda escondem mais o poeta do que seu casaco de vivo. Há de ser então o acaso a porta da poesia?

Foi o acaso. Sendo sábado, e de chuva, aconteceu-me tirar da estante, com fastio, um livro de versos de Manuel Bandeira. O próprio, o mesmo que me habituara a prezar, a classificar, a admirar. Poesias de ontem e de hoje. Poesias de 1911, 1912... dois anos mais e o mundo ouviria uma detonação lá para as bandas da Sérvia; depois, muitas detonações; e depois as mulheres, num grande movimento coletivo, cortariam dois palmos de cabelo e dois palmos de saia. Começava uma nova civilização.

Mas não foi a lembrança dos acontecimentos mundiais que me fez companhia nesse sábado de

chuva; foi a poesia, a vera poesia de Manuel Bandeira.

\* \* \*

Aquilo que Haeckel pomposamente chamou de lei biogenética fundamental, que fazia cada indivíduo repetir no embrião a história abreviada da espécie, pode não ser na biologia tão fundamental e tão legal quanto pensavam os evolucionistas do século passado. Na cultura, porém, a lei é válida. O poeta, a meu ver, há de recapitular um longo traço da cultura antes de se tornar o que é. Há de ser uma continuação antes de ser uma renovação. E é isto que se vê, de modo a não deixar sombra de dúvida, no itinerário poético de Manuel Bandeira. O homem maduro de 1925 só pôde apregoar sua emancipação depois de uma longa, dócil e fecunda servidão. Antes de tratar a linguagem com desenvoltura, aprendeu-a com submissão. Antes da "conquista difícil" do verso livre, dobrou sua alma no aprendizado dos requintes da métrica e da rima. E a lusíada sintaxe, que nos anos de *Libertinagem* repudiará como coisa obsoleta, está na obra de maturidade mais escondida e inviscerada do que propriamente repelida. O poeta, a meu ver, equivocava-se quando descrevia sua libertação em termos de rupturas, ou como tanto se diz hoje, de superações. O que houve foi um desabrochar; o que se passou, apesar de tôdas as irreverências da época modernista, foi a transfiguração da fidelidade e da docilidade, que sem elas não há, nem pode haver poesia,

Quem soube fazer em moço, e com a ingênua gravidade dos moços, os *Versos escritos nágua* ou *A vida assim nos afeiçoa*, com tão perfeito domínio da língua, pode mais tarde libertar-se, isto sim, de certo uso consciente demais dos instrumentos, pode soltar o pensamento, e até dizer, da boca para fora, que deixou tudo aquilo para trás. Na verdade não rejeitou, digeriu. E por isso terá no fim de anos e anos de labuta aquilo por onde os moços de hoje querem começar: a espontaneidade, que é a difícil conquista dos perseverantes, a fina flor regada com muito suor e muita lágrima. Mais tarde, já no limiar da velhice, que é a idade de ouro dos poetas, Manuel Bandeira há de se valer da riqueza guardada para traduzir os sonetos de Elizabeth Barrett Browning. É ele quem diz: "...na ginástica das traduções fui aprendendo que para traduzir poesia não se pode abrir mão do tesouro que são a sintaxe e o vocabulário dos clássicos portugueses (...) A sintaxe... dos clássicos, mais próxima da latina, é muito mais rica, mais ágil, mais matizada do que a moderna, sobretudo a moderna do Brasil". (*Itinerário de Pasárgada*, pág. 91).

Como eu gostaria que todos os moços que nos enviam volumes de verso tivessem lido com atenção esse livro em que o poeta tão despretenciosamente nos descreve o seu itinerário! Receio apenas que da leitura das páginas 33 e seguintes — permita-me o autor este pequeno reparo — concluam os inadvertidos leitores que mais vale dispensar de início os exercícios de metrificação, uma vez que

irão dificultar a conquista do verso livre. Creio que o poeta ali seria mais exato, e mais fiel a si mesmo, se deixasse bem claro que essa dificuldade de expansão é uma dor fecunda, e não um debater-se contra um mau hábito adquirido. Aliás, não há verso livre. A poesia, como a santidade, é sempre uma obediência. Os mestres de vida espiritual ensinam que há nos caminhos da perfeição uma certa heterogeneidade entre o inicial aprendizado e a vida desabrochada em Deus. No princípio, domina a ascese, o chamado *modo das virtudes*, em que a alma metrifica seus passos; depois vem o *modo dos dons* em que a alma vôa, com ágil espontaneidade, mais do que nunca porém obediente. A poesia amadurecida será, como disse Maritain falando da santidade, "un ouragan docile". E é essa grande expansão de uma fidelidade antiga que, excetuadas as irreverências episódicas, se encontra na poesia plena de Manuel Bandeira.

\* \* \*

Essas reflexões vieram-me depois. Naquele sábado de chuva eu fui poeta porque Manuel Bandeira me emprestou seu coração. Tirei um dia do ano, que nem sequer é bissexto, e deixei-me ter uma saudade imensa do poeta que não fui. Os poetas existem para emprestar voz aos que o não foram, ou talvez embalsamaram o mais vivo de si mesmos. Ah! eu também tive um porquinho da índia, só que tem que era um pintinho amarelo. No mais... Não sei, Manuel Bandeira, se alguma vez, nas vezes

das Marias, das Teresas, você encontrou quem lhe dissesse estar comprometida. Digo-lhe hoje eu. Chego a ter, Deus me perdoe, inveja de sua graciosa liberdade, inveja de não poder desatar o prisioneiro que trago. Sou hoje militante. Engajado. Comprometido. Com sete deveres de estado e com um noivado no céu. Ousarei confessar-lhe, ó poeta, que não morreu ainda o poeta menos-do-que-menor que não fui? Muita vez vou visitá-lo às escondidas, como um Nicodemus, e de nossas confabulações trago o pouco que põe vida e calor nas obras de meus compromissos, dos sete deveres de estado. E é só essa poesia segunda, essa poesia de avental, subalterna, engajada, que tenho pôsto a serviço de meu ciumento Senhor. Não posso mais desatar a mordaga do doido que quer dançar e cantar. O pouco que concedi naquele sábado de chuva trouxe-me um círculo de meninas flores que roubo ao poeta para uma diferente serventia:

Pálidas meninas  
Sem olhar de pai,  
Ai quem vos dissera,  
Ai quem vos gritara:  
— Anjos, debandai!

Nem tôdas debandaram. Uma flor de poesia renitente conservou-se ao pé de mim. Maria de Sono ou Teresa Inventada, ficou junto de mim a me dar esquecimentos dos sete deveres de estado. Compus-lhe então uma ilha, e ríspido a despedi: Vai,

filha! vai brincar! vai dançar descalça na areia, co'a sombra de Annabell Lee...

.....  
Enxotada a poesia, volto à prosa rimada da sucessão. Etelvino ou Juscelino? Tão Brasil!

*Maio, 1955*

## UM AMIGO DE VERDADE

Os artigos que andei escrevendo ultimamente sôbre alguns pontos da teoria de Albert Einstein trouxeram-me à memória o nome e a figura de um outro judeu, pobre e obscuro, de que talvez nenhum de meus leitores ouviu falar, e que morreu de repente, na fôrça da idade, sem deixar a obra que sonhava escrever. Para mim, entretanto, Nathan Neugroschel foi uma das mais curiosas e ricas personalidades que jamais encontrei. Foi, sem sombra de dúvida, um dos melhores homens que até hoje conheci.

Encontramo-nos em 1934, em tôrno de um aparelho destinado a proporcionar tráfego mútuo de telefonia internacional entre a Companhia Radiobras e a Companhia Telefônica Brasileira. Embora recém-chegado de Viena, e apesar dos meses perdidos no estudo da língua tupi — que um erudito germânico lhe inculcara como o idioma oficial do Brasil — Nathan Neugroschel, com a misteriosa aptidão de sua raça, já nesse tempo falava perfeitamente o português. Ficamos amigos. Almoçávamos juntos quase todos os dias, conversando de tudo. E assim, dia após dia, através de pequenas histórias contadas com um humorismo dolorido, que me lembrava o Chaplin de “Luzes da Cidade”, Nathan abria-me seu discretíssimo coração.



Sua grande paixão era a física matemática, ou mais precisamente, a teoria de Maxwell e a teoria da relatividade. Tinha em mente uma contribuição de que às vezes, vencendo a timidez machucada, e com ar de quem pede desculpas de sua superioridade, dava-me indicações na toalha da mesa, ou nos claros do maço de cigarro que cobria de fórmulas. Vejo-o diante de mim a instalar por cima do prato de azeitonas, com os dedos curtos e grossos, o sistema de referência *xyz*, enquanto a outra mão desfiava vetores. Chega então o garção para indagar o que desejamos comer, e Nathan, segurando no ar suas forças e suas velocidades, formula com simplicidade o mais genérico dos cardápios.

— Boi.

Foi o homem mais integralmente sincero e verídico que já conheci. Discretíssimo, frequentemente evasivo e reticente, era incapaz de produzir a sonora e insolente sinceridade com que se enfeita a vaidade ou se confortam os ressentimentos. Sua veracidade era invencível, mas aflita. Vinha de uma essencial submissão, seria quase uma incapacidade radical, congênita, de não ser verídico e sincero. Quando não exigiam sua opinião, quando não o provocavam, e sobretudo quando não estava em jôgo a amizade, conseguia calar-se com um ar profundamente infeliz. Ou então ria-se, com o riso mudo que lhe sacudia os ombros robustos, e que até parecia chôro, se não fôsse o brilho infantil dos olhos claros.

No primeiro dia que veio em minha casa sentou-se numa poltrona cerimonioso, e correu os olhos pelos quadros que nesse tempo eu pintava. Por fim não se conteve, e voltou-se para mim aflitíssimo:

— Gustavo, você sabe que não é bom pintor?

De outra vez na Escola Técnica do Exército, onde ambos ensinávamos no mesmo curso de transmissões, entra um general na aula do Nathan, e faz uma brilhante preleção sobre a matéria do dia. Os oficiais alunos, de pé, ouvem a autoridade. Num ou noutro olhar vislumbra-se uma centelha de malícia, mas Nathan baixa a cabeça como se estivesse em caminho do cadafalso. Infelizmente o general fez questão de sua aquiescência. Provoca a sua opinião...

— É pena, desculpe, mas eu ensinei exatamente o contrário, murmura êle com mansidão. E logo depois da difícil saída do general volta-se para mim consternado:

— Você acha que fiz mal?

Nunca vi ninguém mais sensível à ênfase e ao exibicionismo, ninguém mais delicado do que aquele homem grosso, atarracado, bisonho, que andava como um urso e que se ria como criança que chora. Uma tarde, fomos convidados a uma conferência sobre a natureza da luz. Não conhecíamos quem ia falar. Ora, quando estamos sentados, na expectativa, com a esperança de algum lucro na palestra, entra-nos na sala o conferencista, corre pela assistência os óculos faiscantes, e desafivela com

gestos majestosos uma enorme pasta de couro amarelo. Nathan mexe-se na cadeira e geme ao meu ouvido:

— Que pena! êle é burro!

De outra vez, fui encontrá-lo em pé no meio da praça, diante do imponente edifício da Escola do Estado Maior, a divertir-se prodigiosamente com a carranca daquela arquitetura. De repente, caindo em profunda melancolia, disse-me em tom confidencial:

— Se ao menos êles ainda soubessem rir...

Quando foi convidado para dar um curso na Escola Técnica do Exército, Nathan alvorçou-se com a perspectiva de uma oportunidade de ensinar as teorias de sua paixão. Deram-lhe porém um curso mais técnico e pragmático onde só seria possível remontar aos princípios teóricos forçando um pouco as exigências didáticas. Passei meses sem vê-lo porque nossos horários andavam desencontrados. Já no fim do ano dei com êle na saída de uma aula, e perguntei como se desincumbira de seu programa.

— Bem, bem... ah! consegui dar o curso sem falar nas equações de Maxwell.

E êle não soube, não podia talvez imaginar que naquela manhã alguém ficara parado num corredor da Escola Técnica do Exército, pensativo, envergonhado, a ver a figura atarracada que se afastava com passo de embarcação, a seguir a figura esquisita, despenteada e mal vestida do homem

que pudera passar um ano inteiro sem falar do que mais gostava e sem mostrar o que melhor conhecia.

Apareceu-me um dia com um enorme galo na testa. Tinham-lhe dado na Companhia Telefônica, como assistente, um jovem engenheiro que pela primeira vez se empregava. A mesa do novo auxiliar fica ao lado da sua. Nathan começa a trabalhar e deixa cair o lápis. O moço precipita-se e apanha o lápis no chão. Nathan resmunga um agradecimento. Pouco depois deixa cair a régua, e lembrando-se da solicitude do moço dá um salto para alcançá-la antes dêle. Chocam-se com estrondo as duas cabeças, e Nathan pede encarecidamente ao jovem auxiliar que não contrarie seu hábito antigo de deixar cair as coisas no chão... Dias depois — agora é o assistente que conta — Nathan ouviu no lavatório uma conversa, pela qual ficou sabendo que o moço era pobre, que tinha perdido a mãe e que gastara no entêrro todo o ordenado. Mete a mão no bolso (não no bolso que tinha pouco dinheiro como o Fernando Pessoa, mas no que tinha tudo) e tira um punhado de notas, pedindo ao moço como quem se desculpa, o favor de aceitar.

Eu mesmo, mais tarde, terei uma prova maciça de sua generosidade. Estava para casar-me e já tinha alugado uma casa em Teresópolis onde contava passar dois meses de férias. Mas surgira uma contrariedade: um aparêlho difícil, o primeiro no gênero que produzíamos em nossa fábrica, atrasara-se na oficina e devia entrar em período de prolongadas experiências justamente na época do meu

casamento. Quando Nathan teve conhecimento de meus apuros veio procurar-me e disse-me só isto:

— Casa-te. Eu fico aqui.

E ficou. Deixava o escritório à tarde, jantava, e vinha trabalhar na fábrica, com os assistentes escalados para êsse plantão, até às duas ou três da madrugada. As experiências se prolongaram, e êle estêve nesse regime durante mês e meio, recomendando que não me dissessem nada. Na volta, informado do trabalho estafante que tivera, pedi para êle aos diretores da fábrica uma boa gratificação, que foi logo concedida, e que lhe seria muito útil porque nesse tempo chegavam da Europa, sem nada, os seus parentes que conseguiam escapar da fúria nazista.

Fui oferecer-lhe o dinheiro. Vejo-o ainda: êle está diante de mim como uma criança emburrada. Grosso, canhestro, taciturno. E bruscamente num gesto quase cômico, mostrou-me as mãos gordas:

— A m... já me sujou as mãos... mas ainda não me chegou ao coração.

Caí em mim, sentindo o absurdo de minha idéia; a tentativa de pôr em cifras, de indenizar, de fazer a quadratura de uma generosidade perfeita. Fomos dali para um café. Falamos de outras coisas. Nathan contou-me como conseguira simplificar uma passagem de seu sonhado livro de introdução à teoria da relatividade. E eu sentia a m..., isto é, o cheque a me pesar no bolso e no coração.

Nossas filosofias eram muito diferentes. Quando eu lhe falava em Aristóteles e em Santo Tomás

(que êle, por coerência, mas sem vislumbre de graça chamava "o Aquino") ouvia-me com um sorriso doloroso. Não me opunha Einstein porque era bastante inteligente para não confundir os dois graus do saber. Não eram as transformações de Lorentz que embargavam o nosso entendimento filosófico e que o acuavam numa *farouche* obstinação. O impedimento era outro: era a Viena perdida, era sua infância, seu sangue, seus irmãos perseguidos. Calava-me, e êle então voltava às equações para não rebentar de dor ou se envenenar de ódio.

Eu não tinha forças para convencê-lo, não ousava esperar convertê-lo. O desembaraço que mais tarde terei com os moços da gentildade falta-me agora quando defronto o mistério e a grandeza de Israel. Sinto-me mais moço do que êle, Nathan. Recém-vindo. Menor. Gentio. Incircunciso. E não ousou propor-lhe aquilo que lhe foi oferecido antes de me ser dado. Um dia, com voz sumida, êle me dirá que, quando lhe falam em Deus, pensa nos judeus arrastados pelas barbas... Respondo-lhe então, com voz ainda mais sumida, que eu também, quando me falam em Deus, penso num judeu espancado. E ficamos parados nesse encontro, ou nesse desencontro, até que um teorema nos viesse tirar da espessa realidade, de realidade com cheiro de sangue, e nos permitisse a evasão para as harmonias do mundo dos entes de razão.

Quando me disseram que Nathan Neugroschel acabava de morrer, que morrera de repente, do co-

ração, eu senti o maior choque, o maior abalo, o mais vivo sentimento de absurdo que jamais senti com notícia de morte. E pedi a Deus, quase como quem reclama, quase como quem exige — em nome do sangue da descendência de Davi e em nome da Judia que reina nos céus e na terra — que abrisse de par em par as portas da misericórdia para aquêlê homem limpo de coração, para aquêlê verdadeiro amigo da verdade, para aquêlê extraordinário varão que foi capaz de dar todo o seu curso sem falar nas equações de Maxwell.

*Dezembro, 1952*

### TRÊS MORTOS

O ano que termina, e que na liturgia da Igreja terminou ontem, roubou-nos três homens bons, três homens iguais na bondade mas desiguais na sorte e na morte: Elesbão Veloso, Luís Camilo de Oliveira Neto e Jorge de Lima.

Os dois últimos, que todo o Brasil conhece, morreram devagar, de morte esperada e calculada, dia após dia, aos poucos, progressivamente, como se estivessem matriculados numa escola e, entre sabatinas de dôres, se preparassem para o exame final. Os amigos de Jorge de Lima e de Luís Camilo assistiram a êsse espetáculo trivial e inadmissível que é o desmonte minucioso de um corpo. Antes da velhice, pelo atalho das enfermidades sem remédio, o tempo desgastou dois homens bons. E assim, moídos, tratados, ao longo dos dias, horizontalmente, o campeão do bem comum e o paladino da poesia tombaram vencidos pela erosão da matéria.

Elesbão Veloso teve sorte diferente. Conheceu fartamente a velhice mas não conheceu a enfermidade. Sua morte veio como um dardo vertical de eternidade. Acabara de conversar com um barbeiro, e atravessava a rua, a Rua das Jaranjeiras, outrora tranqüila e hoje rival em selvageria da fatídica Avenida Presidente Vargas, quando foi colhido

de repente. Não vira o caminhão. Foi levado em estado de coma para o Pronto Socorro.

Mas quem foi êsse Elesbão Veloso? Minha pergunta tem a provocação de um teste. Tem até, se quiserem, um caráter de reclamação. Não que pretenda exigir notoriedade de todos os homens bons que desaparecem. Há muitos que vivem ignorados e ignorados morrem. Passam da sombra da modéstia para a sombra do esquecimento. Zombam dos epitáfios e dos discursos. Como por exemplo o moço de Belo Horizonte que me escreveu uma carta dizendo que ia fazer uma operação, e que entregava sua vida nas mãos de Deus. Morreu no dia seguinte. Nem vale a pena dizer o seu nome. Era moço, estava noivo, voltara há menos de um ano à fé de seu batismo. Morreu. Estou pensando também na velha Rosa, criada do mesmo dr. Elesbão, morta também nesse mesmo ano, devagar, humildemente, pedindo desculpas pelo incômodo que dava. Ah! são muitos, graças a Deus, os bons que morrem sem notícia no jornal. Digo até que a raridade está na coincidência da repercussão com a bondade.

Mas depois dêsses reparos volto a inquirir sobre a identidade do dr. Elesbão Veloso porque tenho o direito de estranhar o silêncio e a obscuridade de sua morte. Foi um varão ilustre. Ocupou altos cargos na administração pública onde deixou, na memória de uns poucos sobreviventes, a lembrança de uma intransigente honradez. E foi justamente essa adamantina honradez que lhe tirou os cargos; foi por causa dela e de sua intransigência, que en-

velheceu pobre, que se tornou esquecido, e que morreu ignorado no Pronto Socorro.

Jorge de Lima, o poeta, o compassivo, teve tempo de escrever "Invenção de Orfeu". O câncer esperou, o tempo se deteve, e o poeta morre no vértice da glória. Foi-se o amigo mas ficou-nos a poesia. Chorem o amigo, disse Raquel de Queirós, mas não chorem o poeta, que poeta não morre. E por isso, por causa do fulgor da poesia, torna-se visível a bondade que por sua própria essência é escondida. Pela fama de sua arte chega hoje aos ouvidos dos que não o conheceram melhor a notícia da grande ternura de seu coração. Detalhes pequeninos avultam. Multiplica-se o talento do poeta pelo talento de uma grande escritora, e ficamos sabendo a história de um dedo costurado, ou melhor, o episódio fugaz em que, dentro de um elevador, uma nódoa de sangue desvia de seus afazeres o mais ocupado dos médicos e o mais compassivo dos poetas.

Já de Luís Camilo, o patriota infatigável, não se pode dizer que tenha acabado no vértice da vida. Morreu quando o esquecimento conspirava com a enfermidade. Descia a vertente do abandono. Deram-lhe tempo de provar o amargor das ingratidões, mas foi-lhe poupado o amargor de ver sua gente se agrupar em torno dos malabarismo do sr. Osvaldo Aranha. Mesmo assim, no declínio, diria até no exílio, foi bruscamente e profusamente lembrado quando morreu. Sua nobre figura foi trazida à publicidade pela força de sua atuação cívica. Mas o melhor de Luís Camilo, aquilo que é difícil publi-

car, só me apareceu outro dia nos olhos de seus dois filhos moços...

Elesbão Veloso, sem a "Invenção de Orfeu" e sem o Manifesto dos Mineiros, não teve nenhum reagente que tornasse visível a grande vida de renúncias escrita em tinta simpática, o grande primor de honradez escondido na pobreza. Foi também nos olhos de seus filhos, e nas mansas e longas lágrimas de sua velha cozinheira, que eu pude entrever um pouco daquilo que na eternidade é esplendor.

Três homens de menos nesta ameaçada Sodoma. E agora? Qual dos nossos, dêses que mal ou bem se esforcem por deter a avalanche de iniquidade, qual dos nossos tombará entre o advento e o próximo advento? Nós deveríamos afastar do coração, no advento da natividade de Nosso Senhor, êsses pensamentos de angústia e de melancolia. As festas nos foram dadas para repouso. E para quebrar a lisa, a escorregadia, a mortal continuidade do tempo. Com festas marcamos o contraponto do calendário, e dividimos o tempo indivisível. Só duas coisas vencem o tempo: o belo amor que não passa, e o ritmo. Ora, a festa de Deus nos traz ritmo e amor. Mas, ai de nós, os disparates do mundo não nos deixam dançar livremente, como Davi diante da Arca; e não nos deixam sentir a dogura do amor.

Que Natal é êsse? pergunta dentro de nós o nosso angustiado duplo. A mais suave e risonha das festas cristãs, adulterada por uma civilização estatisticamente católica, perde-se na trepidação das vendas excepcionais, na angústia dos balanços, na

disputa de divisas para os chamados artigos de Natal, na agitação dos projetos de viagem, e nos enervados preparativos das tristes alegrias obrigatórias.

Sem os marcos da eternidade, as almas inquietas que não podem aceitar a moeda falsa das alegrias alugadas perdem-se na vertigem das horas. As órbitas dos astros são lisas como um osso lavado. Não têm datas nem festas. E o tempo, que nelas se enrosca, é a morte enrolada. O tempo é o inimigo. Esconde-nos o futuro; escamoteia-nos com agilidade o presente; e dá-nos, em troca do que não promete e do que frustra, o mundo parado do que já não existe.

Que nos esconderá o pedaço de órbita convencionalmente marcado entre êste advento e o próximo advento? O certo, segundo os astrônomos, é que o sistema planetário, que temos a honra de habitar, caminha milhões de quilômetros, dentro do vazio, em direção à constelação de Hércules. E segundo as estatísticas o certo é que milhares das pessoas que andam por aí, a planejar anos de vida, sejam eliminadas por caminhões e lotações na Rua das Laranjeiras ou na fatídica Avenida Getúlio Vargas; e que outros milhares já carreguem, com grande despreocupação, o primeiro germe da morte a prestações. Êste mundo, como bem observou o melancólico Sêneca, tem uma só porta de entrada para a vida mas muitas e várias portas de saída pelos fundos. Estranho palácio!

Há pessoas que ainda conseguem levar a sério, com uma colossal simplicidade, a solidez de um edifício e a fixidez de um terreno. Acreditam na permanência de alguma coisa dentro dêste *Restless Universe*, como diz Max Born. Não pensam na constelação de Hércules. Não sentem o tempo como um vento nas costas. São tranqüilas e sólidas em nome de uma crença robusta na matéria que não é tranqüila nem sólida...

Mas nós, que por natureza somos dionisiacos, vertiginosos e angustiados, tornemo-nos pela fé dançarinos de Deus. Dancemos e cantemos como a cigarra no advento do verão, e ponhamos no único Sólido tôda a nossa confiança que as órbitas e os acontecimentos repelem. Dancemos pois diante da Arca de rósea bandeira, e cantemos juntos: "Ad te levavi animam meam: Deus meus, in te confido..."

Novembro, 1953

## ORTEGA Y GASSET, UM ENSAÍSTA

José Ortega y Gasset, "el máximo filósofo español", segundo Julian Marias, não foi propriamente um filósofo. Por maior que seja a minha simpatia por sua imensa obra, onde a riqueza de idéias anda a par de um estilo cintilante, e onde a extensão de assuntos não prejudica a penetrante lucidez, não consigo ver nêle um filósofo, a não ser que atribua ao termo a vaga e dilatada significação que parece estar na moda. Falando formalmente, com rigor filosófico, José Ortega y Gasset não foi um filósofo.

Em seu admirável ensaio *La Rebelión de las Masas*, diz êle em certa altura: "El día que vuelva a imperar en Europa una auténtica filosofía — única cosa que puede salvarla — se volverá a caer en la cuenta de que el hombre es, tenga de ello ganas o no, un ser constitutivamente forzado a buscar una instancia superior". E ao pé da página acrescenta esta nota: "Para que la filosofía impere, no es menester que los filósofos imperem — como Platón quiso primero — ni siquiera que los emperadores filosofen — como quiso, más modestamente, después. Ambas cosas son, en rigor, funestísimas. Para que la filosofía impere, basta con que la haya; es decir, con que los filósofos sean filósofos. Desde hace casi una centuria, los filósofos son todo menos

eso — son políticos, son pedagogos, son literatos o son hombres de ciencia”.

Sem sombra de ironia ou intenção de menoscabo, eu aplicaria ao próprio Ortega y Gasset aquela passagem, se não estivesse convencido de que êle fêz bem em não filosofar (formalmente) porque outra era a sua missão e outro o seu tipo de homem.

Apesar de seu prolongado estudo nas universidades de Leipzig, Berlim e Marbug, onde foi discípulo do neokantiano Hermann Cohen; apesar de sua cátedra de Metafísica na Universidade de Madri, onde lecionou até o dia em que Franco, dono de Espanha, não pôde tolerar o grande democrata; apesar de sua tese original sôbre a *razão vital*, que o aproxima dos existencialistas germânicos, ou melhor, precisamente por causa dessa idéia, e de tudo que sob ela se esconde, Ortega y Gasset não foi nunca o especulativo desinteressado, o contemplativo instalado na soberana *inutilidade da metafísica* a que se referia Aristóteles. Ao contrário, foi sempre, ou quase sempre, um mobilizado, um engajado nos problemas da vida e do mundo. Habilíssimo garimpeiro de idéias, tinha pressa, diria, tinha fervoroso interesse de vê-las aplicadas nos problemas vitais. O verdadeiro filósofo serve à verdade filosófica; o falso filósofo serve-se da filosofia. Ortega y Gasset quis servir o homem, o mundo, a vida; e para isso preparou um arsenal de instrumentos filosóficos. Terá sido filósofo *per accidens*. Mas o desempenho de sua missão humanista foi tão generoso e tão fecundo em sua longa vida que já não

podemos lastimar que não tenha sido um filósofo no rigor do termo.

Para que um dia “vuelva a imperar en Europa una auténtica filosofía” digo eu agora, é bom que tenha existido um homem capaz de escrever *El Espectador*, *España Invertebrada* e *La Rebelión de las Masas*. Essa raça de homem, que tem fina acuidade para a espessura e o calor dos dados existenciais, que tem o tato do real concreto, mais artista do que cientista, auscultador do que analista, representa um papel insubstituível no equilíbrio da cultura universal e na sustentação da autêntica filosofia onde ela estiver. Seria melhor, evidentemente, que os eixos filosóficos de Ortega y Gasset não tivessem a obliquidade do kantismo ou a curvatura do existencialismo germânico. Seria desejável que em muitos lugares de seus ensaios onde diz “vida” (que é o vocábulo mais abundante em sua obra) dissesse pessoa humana ou natureza humana, embora com sacrifício de alguns brilhantes paradoxos. Mas, por mais que receie escandalizar algum professor de modernas filosofias, ousou dizer que êsses eixos me parecem secundários na obra de Ortega y Gasset. Alguns chegam a dizer que não lograremos entender bem os ensaios sem ter antes assimilado o seu pensamento filosófico. A mim me pareceu que os verdadeiros eixos que dão firme estrutura aos ensaios do grande espanhol vêm do brioso e sadio bom-senso, que lembra Chesterton e que pouco se coaduna com o neokantismo; e, sobretudo, o que dá calor e pêso aos seus ensaios é o fervor da realidade,



que ainda mais o distancia do criticismo idealista. Realista por índole, por constituição cromossômica, Ortega achou-se idealista por formação. Mas a índole predomina sempre que o autor atinge sua verdadeira grandeza, e os andaimes recuam para um segundo plano. E essa sua congênita constituição de pensador é generosa, clara, latina, sensata e confiante na adequação entre a inteligência e o ser.

Quem se iniciou na escola de filosofia-do-ser colhe uma curiosa e deleitosa impressão da leitura de Ortega y Gasset. Sente nêle, nas suas atitudes, nas suas tomadas de posição, uma afinidade maior do que muitos filósofos tomistas nos dão, quando deixam seus compêndios e descem a opinar sobre fenômenos políticos e sociais. Um Garrigou-Lagrange, por exemplo, é mestre em teologia e filosofia escolástica; mas perde-se diante de um medíocre Menvielle, de Buenos Aires, e não sabe o que pensar do generalíssimo Franco, de Madri. Com melhores critérios, extravia-se na hora da aplicação, comprometendo assim a dignidade de sua doutrina. Ortega, ao contrário, apesar do neokantismo e de sua engenhosa "razão vital" sabe lucidamente distinguir o verdadeiro do falso, em Espanha e no mundo.

A conclusão que se tira tem um lado triste, no que toca à nobreza da reta filosofia; mas tem outro lado que compensa aquêle, e é o que diz respeito à capacidade improvisadora e retificadora do gênio. A filosofia autêntica, como diz o próprio Ortega, é a única coisa capaz de salvar a civilização, mas é preciso que a autenticidade dela não se estiole nas

mãos dos mediócrs. Pena é que raramente se encontrem juntos o gênio e a filosofia. Se isto acontecesse mais vêzes, se, por exemplo, existisse em cada capital um Jacques Maritain; ou se os homens como Ortega, que já não são muitos, fôsem estudar em Saint-Maximim em vez de tomarem o trem para Leipzig, o mundo estaria mais aliviado da epidemia de estupidez, da oficialização da mediocridade, que é um fenômeno a que o grande espanhol chamou *a rebelião das massas*.

Ortega y Gasset é um ensaísta nutritivo e saboroso. Disse atrás a impressão que sua leitura transmite a quem se habituou a pensar com critérios da filosofia tomista. Por mim, eu o leio como se estivesse comendo peixe. Saboreio as carnes e deixo os espinhos na beira do prato. Para o peixe vivo — sem nenhuma alusão ao triste resultado do pleito! — as espinhas têm decerto a sua utilidade; mas no prato, no bom prato servido com os melhores molhos de Espanha, as espinhas idealistas — razão vital, perspectivismo, etc. etc. — voltam para a cozinha.

Setembro, 1955



## O HOMEM-MASSA

Partindo do fato mais marcante dos tempos presentes, a tendência dos homens às aglomerações, Ortega y Gasset, no seu admirável ensaio *La Rebelión de las Masas*, profeticamente escrito em 1930, chega a uma conclusão paradoxal e inesperada para um leitor que, pelo título, espera um libelo contra as *massas* definidas economicamente ou culturalmente.

Sem desconhecer o aspecto positivo do fenômeno, que já foi chamado ascensão das massas ou tomada de consciência da maioria dos povos, o grande democrata espanhol focaliza um aspecto mais profundo que se propõe descrever "sin ocultar la brutalidad de su apariencia". Na perspectiva em que se coloca o ensaísta, o que se vê é mais uma depressão do que uma ascensão. Com o triunfo do quantitativo, e graças à plenitude de recursos que dilatam a vida, a humanidade se deixa levar, diria eu, por uma espécie de evolução física em que domina a probabilidade da entropia crescente, isto é, da crescente indiferenciação ou de progressivo nivelamento. "Lo característico del momento es que el alma vulgar, sabiéndose vulgar, tiene el desnudo de afirmar el derecho de la vulgaridad y lo impone donde quiera".

O *homem-massa* que invade a história, num movimento que Rathenau, em sentido um pouco diverso, chamou de invasão vertical dos bárbaros, não é, para Ortega y Gasset, definido em termos de classe ou de sua atuação coletiva. A definição é mais psicológica, moral, e até espiritual do que social. Em qualquer classe, e fora de qualquer manifestação coletiva, o *homem-massa* se define pela atitude em face da vida com características de uma mediocridade satisfeita e até insolente. O esboço psicológico do personagem começa por dois traços: é o ingrato, radicalmente ingrato, e é uma criança mimada. Herdeiro de um passado de esforços e conquistas, êle recebe essas coisas como o ar que respira, como alguma coisa que “está ahi”, que “es natural” e que, por conseguinte, não exigem dêle a cortesia de um agradecimento e o esforço para mantê-las. O traço que o ensaísta acrescenta, ainda mais característico da mediocridade transformada em lema vivido, é a ausência do desejo de superação e do apêlo a uma instância superior, de onde resulta uma espécie de contentamento e de fechamento que o torna indócil. Nas horas mais difíceis que ocorrem no mundo moderno, é possível que, súbitamente angustiados, tenham boa vontade de aceitar a direção de minorias superiores, “mas essa mesma boa vontade fracassará, porque a contextura radical de sua alma é feita de indocilidade e de hermetismo, e porque lhes falta, de modo congênito, a faculdade de atender ao que lhes fica acima”. O simples processo de manter a atual civilização é

complexo demais e requer incalculáveis sutilezas. “Mal pode governá-lo êsse homem médio que aprendeu a usar muitos aparelhos da civilização, mas que se caracteriza pelo fato de ignorar a própria raiz dos princípios da civilização”.

Dessa insolência de “señorito satisfeito” deriva uma norma de ação direta, agressiva, brutal e violenta que se recusa à discussão e ao diálogo. E o mundo depressa conhecerá, como já conheceu, a incalculável crueldade dos medíocres. O homem-massa, herdeiro de uma civilização conquistada com admiráveis esforços, tende ao primitivismo, ao naturismo, à barbárie do especialismo, onde o próprio domínio científico ainda avança “graças ao trabalho de homens fabulosamente medíocres”.

Mas o maior perigo dessa civilização marcada pela oficialização da mediocridade é o Estado-total. Ortega y Gasset, em 1930, antevê a catástrofe do mundo. “Este es el mayor peligro que hoy amenaza a la civilización: la estatificación de la vida, el intervencionismo del Estado, la absorción de toda espontaneidad social por el Estado; es decir, la anulación de la espontaneidad histórica, que en definitiva sostiene, nutre e empuya los destinos humanos”.

Não se apresse o reacionário a concluir que Ortega y Gasset, no seu grande ensaio, esteja a culpar as massas populares pelos malogros de nosso tempo; nem imagine que o “Grande de Espanha”, como tão bem o chamou Tristão de Athayde, iria interpretar o resultado das eleições de 3 de outu-

bro como um erro das multidões e como prova de que é insensato entregar-lhes, pelo voto, os destinos de um país. Não. O pensamento de Ortega y Gasset, que sempre foi um ardoroso democrata, mais depressa se aproxima daquele que exprimimos num artigo intitulado "O sal da terra". O homem-massa é o medíocre por direito de nascimento; é o herdeiro; é a criança mimada; é o que nós aqui chamamos de gozador; e, com êsses sinais, é fácil ver que mais se encontra entre as falsas elites do que entre as suas vítimas numerosas. O libelo de Ortega y Gasset se dirige, pois, antes de tudo, àquêles que maiores benefícios receberam no inventário das passadas civilizações.

Em linguagem nossa, diríamos que o mundo sofre a ausência do primado do espiritual, que mais atinge às elites do que às multidões. Ou melhor, que atinge às multidões por demissão das elites. O que Gasset descreve em seu florido vocabulário reduz-se a isto: ausência de espiritualidade. E' pelo espírito que a natureza humana possui o tropismo vertical para as instâncias mais altas; é pelo espírito que o homem é um ser constitucionalmente chamado a se superar, a buscar sempre a maior perfeição, a ter horror pela estagnação da mediocridade. "É preciso ater-se ao difícil", dizia Rilke a um jovem poeta, parodiando São João da Cruz. "L'homme dépasse l'homme", gostava de repetir sempre o padre Lebrecht, sem que ninguém o possa acusar de nietzchiano. "A Rebelião das Massas", descrita por Ortega y Gasset, consiste no esqueci-

mento dêsse dinamismo essencial da pessoa humana, nessa lei do crescimento espiritual, ou na troca da evolução espiritual, que é ascendente, por uma evolução física, que é descendente, e que obedece à gravitação da morte.

E' com alegria que encontramos, em um ensaísta servido por outra filosofia, mas atento ao real, as mesmas conclusões que tantas vezes formulamos com menos paradoxos e menos brilhantismo. Ortega y Gasset, mau grado seu vitalismo, ou seu neokantismo, foi um paladino do bom-senso, e um campeão da dignidade da pessoa humana. O que êle viu e analisou é a diminuição da vertical humana, ou a coisificação daquilo que foi feito à imagem e semelhança de Deus.

*Setembro, 1955*

## A INSOLÊNCIA DA MEDIOCRIDADE

Num ensaio intitulado *Mirabeau el Politico*, um dos mais belos e curiosos estudos que até agora se escreveu sôbre a enorme personalidade do precursor da democracia, Ortega y Gasset volta ao "leit-motiv" que parece ser uma de suas idéias mestras: a injustiça, e até diria a insolência da mediocridade. Começa por manifestar seu desgosto pelo livro de Herbert Van Leisen, que acaba de ler. "El librito del señor Van Leisen está muy lejos de aclararnos punto alguno de importancia sobre Mirabeau. Pertenece a una classe de emanaciones impresas que cada dia son más frecuentes, por mala ventura, en las letras de Francia. Son obras maniáticas, de angosto horizonte, que ni siquiera aspiran a la agudeza intelectual". Vai Leisen, a julgar pelo que diz Ortega, é um pequeno autor que empreendeu a árdua tarefa de retratar um grande personagem. E o resultado, como era de esperar, foi o da diminuição, o da redução do personagem retratado à escala de seu pintor.

Sente-se no ensaio de Ortega y Gasset que não foi a especial admiração por Mirabeau que pôs a sua pena em posição de batalha. Não se trata sòmente de fazer justiça, de *redresser un fort* num caso particular; mas de retificar uma subversão mais ampla e generalizada. E é por isso que o es-

tudo ganha calor e veemência quando chega ao ponto em que um Joseph Chenier, pedindo a palavra na Assembléia, propôs que se retirasse do Pantheon os restos de Mirabeau "considerando que não pode haver grande homem sem virtudes".

E' bem verdade que a vida turbulenta de Mirabeau não pode ser apresentada como um modelo de integridade moral. Não é por seus amores fraudulentos, por sua espantosa facilidade de contrair dívidas e até por sua desembaraçada capacidade de mentir que Ortega y Gasset admira o gigante que, por ocasião dos Estados Gerais, num improviso, em poucas horas, lança as bases da nova política, que vai ser a política do século XIX, "e isto, não vagamente, e como em germe, mas integralmente e em seus detalhes; criando não só os princípios, mas até os gestos, a terminologia, o estilo e a emoção do liberalismo democrático... Em um instante, Mirabeau vê em todo o seu desenvolvimento futuro a nova política; e vai além: vê seus limites, seus vícios, suas degenerescências e até o meio de desacreditá-la que um século e meio depois viria efetivamente trazer o seu desprestígio. Quem quiser convencer-se de que êste feito portentoso aconteceu realmente, e não é uma fantasia ou uma inexata apologia, leia qualquer livro sôbre Mirabeau exceto o do sr. Van Leisen".

Não são os defeitos, os amores e as dívidas que despertam a admiração do sadio espanhol; mas também não são êsses defeitos que provocam os Van Leisen e os Chenier: é a sua grandeza. O médio-

cre se aflige na presença da grandeza; e se, recusando a admiração, tenta explicar a grandeza, há de ser com suas medidas, com seus padrões de comportamento e até com suas pequenas virtudes que empreenderá a análise daquilo que o excede. E quando descobre que o gigante cometeu faltas que êle, o medíocre, não é capaz de cometer, quando vê em sua vida amores fraudulentos e dívidas não saldadas, a alma pequena se compraz em sua pequenez e passa a dizer, com consolidada filosofia, que o gênio é uma anormalidade e que a grandeza é sempre mórbida.

Ortega y Gasset vê nesse fenômeno — o julgamento dos grandes pelos pequenos — uma característica de nossos tempos. Insisti num ponto para que o leitor não interprete mal o pensamento do grande espanhol: êle não procura justificar o imoralismo de um Mirabeau, e muito menos deseja escarnecer os dados triviais do senso moral. Seu problema é outro, que o aproxima materialmente de Nietzsche mas em formal antagonismo. Seu problema é o da insolência cada dia maior da mediocridade que pretende valer-se dos princípios morais para perseguir a grandeza onde ela se encontrar. E êsse é o tema que, de ponta a ponta, anima o seu grande estudo sôbre o que chamou a Rebelião das Massas.

No ensaio que escreveu sôbre Mirabeau, Ortega se encaminha numa difícil e perigosa análise que à primeira vista parece decompor a moral e quebrar a unidade do universo ético. Contrapõe a mo-

ral dos pusilânimes à moral dos magnânimos. "Nosso tempo — diz êle — não teria nunca inventado essas duas palavras: pusilanimidade e magnanimidade. Ao contrário, o que fez foi esquecer-las, sendo cego para a fundamental distinção que designam. Nesses últimos tempos há uma conspiração para nos ocultar um fato: que as almas têm formatos diferentes, que há almas grandes e pequenas, notando-se porém que grande e pequeno não significam nossa valorização dessas almas, e sim a diferença real de duas estruturas psicológicas diferentes, de dois modos antagônicos do funcionamento psíquico. O pusilânime e o magnânimo pertencem a espécies diferentes. Viver, para um e para outro, é uma operação de sentido divergente; e, por isso, são contraditórias as perspectivas morais que usam. Quando Nietzsche distingue entre *moral de senhores e moral de escravos*, dá-nos uma fórmula antipática, estreita e falsa, de alguma coisa que entretanto é uma realidade inegável. A perspectiva moral do pusilânime, certa enquanto julga seus congêneres, é injusta quando se aplica aos magnânimos. E é injusta simplesmente porque é falsa, porque parte de dados errôneos, e porque falta ao pusilânime a intuição imediata do que se passa dentro da alma grande".

E' fácil prever a reação que um certo tipo de moralista terá diante do que assevera Ortega y Gasset. Em nosso meio católico, conheço muitos que soltariam gritinhos de *sus ao hereje*, como já o fizeram contra Peguy, Bloy e Bernanos. E a êles

se aplica exatamente o que diz Gasset: julgam os grandes pelo pé direito da própria mediocridade.

O pensamento do espanhol é impreciso em certos pontos e de assimilação difícil dentro da reta filosofia moral, mas o principal, a parte nuclear desse pensamento, no que toca à reação de desforra da mediocridade, nada tem que fira a mais rigorosa ortodoxia. Nós bem sabemos que só há verdadeira e plena grandeza moral onde houver integridade, e esta integridade, como tão bem ensinou o Pe. Petitot, no seu excelente trabalho sobre Santa Teresinha do Menino Jesus, se conhece pela coexistência das virtudes antinômicas. Onde por exemplo se casam a humildade e a magnanimidade, a paciência e a justa indignação, a temperança e o apetite bem aberto para a perfeição, aí, e só aí haverá integridade e consequentemente autêntica grandeza moral. Quer isto dizer que a conquista dessa grandeza tem de ser feita em duas vertentes, uma a descer, segundo o sabor das naturais tendências psicológicas; e outra a subir, em luta com as aversões psíquicas. O todo moral tem de investir a personalidade de perfeições difíceis, tem de operar uma síntese que o psiquismo não pode por si mesmo operar. O bom resultado é raro. A maioria dos homens fica longe dessa síntese, e muitos, entre os que merecem a nossa admiração, padecem de falhas graves. Mas o importante a notar, e aqui voltamos à tese de Ortega y Gasset, é que essas falhas não podem ser medidas com o padrão que constitui o conjunto das virtudes fáceis para os médio-

res. Sem chegar a dizer que nós não podemos julgar ninguém, porque o julgamento perfeito precisa do conhecimento dos dados interiores que só a Deus pertence, Ortega y Gasset se preocupa particularmente com um aspecto do mau julgamento humano: aquêlê que constitui uma conspiração, uma guerra à glória do homem, e que, na sua opinião, se tornou um traço cultural de nossos tempos.

Ortega y Gasset, antes das tormentosas experiências que a Espanha e o mundo iam fazer — as experiências das ditaduras e dos govêrnos totalitários — já tinha um mêdo profético da ameaça que pairava sôbre o mundo: a usurpação do poder por homens espantosamente mediocres. Eu também tenho mêdo, e já não preciso ser profeta para tremer, para pronunciar prognósticos sombrios, quando vejo as almas pequenas, com tôda a terrível insolência da mediocridade, ocuparem os lugares que pedem grandeza e magnanimidade.

*Novembro, 1955*



Tempos atrás escrevi um artigo onde estranhava que existissem contrabaixistas e calceteiros. A bizzarria do primeiro ofício estava na dificuldade de conciliar a gravidade e a rotundidade do instrumento com a verde quadra da vida em que se logra adquirir a precisão e a agilidade dos dedilhados. Não conseguia imaginar como pudesse um moço, no ardor dos anos, apaixonar-se pelo provectoro instrumento que sempre fica no fundo da orquestra a dar pausados conselhos às flautas e aos violinos. O segundo ofício me espantava simplesmente por sua intrínseca e literal dureza.

Tive depois cabal solução dos dois enígmãs. Assim como há velhos que pela vida afora são flautas incorrigíveis, vi também moços de incurável e precocíssima gravidade. E o que se vê no mundo, vê-se também nas orquestras. Quanto ao mistér de lavar pedras, a solução do caso me foi dada por um prêto velho que durante quarenta anos as lavrara por gôsto. A raiz da equação era o amor que, como todos sabemos, espalha incongruidades pelo mundo.

Mas o ofício que ontem estive analisando numa esquina da rua da Carioca não se enquadrava em explicação lírica nem racional. Não se justificava pelos proventos nem deixava entrever vislumbre por



onde se pudesse suspeitar uma chama de amor. Era um camelô. Vendia canetas a vinte cruzeiros. Estive por ali, meia hora, em observação, e não vi efetuar-se uma só compra. De que viveria o homem? O fluxo de gente passava por êle como as águas de um rio apenas de leve se encrespam em tôrno de um caniço. Como deve ser dura, do ângulo do camelô, a indiferença das multidões! Em vão êle agitava no ar uma de suas amostras com gestos de pregador inspirado. Em vão anunciava que o preço era menos da metade do que pediam as lojas. Em vão argumentava com a subida geral de preços e com a perspectiva de um amargo arrependimento.

Um velho, tímido e instável, acercou-se da bandeja e pôs-se a farejar o artigo. O camelô, alvorçado, explicou-lhe confidencialmente que o preço era tão baixo por se tratar de um contrabando. O velho ia examinar, e talvez comprar, quando foi empurrado por um turbilhão de estudantes. O empurrão rompeu o tênue desejo e o velho prosseguiu sua trajetória de hesitações e veleidades. Passei duas horas depois. Lá estava o homem. Vendera uma única caneta, e eu fiz o cálculo: venderia quatro em oito horas de berros e gesticulações. Tirando o preço da mercadoria e os nove fora de um possível intermediário, como se explicaria a roupa e a gordura do camelô?

— E' muito simples, esclareceu-me mais tarde uma pessoa dotada de senso prático, o homem é funcionário da Prefeitura...

\*\*\*

Tudo tem sua razão de ser. No domingo passado, contei a história de um general vizinho meu que mandou vir um caminhão da limpeza pública para apanhar seu lixo, deixando nas portas das outras casas, amontoados e fedorentos, os lixos menos ilustres. Contaram-me depois que houve o mesmo na rua Almirante Salgado: um enorme caminhão subiu a rua, durante doze dias esquecida pelo serviço de limpeza urbana, e veio delicadamente colher duas latas misteriosamente assinaladas. Tratava-se, pelo que depois me informaram, de lixo de duas famílias bem vistas no Catete; e eu concluo que está aparecendo uma nova aristocracia que, em vez de basear-se no sangue, se fundamenta no lixo.

\*\*\*

Aliás, o que acaba com o Brasil são as aristocracias. Nenhum regime monárquico as possui como esta nossa república. Até pouco tempo eu tinha a idéia ingênua de pensar que os serviços públicos não chegariam nunca a uma extrema miséria porque os ricos e poderosos seriam arrastados no mesmo flagelo. Sempre foi costume comparar o Estado a uma nau onde correm os mesmos riscos os dirigentes e dirigidos e é por isso que no ritual do sacramento da ordem o pontífice diz ao clero e ao povo antes de iniciar a ordenação dos diáconos: "Caríssimos irmãos, já que os motivos de segurança e temor são os mesmos para o comandante de um navio, como para seus passageiros, devem ser de

igual valor as opiniões daqueles cuja causa é a mesma.”

Parece que devemos abandonar a metáfora, ou então teremos de imaginar um esquisito navio onde naufragam uns enquanto outros se banqueteam. Aliás, depois da leitura do artigo que Fernando Carneiro publicou na “Tribuna da Imprensa”, e que merecia ser estampado em todos os jornais dêste pobre navio, torna-se patente que devemos reformar os conceitos de “boa família” e “bom nome”, porque os *Bem-Nascidos* (assim se intitula o artigo) estão revelando avidez de proveitos maior do que os das recentes e improvisadas aristocracias. E é por isso que fiquei acabrunhado, outro dia, quando um chofer, a propósito de um desses aproveitadores, respondeu-me com desânimo: “Ora, são todos iguais...”

Não senhor. O país anda mal justamente porque há uns que são diferentes, e que são muito piores.

\*\*\*

E é por isso também que fiquei triste ao ler numa carta de d. Helder Câmara a Carlos Lacerda aquela passagem onde diz que fraude e corrupção existem em todos os partidos. Mas não no mesmo grau nem com as mesmas características! Esse modo de dizer, que tende a generalizar e a igualar, me parece inadequado e injusto. E' possível que um inquérito rigoroso realizado no interior do Brasil viesse a revelar muitas fraudes eleitorais praticadas

por membros da UDN, do PL, ou do PDC. Mas o que se tornou público e notório, sem necessidade de inquéritos e estatísticas, é que foram os homens daqueles partidos que pleitearam medidas de purificação do pleito e que foram homens do PSD que resistiram obstinadamente, tenazmente, a essas medidas. Foram também os homens daqueles partidos que se bateram pela declaração de bens dos candidatos, e foram os do PSD que resistiram e que transformaram as declarações em documentos indecifráveis. Diga-se que todos são pecadores, que temos muitas razões de queixas dos udenistas e dos libertadores, mas daí a dizer uma coisa que insinua que são todos iguais vai um abismo: o abismo que separa um mísero homem honesto de um desses aristocratas do momento. Não, amigo chofer. Não, d. Helder Câmara. O Brasil está dissorando misérias não porque sejam todos iguais, mas porque alguns pretendem ser diferentes e conseguem.

Abril, 1956

## PRISMAS

Mais do que pelas diferenças de raça, meio, língua ou religião, os homens se separam pela diferença daquilo que se costuma chamar de *mentalidade*, e que poderíamos definir como uma espécie de fisionomia interior ou de tipologia psicológica. Resultante da composição das inclinações inatas com as primeiras experiências da vida, a mentalidade passa a funcionar pelos anos a fora como uma inabalável constante da personalidade. E' o prisma, colado à retina, através do qual a gente vê os sucessos do mundo, os incêndios, os óbitos, os nascimentos, os naufrágios, as eleições, os regimes, e até as próprias cifras, que, apesar de sua pretendida objetividade, não dizem a mesma coisa, não produzem as mesmas ressonâncias nesta e naquela mentalidade. Nada é o mesmo espetáculo para todos os espectadores dêsse esférico circo perdido na imensidão dos espaços siderais. A diferença de posição já basta para afetar as perspectivas. Sentam-se uns nas frisas do mundo; aglomeram-se outros nas galerias do planeta. Mas a diferença produzida pelas dioptrias internas é mais profunda do que a que produzem os bancos e as poltronas.

Há o prisma, como dizia o gracioso cronista que, em 29 de abril de 1894, ocupou por um dia a coluna de Machado de Assis. "Tudo isto é muito

assunto para crônica (...) mas há o prisma. E antes de se passar o papelão pergunta-se a quem está de guarda: qual é o teu prisma? De que côr é o teu céu?..."

Muita gente costuma dizer que os fatos são fatos, pretendendo exprimir com êsse tautológico aforisma a independência absoluta do aspecto das coisas em relação aos observadores. A reta filosofia dirá também, com palavras austeras e castas, que o íntimo das coisas, a sua essência, não depende da posição e da côr do olho que a contempla. Mas essa mesma filosofia acrescentará que o mesmo já não se pode dizer do aspecto, da côr, da aparente superfície das coisas. Os fatos, aquilo que se vê do palanque de nossa mentalidade, são apenas a contingente cobertura das essências, são a pele da realidade. E na apreciação dêles importa decisivamente o ângulo de luz e o prisma do olhar.

O cronista dos amáveis tempos de Machado de Assis tinha por ofício publicar as côres personalíssimas com que via a confusa aquarela dos eventos. "Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a tôda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões do estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentés; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários".

Felizes tempos, digo eu, êsses em que o cronista desfrutava e publicava tão ampla licença. Punha no jornal as côres com que via o céu; acrescentava-

lhes os mais galões do estilo, e no leitor, se êle não gostava dos matizes, dava-lhe um piparote. Hoje, nos tormentosos e gloriosos dias que vivemos, a pena do cronista tem o lastro da responsabilidade do pregador, do filósofo, do homem empenhado na decifração das realidades escondidas sob a pele dos fatos. Não pode ter aquela desenvoltura dançarina. Mal pode sorrir. Goste ou não goste, há de trazer ao jornal um pigarro de professor. Como, porém, vencer a subjetividade com que se agazalham as pessoas? Como provar que isso que digo não são meras côres de meu espectro interior.

Quando a pessoa que lê pertence à mesma família espiritual, à mesma raça psicológica, ao mesmo sistema de afinidades e alergias, o artigo consegue atravessar a superfície da personalidade e logra convencer. Mas, meu Deus! convence os convencidos; chove onde já estava molhado. E a conquista, não mencionando a simpatia que se ganha e que sempre é agradável, não modifica o quadro geral da opinião pública.

Como atingir os outros, que se apegam aos seus prismas e que estão persuadidos, inabalavelmente, que eu também, ainda mais inabalavelmente me apego aos meus? Como dialogar? Como comunicar? Cada vocábulo que emprego corre o risco de ser entendido com ressonâncias diferentes. Cada frase que digo vai dizer outra coisa. E o pior é quando o leitor de mentalidade diversa julga ter compreendido, e imagina estar de acôrdo. Já tive experiência dessa concordância que é mais desalen-

tadora do que a mais áspera discordância. Recebi por exemplo do Padre Vidigal, que é deputado em Minas e juscelinista militante, uma carta de apoio aos artigos que escrevi em defesa da legalidade e do regime democrático. Como eu preferia que o Padre Vidigal não gostasse do que escrevi! Como eu gostaria de receber desaforos em lugar dos equivocados elogios! Amanhã ou depois — estremeço só de pensar — receberei de algum deputado ademarista de São Paulo (e tomara que não seja padre) análogas declarações de solidariedade. Que fazer? Se no meu artigo escrevo “regime democrático”, ou “legalidade”, ou “ascensão do povo”, o juscelinista e o ademarista conseguem ler, através de seus especialíssimos prismas, não sei que estranhas palavras que os autoriza a pensar que estão de acôrdo comigo. Para evitar êsses equívocos, nos próximos artigos, onde eu escrever “cão” deverei elucidar que me refiro ao mamífero carnívoro digitigrado, *canis familiaris*, tido por amigo do homem, para que o deputado ademarista não vá dizer que houve alusão a algum homem público, tido por seu inimigo. Mas assim, se devo explicar tudo, fica impossível escrever.

O momento histórico que estamos vivendo pode ser caracterizado como um choque de mentalidades. Mais do que raças e classes são as mentalidades que se degladiam; e são os malfeitores de todos os tempos que se aproveitam da confusão e que tiram vantagens do terrível desentendimento dos homens. No terreno dos fenômenos políticos há duas

mentalidades que se opõem: a dos fixistas, também chamados “da direita”; e os reformistas, também chamados “da esquerda”. Pelo seu prisma, vêem uns o espetáculo do mundo como se as modificações reivindicadas pelos povos fôsem subversões que à polícia compete represar; pelo outro prisma vêem os reformistas o mesmo espetáculo, como se nada fôsse perene e invariável dentro dêsse “restless universe”, como dizem os físicos.

Torna-se difícil discernir o que se deve reformar e o que se deve conservar. Nessa grande batalha filosófica, mais do que econômica ou política, o pobre do cronista, com sua pena franzina, parece um doido Quixote a se esgrimir contra as aberrações nascidas do seu sistema ótico. Quando pensa ter acertado um golpe de lança, recebe os parabens de um juscelinista mineiro e deputado, que, ainda, para maior agravo, é padre.

E então ouve a voz sensata do Sancho Pança, que é a metade de nós, a lhe dizer que desista, que a pregação só se tornará possível e proveitosa no dia em que descobrirem um modo de fazer a cirurgia plástica das mentalidades.

Nesse meio tempo, enquanto não inventam a cirurgia ou Deus não manda os estalos, agrademos ao leitor, e procuremos adaptar nossa pena ao seu prisma e à côr do seu céu.

Setembro, 1955

## WOLFGANG AMADEU MOZART

Autores há que num pequeno fragmento de obra, página incompleta ou melodia esboçada, são logo reconhecidos e até saboreados, como se a alma dêles estivesse tôda a palpitar naquela simples amostra.

Machado de Assis é um desses autores inconfundíveis; Mozart é outro. Abrindo *Memórias Póstumas de Brás Cubas* em qualquer página, sente-se imediatamente o proveito e o gôzo da presença bem identificada do autor. Apreende-se uma beleza que não está só na construção engenhosa, que não reside na maneira ou estilo. Sem derrogação da primeira das leis perenes que regem o universo estético — a lei da unidade — pode-se dizer que tais autores conseguem estar inteiros em cada parte da obra. Ou talvez seja melhor dizer que cumprem de maneira especial o mandamento por uma transfusão do espírito do autor na substância da obra.

Há dois modos de considerar a unidade da obra de arte. No primeiro, o modo objetivo, diz-se que há perfeição de unidade na obra em que as partes se articulam com tal excelência de harmonia que nos leva a pensar que ali, naquela obra, nada há que se acrescente ou se suprima. No segundo, o modo subjetivo, dir-se-á que existe perfeição de unidade na obra em que o autor se encontra sempre in-

teiro, total, em cada parcela. E onde domina essa presença contínua do autor — como se vê em três frases de Machado ou em três compassos de Mozart — a subjetividade da autoria passa a dominar a objetividade da obra. Não é *Brás Cubas* ou *Dom Casmurro* que estou lendo: é Machado de Assis. Não é a *Sinfonia Júpiter* ou a Abertura da *Flauta Mágica* que estou ouvindo: é Mozart, o próprio Mozart em pessoa.

E' claro que estou exagerando. A obra de arte é sempre um objeto autônomo, inteiro, cristalizado, sôlto. Sua objetividade não pode desaparecer, nem ser transformada em mero pretexto. Não posso, a rigor, dizer que seja secundário para mim o que lá diz o autor na sinfonia ou no romance; nem posso chegar à extremidade, que me seduz, de afirmar que ouço distraidamente a teoria do emplastro ou o desenvolvimento da sonata, por estar atento demais ao timbre cordial do autor querido que me visita. A conversação amorosa tem êsse caráter especial: todos os assuntos são pretextos. Dentro da infinita variedade que a vida e o mundo proporcionam, o coração enamorado vê no assunto um lugar de encontro, um modo de contacto. Falando de eleições municipais, de chuvas ou de incêndios, os namorados estarão sempre falando de si mesmos. Análogamente, e guardadas as devidas proporções, a linguagem do artista é sempre a objetivação de uma subjetividade com vistas a uma outra subjetivação. Salva-se a autonomia e a inteireza do ob-

jeto se pensarmos que o autor se transubstancia nêle. Aquêle emplastro é Machado de Assis transformado em emplastro: aquela sonata é Mozart evaporado em música. Por mais autônomo que seja o objeto feito, não há nunca na arte uma pura objetividade.

O artista está sempre falando de si mesmo, embora se diga, com bom fundamento, que não há nada mais detestável do que falar sempre de si mesmo. Tudo depende da "ratio formalis" ou do ângulo, como hoje se diz. Na verdade, o artista traz à tona da obra a maior profundidade de si mesmo, mas quando realiza com autenticidade essa experiência de abismos trará um segredo maravilhoso que tem, ao lado da máxima particularidade, a máxima universalidade, e que pode tornar-se o segredo de quem o ouve. E assim concluo que o artista genuíno, falando de si mesmo no objeto, estará falando de alguma coisa que me diz respeito, que me toca na máxima profundidade de mim mesmo. O encontro afetivo-estético se realiza no objeto que revela o autor e a mim mesmo me revela. E é por isso, por causa dessa força de união da obra de arte, que certos autores conseguem incutir em cada fragmento da obra a cordialidade que aproxima a experiência estética da experiência amorosa. As vezes, basta ouvir quatro compassos de piano para que a gente sinta a presença de uma visita desejada: Mozart chegou. Está aí. Anda, senta-se, levanta-se, fala. A personalidade do autor domina a objetividade da obra.

Seria entretanto um erro bastante lamentável supor que o sentimento da inconfundível presença nos vem do estilo ou do maneirismo do autor. É claro que o contôrno da personalidade se reconhece pelo estilo, mas arrisco-me a chocar algum leitor ousando dizer que ninguém é menos maneiroso do que Mozart. Se é verdade que êle tem seus vocábulos prediletos, suas construções preferidas, não é por causa delas que sentimos o autor inteiro e total no fragmento da obra, pois com tal critério não saberíamos distinguir um "pastiche" de um autêntico Mozart.

O segredo da transfusão total que se sente na obra de Mozart está na estranha, na desconcertante personalidade que se esconde de nós nos retratos e nas biografias convencionais, e que só se manifesta na música. Habitua-mos a ver uma cabeça empoadada, bem século XVIII, e esquecemo-nos de que Mozart sofreu fundo, na própria carne e na dos filhos, o preciosismo do "ancient regime". Vêmo-lo no brilho das côrtes, com espadinha de fidalgo e mangas rendadas, mas nem sempre lembramos que foi êle, Amadeu Wolfgang Mozart, o moço altivo que preferiu a miséria à libré do Conde Colorado, arcebispo de Salzburgo, que por castigo merecia ressuscitar hoje, para ver que seu ilustre nome só conseguiu vencer a distância de dois séculos a reboque do nome de quem tanto humilhou. Foi ainda Mozart, o manso Mozart, quem primeiro entre os grandes desejou a arte emancipada do oficialismo e dos emprêgos. Por derrisão suprema ficou gravada em

ambiente de fausto e de aristocracia a figura do cavalheiro andante que passou frio e fome para não alugar sua grande alma cantarina.

Foi duríssima a vida de Mozart. Com exceção de poucos momentos, viveu sempre entre homens de espantosa mediocridade. Apaixonou-se por Aloisia Weber mas casou-se com a irmã, Constância, como o pastor de Labão. De sete filhos perdeu cinco. Passou fome. Foi meticulosamente humilhado. Como porém não soltou rugidos ou gemidos românticos, contentando-se às vêzes em dizer "Cosi fan tutti", nós nos deixamos pensar que sua vida foi amena, ou até leve e translúcida como sua música.

Foi entretanto difícil, difficilima, mas dentro dessa dificuldade, cercado de credores, sitiado pelos tolos, acuado, faminto e tuberculoso, Mozart possuiu, ou adquiriu, ou desenvolveu a mais estranha, a mais misteriosa facilidade de compor que já se viu. Escrevia a qualquer hora, em qualquer lugar, a despeito de quaisquer circunstâncias. Cabeceando de sono, alta noite ou mal acordado de manhã, sem almoçar ou recostado na cama depois do almôço, com vagar ou com pressa, com disposição ou com febre, Mozart escrevia. Escrevia no meio da casa, ouvindo Constância contar os episódios do dia! Compunha uma abertura meia hora antes do primeiro concêrto, e os músicos recebem as partituras com tinta ainda fresca. Atendia a encomendas. Fazia música italiana para os italianos e alemã para os alemães, mas sempre música de Mozart. Nenhuma das exigências pitorescas, que alimentam



o anedotário dos artistas famosos, se encontram no ofício de Mozart. Não trazia maçãs guardadas na gaveta como Shiller, não espalhava peças de seda no chão como Wagner, nem gritava por quem lhes despejasse água na cabeça ardente como Beethoven. Trabalhava como qualquer modesto artífice. Sentava-se e escrevia. Compunha como o padeiro amassa o pão, ou como o lavrador empurra o arado. De tal modo vivia mergulhado na música, fundido nela, que até chegava a parecer desatento. Sem calman-tes ou excitantes sua composição flui como se o seu coração vivesse a se desintegrar em música. E é por isso, creio eu, por causa desse paradoxo de uma vida de espessas dificuldades a se transfigurar em música translúcida, por causa dessa total transposição de alma no objeto de sua arte, por causa, em suma, da integração ininterrupta capaz de tão maravilhosa espontaneidade, é por isso que hoje, ouvindo quatro compassos, sentimos logo a presença total e inconfundível da alma imensa que há duzentos anos vem crescendo como um sonoro universo em expansão.

Foi curta a vida de Mozart. Morreu tuberculoso, aos trinta e poucos anos, enquanto arrematava o *Requiem* que lhe encomendara um personagem enigmático. Morreu na miséria e no abandono. Chovia muito no dia de seu entêrro. O coche chegou sem acompanhamento no cemitério, e o corpo de Wolfgang Amadeu Mozart foi atirado na vala comum.

*Fevereiro, 1956.*

## CENTENÁRIO DE MOZART

A 27 de janeiro de 1756 — faz hoje duzentos anos — nascia em Salzburgo, de uma pequena e modesta família, o menino que teria na certidão de batismo o nome de Johannes Chrysostomus Wolfgangus Theophilus Mozart. Nasceu numa casa onde se vivia da música. Aos três anos de idade, como se houvesse diligência de bem aproveitar os poucos que a sorte lhe reservava, manifesta os primeiros sinais de vivo interesse pelas lições de cravo de sua irmã. E bem depressa se vê que não se enganavam os pais na apreciação desse interesse. O menino tem fome e sede de música. Aos cinco anos compõe um minueto em sol maior; aos seis, toca violino e cravo na côrte de Viena, onde se encanta pela princesinha Maria Antonieta que trinta anos mais tarde marcará, com a cabeça decepada, o fim do século e do regime. Com oito anos, Wolfgang Amadeus Mozart domina com mestria o violino, o clavicórdio e o órgão; rege concertos; compõe a primeira sinfonia, em mi maior, e escreve a primeira ópera *Apollo e Hyacinthus*.

Tornou-se trivial falar da prodigiosa precocidade de Mozart. História sabida, mil vezes glosada, tornou-se para nós um fato entre tantos, uma singularidade entre as muitas que a história do mundo registrou; e hoje precisamos fazer um esforço

de imaginação, mobilizar capacidades esquecidas, esfregar dormências da alma, para conseguirmos a maravilhada admiração que tal prodígio merece. E antes de mais nada convém lembrar que a precocidade de Mozart difere essencialmente daquela que tantas outras crianças, com o mimetismo próprio da infância, revelam nos concertos públicos. A precocidade de Mozart é criadora. Nela se encontra a inconcebível conjugação da impressividade infantil com a expressividade varonil da obra de criação. É esse incrível conúbio, a meu ver, que explica a misteriosa e riquíssima transparência da obra de Mozart, e que ao mesmo tempo explica a combinação, a dialética interna dessa obra de continuação e de renovação. A precocidade de Mozart não foi um mero acidente de sua carreira, nem apenas uma espécie de compensação da outra que lhe viria pela tuberculose. Foi também, e sobretudo, o elemento integrante da substância de sua música. O "Requiem" encomendado por um misterioso desconhecido, pouco antes de sua morte, a sinfonia em sol menor n.º 40, e o admirável concêrto para clarineta e orquestra, em lá maior, só podiam ser escritos por alguém que acordara muito cedo para a música, isto é, por alguém que tivesse feito a extraordinária experiência de uma infância criadora. A infância, quando se materializa no adulto, quando permanece como um quisto, dá na neurose; mas quando se dilui, quando se espiritualiza, dá nessa perenidade de transparências que se encontram na música de Mozart. E assim, o menino que tão depres-

sa deixa de ser menino pela mestria, será sempre menino pela pureza.

Nascido numa família de músicos, numa casa onde se respirava melodias e onde até o canário cantava em sol maior — o tom de sua primeira composição — dir-se-á que Mozart tinha a seu favor tôdas as circunstâncias para se inserir, para ser músico. Tinha-as efetivamente, mas para ser um músico que continua o ofício do pai e à maneira do tempo. Em qualquer outra criança que não se chamasse Wolfgang Amadeus Mozart, essas condições favoráveis produziriam uma fixação e dariam apenas mais um ameno compositor do século XVIII. Mas nosso Petit Prince, gênio infantil, segue as lições do pai ultrapassando-as sem sentir; imita sem saber que está renovando; obedece sem perceber que está dirigindo; adapta-se sem consciência da revolução que inicia. Ninguém é mais século-dezoito do que esse menino que havemos de ver sempre, como o viu Goethe, com os cabelos empoados do ancien-régime; mas ninguém, nem a própria Maria Antonieta na guilhotina, marcou mais nitidamente o limiar dos tempos modernos. Continua Bach e prenuncia Beethoven, mas não se pode dizer que seja um elo, uma transição, um intermediário, porque nenhum outro depois dêle conseguirá ser mais integralmente completo, ser mais *soi-même*, do que Mozart foi Mozart.

A disjunção de personalidade, que o romantismo trouxe, e que faz Cocteau dizer por *blague* que "Victor Hugo est un fou qui se croit Victor Hugo",

não se encontra em Mozart, que é sempre idêntico a si mesmo na imensa variedade de sua obra.

A composição de docilidade e de renovação, o paradoxo da infância criadora, e até direi o momento histórico que viveu, entre o regime protecionista da aristocracia e a ânsia de uma arte desatada, tudo isso marcou a vida e caracterizou a substância de sua música. Uma fórmula nova que estava em germe na obra de Haydn será a característica da composição e do desenvolvimento mozartiano. Já foi explicada essa fórmula em termos de um dualismo masculino-feminino dos temas em contraste. A mim me ocorre o termo "complementariedade" para definir o caráter dialético da composição mozartiana.

A música do imenso Bach tem o caráter de exposição, de lição, de homília. O incomparável mestre de Eisenbach ensina, propõe, expõe. Sua obra nos deixa sentir a hierarquia. Bach compõe *ex-cathedra*.

Em Mozart, ao contrário, aparece a música-diálogo, a música-comunicação, a música-colóquio. E a idéia que deixa, ainda que se expanda em grandiosidades, é a de convivência e de intimidade. Sua obra é uma ambiência, uma vida em comum, uma *conversatio* musical. Muitos críticos já salientaram a predominância do *cantavel* na obra de Mozart. Arrisco-me a introduzir um pequeno retoque nessa apreciação dizendo que é na palavra-musicalizada, na linguagem dialogada, no colóquio de idéias sutilizadas em música que reside a característica es-

sencial da obra de Mozart. O contraste de temas ainda não é conflito, como será em Beethoven, nem incitamento à ação, como em Wagner. É diálogo. Conversação. Comunicação dotada de misteriosa pureza e desconcertante simplicidade.

Realmente desconcertante é a simplicidade do desenvolvimento mozartiano que parece repetir-se e que nunca incide no lugar-comum da falsa simplicidade, o da simplicidade que vem da pobreza. A transparência de Mozart vem da ordenação suprema que dá aos cristais o brilho translúcido. O "ramo de Salzburgo" de que se serve Stendhal para descrever a quinta fase do nascimento do amor, nunca se cristalizou tão claro e tão cintilante como na obra desse menino que há duzentos anos nasceu em Salzburgo.

E é por causa dessa substancial e riquíssima simplicidade, e por causa do essencial caráter de diálogo, apaixonado e contido, emotivo e discreto, contrastado e cordial, que a música de Mozart resiste às interpretações que vão do comedimento "triplesec" que o crítico Nathan Broder assinalou na execução de Walter Gieseking, até a imoderação temperamental que o mesmo crítico atribui a Lili Kraus. "But the ideal Mozart piano performances", diz ainda Nathan Broder, "in this imperfect world, are still something we shall have to dream about".

Também eu, apesar de leigo e bárbaro, continuo a sonhar com uma interpretação ideal do maravilhoso concerto para piano e orquestra, em si bemol maior (K 595), o último que Mozart com-

pôs, doente, triste, esmagado pela miséria, guilhotinado em movimento lento pela estupidez do mundo e pela transição dos regimes.

Celebrei o segundo centenário de Wolfgang Amadeus Mozart ouvindo sozinho, com pêso na alma, êsse concêrto que recentemente me deram em L. P. tocado por Ingrid Haebler. Têcnicamente mais bem gravado do que os meus velhos discos de Schnabel, Ingrid Haebler, sobretudo no *larghetto*, que executa quase em andante, deixou-me a sonhar, a desejar um "Less imperfect world" em que se possa ouvir, condignamente gravado e condignamente tocado, o vigésimo-sétimo concêrto de Mozart. Mas assim mesmo, malgrado a deficiência do intérprete, eu pude galgar dois séculos, e estive uma hora a conversar com o luminoso menino de Salzburgo.

*Fevereiro, 1956*

## INCÊNDIOS E EMERGÊNCIAS

O leitor certamente já teve sua parte da emoção pública produzida pelo incêndio do *Vogue*, e sobretudo pelas cruéis circunstâncias em que cinco vidas se perderam. Bem sabemos que a morte, principalmente a dos outros, é trivial acontecimento. O homem é mortal. Com certo esforço conseguimos lembrar que nós mesmos, sendo homens, somos mortais, e que mais dia menos dia passaremos a linha divisória que aquelas cinco pessoas, através da chama e da fumaça, já passaram. A aplicação à nossa própria carne da trivialíssima experiência da morte é mais difícil. Tão forte é a afirmação intrínseca do direito de viver, e de tal modo é veemente em nós a reivindicação de eternidade, que nos custa transferir para o centro de gravidade de nossa pessoa a rotina dos óbitos.

E' por isso — para melhor aproveitamento e valorização da vida — que os homens mais espiritualizados se exercitam na meditação da fragilidade da sorte, e que os textos sagrados nos convidam a considerar o pó de onde viemos e para onde tornaremos. "Memento homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris".

Neste próprio momento em que escrevo, durante os minutos gastos na composição destas linhas, já morreram muitos dos que se arrepiaram e se

apiedaram pelas vítimas do *Vogue*. Há um fogo invisível mais mortífero do que as vistosas labaredas; e apesar da jactância dos vivos que esbanjam vida como se dela fôsse milionários, que podem viver dos juro sem tocar o capital, ninguém logra fugir, pela corda ou pela escada de emergência, a êsse incêndio universal. Amanhã ou depois será meu dia; e o seu, prezado leitor.

No entanto, apesar de tôdas essas considerações que roçam pelo lugar-comum, e apesar de todo o aparêlho de textos sagrados e profanos, que procuram avivar em nós o sentimento da fragilidade, não podemos evitar o arrepio de especial horror diante daquela morte especialíssima que pega as pessoas num repente da vida e que, sem mesmo a desculpa de uma doença escondida na coronária, as arrebatava de modo tão cruel.

Não é só a violência repentina que nesse caso nos choca. A morte violenta e subitânea entende-se quando tem preparação na violência dos antecedentes dramáticos. O fuzilado, antes de ser fuzilado foi conspirador, heróico ou traidor; o assassinado, antes do veneno ou do tiro, foi odiado; o alpinista, antes do precipício, teve a paixão do risco. A violência responde à violência. A intensidade procurada de vida contém o germe da morte.

O que menos se entende, entretanto, é a violência que vem ao encontro da monotonia e da banalidade. Aquelas pobres pessoas estavam vivendo um minuto branco e liso. Estavam em casa, ali em Copacabana... e de repente se acham na cratera de

um vulcão. A vida, quando está quase a convencer que é monótona e razoável, revela-se bizarra e doída. Antes da grande surpresa final, a título de ensaio ou sabatina, ela às vêzes se compraz em nos proporcionar experiências de incongruidade. Aconteceu-me numa noite do ano passado um caso assim. Deitado, depois de inventariar meu dia de canseiras e decepções, e de catar alguma alegria, que sempre há, puxei o cobertor, aconcheguei o travesseiro e estiquei o braço para apagar a luz... Imaginem o sentimento de espanto que eu teria se nesse momento ouvisse uma voz a me dizer pausadamente: — Dentro de dez minutos estarás em pé no telhado do vizinho.

Ora, foi exatamente isto que aconteceu. Não ouvi a voz, mas dez minutos depois estava eu, no frio da meia-noite de junho, em pé no telhado do vizinho.

Seria melhor não explicar. A explicação, quase sempre tira o encanto das coisas, como aconteceu com Mr. Bergeret, que pregava com grande prazer as cortinas de seu novo aposento. Habitado às especulações, procurou a razão do prazer: achou a razão e perdeu o prazer.

A razão da inopinada translação que me levou dos cobertores ao relento foi muito simples. Ao apagar a luz, notei um clarão vermelho na vidraça da janela. Pulei. Era um enorme balão, com desmedida bucha, que ardia no telhado do vizinho, o qual vizinho era minha própria mãe. As fagulhas entravam pelos interstícios das telhas, e então, te-

mendo o incêndio, corri a ajudar o meu padrao. O resto, escada, fôrro, telhado, arremata com lógica o que começara com absurdo. Que segurança pode ter um homem? Onde estarei eu dentro de dez minutos?

E onde estará o Brasil dentro de mês e meio. A irresistível política se intromete neste artigo trazida pela associação de idéias relativas a catástrofes e emergências. E com mais êste dado volto ao *Vogue* para assinalar um aspecto do desastre que talvez haja escapado ao leitor paulista. Refiro-me à aflição especificamente carioca, à dôr municipal que nós aqui tivemos de carpir. Em São Paulo vocês têm diversas coisas que funcionam bem. Nós, ao contrário, temos poucas. Numa delas, até a semana passada, era o Corpo de Bombeiros. Essa corporação era para nós consôlo e esperança. Nem tudo estava deteriorado e desorganizado, nem tudo perdido: tínhamos o Corpo de Bombeiros. Consôlo municipal, esperança federal, a nobre corporação mitigava amarguras e reanimava desânimos. Nossas casas não têm água; nossas ruas não têm calçamento; nossos vereadores, com raras exceções, não têm compostura. Mas no meio da ruína das instituições, como rochedo inabalável, erguia-se o Corpo de Bombeiros. Desde remota meninice aprendi a venerar o Corpo de Bombeiros. Nas crises de mocidade foi o lenitivo do ceticismo; na maturidade foi o alimento do civismo; era justo, pois, contar com êle para a amenidade da velhice e para a tranqüilidade da morte. Foi-me entretanto roubado êsse confôrto,

Justamente agora, quando me apego às instituições para defender o regime, falhou o Corpo de Bombeiros!

O comandante deu aos jornais uma profusa, difusa e confusa explicação. Ao contrário daquela da história do balão incendiado, as explicações do comandante tornam a história mais misteriosa do que nunca. Ora falta corda e escada, ora há escada e falta corda, ora não falta coisa nenhuma mas intervém o *azar*. Até agora, que me conste, nada aconteceu a êsse comandante, por onde se vê que o *azar* foi só dos que morreram, e que o quinhão dêle é a sorte de viver num lugar e num tempo onde ninguém precisa prestar contas a ninguém.

O pior é que êsse episódio virá infalivelmente engrossar o *dossier* dos planejadores do regime de emergência. A idéia dêles, até onde a entendi, é a de interromper tudo para começar de novo com tudo consertado. Fazem política com a filosofia que vale nas oficinas mecânicas: para consertar um automóvel é preciso pará-lo. Querem parar o Brasil para examinar o carburador e as velas. Há mais uma coisa agora a consertar: o Corpo de Bombeiros. Aposto que por estas horas já um dos planejadores do regime de emergência está planejando um novo sistema de emergência contra o fogo. Depois, para provar que funciona, como fizeram em Lisboa, êles incendiarão o Brasil. Se falhar o maquinismo, êles explicarão que foi o *azar*.

Agosto, 1955

## MISÉRIA E GRANDEZA

“Tão grande é o homem que até naquilo em que se reconhece miserável transparece sua grandeza. Uma árvore não sabe que é miserável. É bem verdade que já há miséria no reconhecimento da miséria; mas há também grandeza na consciência de ser miserável. Assim, tôdas as misérias do homem provam a sua grandeza! são misérias de grão senhor, misérias de rei despojado”. E mais adiante Pascal nos dá a regra de equilíbrio dinâmico que deveria nortear as vidas individuais e as tendências das civilizações. “É perigoso mostrar demais ao homem o quanto se assemelha aos animais, sem lhe mostrar sua grandeza. Mas é também perigoso salientar a grandeza sem lembrar a ignomínia”.

Ora, a civilização em que ainda vivemos, ou de que já estamos a nos despedir, começou por um desequilíbrio e termina por outro.

A renascença foi um surto cultural, uma espécie de explosão de valores, uma febre de emancipação e de exaltação da grandeza do homem com esquecimento do espírito de temor e penitência. Conforme assinala Burckhardt, o homem da renascença cultivou, como em nenhum outro período da história, o ideal de fama e de glória. Nessa cultura extrovertida ao máximo, os poetas, dos melhores aos piores, não escondiam a avidez de encômios e a ân-

sia de lauréis. Os humanistas se nutriam de erudição mais para brilhar do que para saber. Os príncipes e *condottieri*, quando se guerreavam, traziam sempre algum letrado que, no estilo empolado do tempo, comparasse um dêles a Scipião de África e outro a Aníbal, e assim lhes assegurasse uma estridente celebridade. Os navegantes abriam as velas por mares ignotos, para afirmar a glória do homem pela conquista do mundo.

“Ó glória de mandar, ó vã cobiça desta vaidade a quem chamamos Fama!”, diz Camões aos nautas pela boca de um velho “de aspeito venerando”. Mas logo adiante, na abertura do Canto V, esquecido o velho honrado, “abrimos as asas ao sereno e sossegado vento, e do pôrto amado nos partimos...”. Para trás ficava o conselho, a sábia ponderação que se antecipava a Pascal, porque a proa de Vasco da Gama apontava para a Riqueza e para a Fama. Começava uma nova civilização. Ofuscado pelo ideal novo, pelo novo humanismo que silenciava, ou enfeitava com adornos barrocos a miséria do homem, para trás ficava o espírito de temor e de humildade.

Passam os séculos. A vã cobiça produziu frutos amargos e hoje nós vemos transmutada em humilhante degradação aquela exaltação dos valores humanos. A dialética interna do êrro é sempre assim: produz a oscilação que vai de um desequilíbrio para o desequilíbrio oposto. O homem de hoje — compraz-se demais na miséria da humana condição. E se esquece de sua grandeza. Depois de

ter descoberto com Copérnico e Galileu que o mundo é apenas um pequeno seixo perdido no espaço; depois de se haver alegrado extraordinariamente com a notícia de ser bisneto de símios; depois de ter recebido das mãos de Freud o diploma da irresponsabilidade; depois de se haver tornado escravo das coisas e das máquinas que fêz; depois de todas essas conquistas tomadas pelo avesso e transformadas em desmoralizações sucessivas, o artista de hoje se compraz em mexer e remexer a miséria como se na humana composição só houvesse ignominia.

A literatura contemporânea, no romance sobretudo, exprime êsse pessimismo profundo oposto ao otimismo renascentista. E é por isso que surgem, em São Paulo e em Paris, livros de adolescentes que fazem sucesso pela crueza com que descrevem as chagas do mundo.

Para analisar melhor êsse fenômeno, eu me atrevo a completar Pascal. Não é somente perigoso exhibir a miséria sem lembrar a grandeza assim como se fôsse isto uma verdade imprudente e inoportuna. É perigoso sobretudo porque não é verdade. Não é verdade, não existe, não corresponde a nada êsse quadro da miséria humana, que não é humana por lhe faltar a grandeza inseparável da humana natureza. É inautêntico, é falso êsse retrato, êsse boneco, êsse feio “robot” que descrevem os moços e moças romancistas que julgam estar tocando as feridas de homem. É chata essa arte, chata no sentido exato, por lhe faltar a terceira dimensão da humana verticalidade. E além de chata é



tola quando se leva em conta a intenção que se sente na obra, a intenção de ser cruel, ou de ser forte, ou de ser profundo.

Para descrever ao vivo as misérias de um Marmeladoff é preciso ter a grandeza de um Dostoiévsky. E quanto mais baixa fôr a baixeza, maior deverá ser a elevação do artista que deseja mostrá-la. É preciso subir aos céus para ver com transparência a profundidade dos mares. É preciso ter experiência, experiência de piedade e não de ressentimento, experiência de amor e não de decepção de adolescente, experiência de humildade e de dor, mas de dor mansa e paciente, para descobrir o segrêdo inteiro, completo, com todo o seu terrível baixo relêvo, da humana miséria.

É preciso, em suma, respeito. Sim, respeito. Uma forma de respeito. Uma espécie difícil de respeito. Porque sem êle faltará o relêvo, e sem relêvo não se entende a profundidade da baixeza. Vale aqui — transposto o problema — a comparação com a atitude que uma sociedade realmente civilizada deve ter diante do mais abjecto dos criminosos. Apesar da abjecção e da infâmia, o réu tem ainda uma espécie de trono. E em homenagem à sua decaída realeza arma-se um tribunal solene e espera-se integridade e virtude dos juizes que irão pesar o homicídio, o estupro e o lenocínio.

Não há de ser uma adolescente, que acabou de descobrir ontem os deslises da gente grande, a pessoa indicada para julgar, para compreender ou para retratar as cenas da iniquidade. Fará obra falsa;

e se se compenetrar muito na sua tarefa, fará obra tola. Bem sei que pode haver precocidade no gênio, mas o que se vê nos romances a que me reíro é a precocidade impertinente, a imaturidade da visão, é em suma a triste precocidade do moço que viu antes do tempo os aspectos da miséria para os quais não estava preparado. Dá pena, porque essa experiência precoce esteriliza qualquer talento. E tanto mais forte será essa esterilização quanto maior fôr o sucesso da obra. Ah! quando será que os críticos e os escritores maduros começarão a ter pena dos moços e a deixar de incensar os romances vazios, falsos, chatos, com que êles pretendem sondar o coração do homem? Quando será que os críticos e os escritores de cinqüenta anos perderão o mêdo horrível de parecer que são reacionários e moralistas?

*Julho, 1956*

## A TRAGÉDIA DA DUPLICIDADE

O sr. Oswaldo Aranha, num discurso de espantosa incoerência, pronunciado durante o entêrrão do presidente suicida, jurou à beira da sepultura continuar a obra e a luta de Getúlio Vargas. A mesma promessa, ou ameaça, é apregoada pelos sequazes do sr. João Goulart, e até por alguns elementos do atual govêrno.

Ora, não há doutrina mais difícil de caracterizar, obra mais difícil de definir do que a obra política do extinto presidente. Seu traço característico principal — se isto se pode chamar traço característico — foi sempre o de uma indecifrável duplicidade.

Todo ato humano, considerado sob o ponto de vista da moralidade, tem dois fatores constitutivos: a intenção e a realização; aquilo que se visava e aquilo que ficou feito; o ato interior que concerne ao fim do operante, e o ato exterior com seu valor próprio e objetivo. Uma das mais doloridas chagas da condição humana consiste precisamente na possibilidade de uma disjunção entre a bondade da intenção e o valor da obra. E uma das mais angustiantes perplexidades da humana justiça vem da impossibilidade de um pronunciamento exato sôbre o valor inteiro de uma obra que só em parte é visível. Obrigado a se deter na superfície das coisas, o jul-

gamento dos homens terá sempre certa dureza e certa miséria. Forçada a se pronunciar, para que os homens possam razoavelmente conviver, a humana justiça se aplica predominantemente sobre a parte visível e exterior da obra, à parte que interessa mais aos outros do que ao próprio operante, contentando-se com investigações indiretas, com sondagens das intenções, sem jamais pretender um pronunciamento último que só a Deus pertence.

Com essas reservas, e sobretudo quando se trata de um homem público, nós podemos e devemos julgar. E não há circunstâncias, por mais dramáticas que sejam, que detenham esse direito e esse dever. Cinco minutos depois do tiro com que Getúlio Vargas pôs termo à vida, usurpando um direito exclusivo do Autor da vida, eu já poderia dizer e escrever as mesmas coisas que venho dizendo e escrevendo há quase vinte anos, com perigo de perder empregos e risco de perder a vida. A verdade não põe luto. A justiça não se deixa interromper por aparatos fúnebres. Mas também, devo acrescentar, nem cinco anos, nem cinco séculos dão a alguém o direito de lavrar um pronunciamento sobre a sinceridade e sobre as secretas intenções de Getúlio Vargas. Seria sincero o seu amor pelos humildes? Não sei. Não posso saber. O que posso dizer é que, admitida essa sinceridade, fica elevada ao cubo a duplicidade que caracterizou sua obra política. Se era boa a intenção, se era sincero seu amor pelos humildes, então esse homem singular terá realizado a mais extraordinária dissociação entre a parte in-

terior e a parte exterior de sua obra, porque essa, a visível, a pública, a que está oferecida ao julgamento de todos, é assaz nítida. Aí está, na memória de quem tem memória, o sinistro regime policial que no tempo da ditadura e do sr. Filinto Müller, torturava os presos com requinte somente igualado na Alemanha nazista. Aí está a instabilidade da moeda, angústia dos pobres, delícia dos ricos, digo dos novos ricos da oligarquia Vargas. Aí está a corrupção dos costumes e da administração pública. Aí está o empreguismo desvairado que transformou a nossa Prefeitura numa enorme beneficência de ociosos. Aí está "Última Hora". Aí está Gregório.

O sr. Capanema, que se vem esforçando por tornar cada dia mais evidente sua plasticidade moral, disse em discurso que o coração do presidente suicida era grande como o de Salomão. Eu não sei. Nunca tive intimidades com o falecido para apreciar os primores de sua alma. O que sei é que o Fortunato Gregório, que também desfrutou a intimidade de Vargas, comandava um bando de assassinos, chantagistas, ladrões e falsários. O que eu sei é que o major Vaz morreu assassinado. O que eu sei é que no governo desse homem bondoso, praticaram-se atrocidades contra comunistas, contra integralistas e contra inocentes. O que eu sei, mais recentemente, é que nos aposentos da guarda pessoal desse estadista o dinheiro andava aos pontapés, em pacotes de "quinhentos contos", como diz Gregório, em maços, em sacos, em bornais e punhados de notas.

O que eu sei é que êsse dinheiro da República, êsse sangue dos pobres, era uma espécie de papel higiênico dos cafagestes que passavam de limpadores de pratos em Itu à secretaria da presidência. O que eu sei é que o irmão do presidente, o famigerado Benjamim, que ganha para não fazer nada, tinha o hábito de divertir-se dando tiros pelas "boites" de Copacabana. O que eu sei é que Wainer tirava dinheiro do Banco do Brasil como um de nós tira água da bica.

Eis aí o que sei, o que todos sabem.

Quando o escândalo é mais recente e mais evidente, como aquêle da capangada que vivia em palácio, correm os Capanemas e os Aranhas a declamar, com trêmolos de ópera, que Sua Excelência ignorava aquelas coisas. Mas na fluência da retórica, esquecido o tópico dos falsários e assassinos, explicada a cegueira do presidente, os mesmos Aranhas e Capanemas entram a proclamar a argúcia e o gênio político de Getúlio Vargas. E nós outros, que não conhecemos de perto essa esfinge de contradições, ficamos cada vez mais embaraçados. Quanto mais exaltarem os dotes pessoais do presidente falecido, mais espantosa se torna a disjunção entre suas virtualidades e sua obra. Será essa duplicidade que Aranha e Goulart desejam continuar? Será um govêrno de intenções que se exteriorizam às avessas? Será a bondade interior que produz os gritos de agonia nos porões da polícia? Será a brandura que se manifesta em assassinatos? Será finalmente a argúcia que todo o mundo ilude,

e que nem chega para ver nas caras de seus íntimos os estigmas da corrupção e do crime?

O presidente Vargas não sabia que Gregório o enganava, mas sabia prever com precisão quase astronômica, que Cleofas seria capaz de enganar a UDN. Como se explica tamanha ingenuidade para os próximos e tamanha argúcia para os distantes?

A duplicidade dêsse homem singular obriga seus defensores a incoerências gritantes. Obriga-os a um agachamento intelectual, a um contorcionismo verbal. De certo modo poderíamos dizer que Getúlio Vargas prestou-nos e continua a nos prestar um grande serviço: o de revelador, no sentido fotográfico, que torna visível o negrume que estava virtualmente impresso nos homens que se banharam em seus favores. Tornou assim mais fácil e mais nítida a discriminação dos homens. Graças a êle nós sabemos hoje até onde podia chegar um Capanema, um Domingos Velasco, um Aranha, um Cleofas, e um José Américo. Graças a êle possuímos hoje um critério quase infalível para distinguir a côr das peças nesse intrincado xadrez dos homens do Brasil.

Uma obra só pode ser realmente caracterizada pela sua unidade. Se atrás lancei mão duma expressão antitética para dizer que a obra de Getúlio Vargas se caracterizava pela duplicidade, prefiro agora dizer, em fórmula mais clara, que não há uma obra do presidente Getúlio Vargas. O que há é um himalaia de improvisações desconexas e muitas vêzes contraditórias.

Apregoando populismo, governa como oligarca; admirador e imitador do nazi-fascismo, entra em guerra contra a Alemanha; defensor do proletário no Ministério do Trabalho, é aliado da plutocracia no Ministério da Fazenda.

No que concerne ao trabalhismo, é preciso afirmar que o mito que hoje emociona os humildes tem certo fundamento. Por um conjunto de circunstâncias, Getúlio Vargas tornou pública e viva a grande realidade dos tempos presentes: o problema da justiça social, que as classes conservadoras querem obstinadamente ignorar. Imagino até que grande parte da burguesia que hoje se alegra com a mudança de regime tenha a secreta esperança de que o fim de Getúlio Vargas seja também o fim das reivindicações trabalhistas. Esses o detestavam pelo que êle tivesse de bom, se é verdade que era boa a sua intenção. O fato incontestável é que êle falou nos humildes. Com sinceridade ou cálculo, — só Deus sabe — êle se dirigiu à essa humanidade relegada ao esquecimento, tornando-os conscientes de sua própria existência. E bastou isto para que os humilhados se julgassem protegidos e perfilhados. Deram-lhe o título de pai dos pobres. Mas ao mesmo tempo, através de uma insensata política econômica, precipitou o país na tal espiral inflacionária, que na carta atribui a outros, e enriqueceu prodigiosamente homens de sua intimidade, tornando cada vez mais angustiada a vida dos salarizados. Completaram então o seu título: pai dos pobres e mãe dos ricos.

E foi essa duplicidade, essa aterradora capacidade de dividir e de se dividir que prostrou Getúlio Vargas. Combativo, duro, implicável, astuto e corajoso, jamais o venceriam seus adversários políticos, jámais o atingiria a rombuda e comodista UDN, apesar de seus homens de inegável valor. Getúlio foi derrubado pelos seus piores adversários, ou antes, por seus únicos e verdadeiros inimigos, que formavam a sucessiva e concêntrica emanação de sua essencial duplicidade. Foi vencido por seus ministros, foi entregue por seus protegidos, foi denunciado por seus capangas, foi acuado por sua família, e, por fim, quando já não tinha para onde recuar, quando se achou só, de pijama, encontrou seu último e mais implacável adversário que o prostrou. Drama singular que se estendeu por oito milhões de quilômetros quadrados, que se revestiu de aspectos políticos, sociológicos, antropogeográficos, econômicos, e que termina num obscuro, num insondável desenlace psicológico! Astúcia contraditória que se armava contra adversários e se entregava inermes aos inimigos! E assim o homem que se defendeu anos e anos, com capangas, de inimigos ilusórios, esqueceu-se de se defender dos próprios capangas, dos áulicos, dos familiares, e no seu último dia encontrou-se armado e desarmado, e não logrou defender-se de si mesmo!

\* \* \*

É essa terrível tragédia da duplicidade que os Aranhas e os Goularts pretendem prolongar. Juram

êles que continuarão a luta. Dizemos nós que a luta continua até que os remanescentes dêsse divisionismo que matou Getúlio Vargas e quase matou o Brasil desapareçam de nosso desventurado país. Muitas são as tarefas que o atual govêrno tem de enfrentar. Há por exemplo a imperiosa necessidade de tomar uma atitude de grande firmeza para que as eleições de 3 de outubro sejam normais e pacíficas. Há a necessidade, não menos imperiosa, de quebrar a antinomia Gudin-Sousa Dantas. Há mil coisas a fazer. Mas o grande programa deve ser o de extinguir definitivamente o signo da duplicidade.

*Agôsto, 1954*

## SUICÍDIO E MARTÍRIO

Nos últimos dias de agôsto, como se já não bastassem os acontecimentos dêsse mês que nos pareceu ter trezentos dias, correu entre nós um boato que nos deixou sacudidos entre o gáudio e a tristeza: as irmãzinhas do Père Foucauld, que se achavam no sertão de Goiás, vivendo entre os índios o obscuro esplendor da virgindade e da paciência, como Santa Rosa de Lima, teriam sido trucidadas pelos tapirapés ou por seus ferozes inimigos. A morte horrível das duas moças, cujas irmãs tantas vêzes visitamos na casinha do morro de São Carlos, parecia-nos um sinal do céu, uma réplica que o sertão do Brasil dirigia à capital do Brasil, nesse diálogo de violências que nos encheu o mês de agôsto, uma réplica de Deus a nos dizer que seu perdão orvalhara a nossa terra com o sangue dos mártires...

Ora, revolvía eu êsses pensamentos de tristeza e de júbilo, quando ouvi alguém dizer, com pena das moças, que aquela missão em Goiás era um suicídio. Lembrei-me que dias atrás ouvira dizer, de um homem que se matou, que era um mártir. E quedei-me a pensar que a desordem política e econômica que nos infelicitara era ainda maior do que supunha, a julgar por essa desordem do vocabulário. Admito que aproximem o suicídio do mártírio. Há realmente entre os dois casos um ponto de con-

tacto: ambos evidenciam um certo desdém pela vida. Mas êsse ponto de contacto marca opposição e não semelhança: suicídio e martírio opõem-se como dois ângulos de vértice comum. "Obviously a suicide is the opposite of a martyr", diz Chesterton. E acrescenta: "O mártir é um homem que de tal modo cuida de uma coisa exterior que chega a esquecer-se de cuidar da própria vida. O suicida é um homem que de tal modo despreza tôdas as coisas que deseja exterminá-las". E ainda: "O suicídio não é só um pecado, é o pecado. É o definitivo e absoluto mal, a recusa total de interêsse pela existência, a recusa de cumprir o pacto de lealdade com a vida. O homem que mata um homem, mata um homem. O homem que se mata, mata todos os homens. De certo modo, e na medida que está ao seu alcance, êle passa uma esponja em todo o universo. Seu ato (considerado simbòlicamente) é pior que o estupro e a destruição por dinamite, porque destrói todos os edificios e insulta tôdas as mulheres. O gatuno tem vivo interêsse por pedras preciosas. O suicida não: e êste é o seu crime. Êle não se deixa tentar, nem pelas coruscantes pedrarias da Cidade dos Céus. O gatuno homenageia as coisas que rouba, embora seja descortês com o seu dono; o suicida, ao contrário, injuria as coisas, uma por uma, até por não querer roubá-las. Profana as flores dos bosques com a recusa de viver, ao menos por amor delas. E assim, não há em todo universo uma criatura, ínfima que seja, para a qual a morte do suicida não soe como um escárnio. Quan-

do um homem se enforca numa árvore, as folhas deveriam cair em sinal de reprovação, e as aves deveriam abandonar seus ninhos em sinal de indignado protesto: porque cada folha e cada pássaro sofreu uma afronta pessoal".

Há coisas terrivelmente desiguais que se assemelham, que tem um ponto comum. O fariseu se assemelha ao piedoso. O impostor, que distribui copos de leite em vésperas de eleição, tem um ponto comum com o caridoso que visita os pobres. Assim também o suicida e o mártir. Encontram-se, mas o ponto de encontro é um cruzamento, um sinal de contradição. E o cristianismo, que trouxe um novo gume para separar o bem do mal nas suas mais terríveis aderências, marcou sempre com ênfase, com exagêro, que toma às vêzes formas espetaculares e chocantes, o abismo que separa o dócil testemunho cristão do insolente pagão. O mártir, o verdadeiro mártir, não dá seu sangue por achar que a vida não vale a pena ser vivida, não se entrega ao carrasco por desgosto ou por enfado. Perpétua e Felicidade são moças cheias de vida e de alegria. Gostam de flores e de frutos. Cantam e riem. Perpétua tem um filhinho recém-nascido; é moça; é rica. Mas não pode fazer o que dela exige o tribunal pagão: não pode renegar seu grande amor, seu Senhor e seu Deus. Não pode pronunciar uma palavra de negação e fazer um gesto de idolatria. Ela é testemunha de Cristo. Sê-lo-á até o sangue. Com um gesto que faça ou palavra que diga, os juízes mandam-na embora com prazer. Mas Perpétua, amando

a vida, não pode renegar o Autor da vida. Se cobram tão alto preço por seu testemunho ela o pagará, aproximando-se mais d'Aquêlê que por ela pagou preço ainda mais alto. Dará ao Pai do céu seu rubro sangue, como ao filhinho da terra deu seu níveo leite — com alegria e com amor.

Na verdade, o mártir não despreza a vida. Ao contrário, valoriza-a de tal modo que a torna digna de ser oferecida a um Deus. Martírio é oblação, oferecimento, dádiva; suicídio é subtração e recusa. O mártir é testemunha de Cristo; o suicida será testemunha de Judas.

No sentido estrito, martírio é testemunho de fé com preço de vida. Não constitui vocação universal, a não ser que se alargue a significação do termo conforme a passagem do evangelho onde o Senhor nos diz: sereis minhas testemunhas, que em grego equivale a dizer: sereis meus mártires. A via normal da santificação é uma valorização sobrenatural de todos os atos da vida, e por conseguinte uma supervalorização das pequenas coisas quotidianas. O martírio será uma especial e extraordinária condensação, uma espécie de resumo densíssimo, que Deus exige de alguns que Ele mesmo designa. Por causa da singularidade dessa vocação, e para bem marcar sua procedência sobrenatural, a tradição cristã, que sempre teve horror ao suicídio, manifestou repetidamente sua aversão à temeridade e à imprudência. Cipriano, que mais tarde terá glorioso martírio, respondendo à acusação que lhe fizeram de fugir à perseguição, ensina que o autên-

tico testemunho de sangue é um dom de Deus. Adverte contra o que também Tertuliano chamava a "iactatio martyrii" e escreve que "a disciplina proíbe entregar-se por si mesmo" (Ep. LXXXIII, 2).

São Gregório Nanzianzeno (Or. XLIII, in laudem Brasili) ensina também que o cristão não deve expor-se à perseguição, tanto para poupar um crime aos infiéis como por considerar sua própria fraqueza. Na mesma linha se encontra a advertência contida na Carta Circular à Igreja de Smirna, onde Santo Irineu conta o martírio de São Policarpo (A Ordem, outubro, 41). Depois de louvar Germânico, diz assim a epístola: "Um apenas, chamado Quinto, que era frígio e recentemente chegado da Frigia, ao ver as feras acovardou-se. Este, justamente, tinha desafiado espontaneamente o poder público e incitado outros a fazerem o mesmo. E, não resistindo às instâncias repetidas do procônsul, fêz juramento e ofereceu sacrifício aos ídolos. Eis porque, irmãos, não louvamos aquêles que se entregam espontaneamente; de mais a mais não é isso que ensina o evangelho (cf. Mat. 10-28; Jo. 7-1; 8-59; 10-39)".

Por êsses exemplos, que poderíamos multiplicar, vê-se bem o cuidado que a tradição católica teve, nos dias mais difíceis, para estabelecer uma nítida diferenciação entre o manso e humilde mártir e o voluntarioso ou fanático que por si mesmo, ou até por virtude natural, corre ao encontro do perigo. Por mais forte razão evidencia-se o abismo que separa o suicida do mártir.



Há exemplos de temeridade e de aparente suicídio, como o de Sansão que morre com seus inimigos; e até exemplos de virgens mártires que preferiram a morte à perda da virgindade, como Santa Pelágia e Santa Sofrônia. Julgada boa a intenção dessas virgens, nem por isso a tradição católica reprova com menos insistência a temeridade. Santo Agostinho, no Livro I da Cidade de Deus, tece longos comentários em torno do suicídio, e, entre outros, escolhe o exemplo da nobre dama Lucrécia, da antiga Roma. Profanada no corpo pela luxúria do filho de Tarquínio, ela revelou o fato a seu marido Colatino e a seu parente Brutus, exigindo deles um juramento de vingança. Mas não esperou a punição do criminoso e matou-se.

Aos que exaltavam a virtude de Lucrécia, Santo Agostinho responde dizendo que a casta e inocente Lucrécia foi assassinada. "Que castigo vossa severa justiça reserva então para o assassino? Mas esse assassino é Lucrécia, essa tão enaltecida Lucrécia; foi ela que derramou o sangue inocente da virtuosa e casta Lucrécia".

Na cristandade medieval o horror ao suicídio toma formas que podemos julgar brutais, mas que revelam o grau de aversão por essa prática tão afastada da moral cristã. A memória do suicida era proposta à execração e o seu cadáver era arrastado pelas ruas e depois pendurado pelos pés. Na Inglaterra o suicídio era considerado uma felonía. O cadáver era deixado sem sepultura "at the cross-roads and a stake driven through the body". Os

bens do suicida eram confiscados em proveito da coroa. Na França, conforme as leis de Luís XI de 1270, art. 88, deviam, também ser confiscados os bens do suicida: "Si il avenait que aulcun hons se pendist, ou noiast, ou s'occist en alcune manière, si müeble seraiant au baron et aussi de la fame". O artigo 586 do antigo costume bretão diz que "si aulcun se tue à son escient, il doit être pendu et trainé comme meurtrier".

Eram sem dúvida brutais os legisladores da idade média, mas essa brutalidade serve para mostrar o horror que uma civilização cristã tem pela insolência de quem usurpa um direito de Deus. Convém notar entretanto que a moral cristã, embora sem aquelas violentas manifestações exteriores, guarda a mesma posição que tinha na idade média. O suicídio é apontado como um dos mais graves pecados que um homem pode cometer. Esse juízo, evidentemente, versa sobre o lado objetivo e exterior do ato. O julgamento, em última instância, que supõe o conhecimento das disposições interiores, pertence a Deus. Pode acontecer que o suicida se arrependa no seu último instante, como foi revelado num caso especial ao Cura d'Ars. Pode ser, e esse deve ser o caso mais freqüente, que o suicida seja um louco, um doente, e portanto um irresponsável. Essa é a hipótese mais favorável a tamanho desatino, e o melhor que se pode dizer de um suicida, nessa suposição, é que morreu de doença como morreria de um enfarto. Glória nunca há em se matar. Ou

fica nulo o ato, sem nenhum teor moral, ou fica terrivelmente negativo, o mais negativo dos atos humanos.

\* \* \*

O boato da morte das *petites soeurs* foi desmentido. Elas estão vivas e continuam o incruento testemunho entre os bons e caluniados tapirapés. Dispostas, sem dúvida, a imitar o Cristo na cruz, elas continuam a imitá-lo obscuramente na Sua vida escondida em Nazaré.

Agosto, 1954



## CARIDADE E CARIDADE

O fato de sermos católicos nos deixa à mercê de certo gênero de tolice: todos se julgam autorizados a nos lançar em rosto nossa falta de caridade. Por carta ou por telegrama acusam-nos, sim, acusam-nos de falta de caridade por causa dos artigos indignados que escrevemos no dia em que viemos a saber que o palácio do Catete era um abrigo de malfeitores. Um desses missivistas ficou tão perturbado com nossa falta de caridade que não conseguiu sopitar sua indignação. Provou assim que ainda é capaz de um assomo; mas provou concomitantemente que preferem os capangas aos escritores que os denunciam. A maioria dos correspondentes, sem esses resquícios de vigor ou sem tão flagrante incoerência, permanecem no adocicado estilo com que julgam exprimir a quinta-essência dos evangelhos. Mas apesar das blandícias não deixam de pronunciar a acusação capital.

A conclusão que tiro dessas cartas é que a caridade de seus signatários tem uma singular compleição. Para começar, é indiferente à justiça. Eu diria que é algo de maleável, flexível, untuoso, que cheira a tabaco turco e sabe a alcaçuz. Para começar, é indiferente à justiça. Em nome dela não devemos denunciar os malfeitores. Em nome dela não devemos despedir o funcionário relapso e incompe-

tente. Perdoa-se o chantagista porque é moço. O falsário porque é velho. O assassino, coitado, porque tem duas filhinhas. Deixam-se soltos os ladrões, a começar, evidentemente, porque aquêles ladrões de fundo católico que dão uma parte, embora pequena — coitados! — para associações de caridade (dessa caridade!) ou para um pobre vigário em apuros. Indiferente à justiça, essa vaselina das almas será soberanamente alheia à política, ao objetivo próprio da política, ao bem comum.

Quando um dêsses virtuosos, que em boa hora me excluem de sua comunhão, se candidata a qualquer coisa, diz que é para fazer o apostolado, ou para fazer donativos. Despreza o objeto próprio da política em nome dessa esquisita virtude que já desprezou a justiça em suas formas mais elementares.

Como serão os sinos nas igrejas dessa seita? Eu os imagino forrados e suavíssimos. Como será o fogo de seus círios? Eu suponho que seja morno. Ou tépido.

Mas há ainda, nessa maciez, uma coisa que me espanta. Se a maciez fôsse apenas macia eu ainda poderia classificá-la entre os graus de consistência como se faz em mineralogia. O estilo dêles seria riscável à unha. Mas o que me espanta é que essa suavidade funcione às avessas e só encontre uns restos de vigor para reclamar de mim que escrevo, e nunca dos que roubam e matam.

Ah! essa caridade assim definida, eu a vomito! A que aprendi, e tão mal sirvo, soa como bronze e queima como fogo. É paciente, sem dúvida, confor-

me diz o apóstolo, mas é paciente quando está em jôgo o seu próprio interêsse, e impetuosa, terrível, colérica, quando vê a injustiça triunfar, quando vê nos postos de mando os que deviam estar na cadeia, quando vê o bem comum mal servido, quando vê o pobre humilhado, o inocente ferido, e sobretudo, sobretudo! quando vê o culpado engrandecido. A mais alta virtude é hierarquizada, é ampla, poderosa, e só é o que é se tem capacidade de império sôbre tôdas as virtudes. Se comanda a justiça, se regula a fôrça, se dá medida à temperança. Só é o que é, se tem coerência, e consistência, e consequência; se agora é branda como um arrulho, e logo após formidável como um trovão.

A caridade que eu aprendi não tolera apenas a indignação justa; ela a exige! A caridade que em boa hora me ensinaram vivifica e anima tôdas as fôrças da alma e nada tem a ver com o pieguismo sentimental que absolve os criminosos no júri, e que tolera o desvairado empreguismo que infelicitava o nosso país.

Alguém me perguntou se não me senti um pouco responsável — ou um pouco culpado — quando recebi a notícia do suicídio de Getúlio Vargas. Não, não me senti arrependido de nada. Os outros sentimentos que me acometeram no momento em que aquela alma comparecia diante de Deus não são da conta de ninguém, e reservei-me o direito de não publicá-los. Mas arrependimento só tive de não ter lutado bastante, de não ter sido forte, atuante, e indignado em conformidade com as terríveis exi-

gências da justiça que é serva da caridade. Disse atrás que sirvo mal o primeiro dos mandamentos. Disse-o com sinceridade, e não por convenção estilística que falsifica a humildade. Sirvo mal, sem dúvida, mas aqui onde escrevo e acolá onde ensino, eu dou o melhor de mim mesmo, e Deus sabe que não minto. E convido meus caridosos missivistas a esse incômodo serviço em que não se ganha dinheiro e até, como ficou provado, se arrisca a vida.

É preciso lembrar que o direito de escrever o que escrevemos nos foi dado por quase vinte anos de luta. Quando a polícia de Vargas ditador, comandada por Felinto, espancava e torturava comunistas, e os rapazes faziam rodízio para o espancamento, foram os nossos que se levantaram em defesa dos torturados. Foi Sobral Pinto que tomou a defesa de Prestes. É claro que por isso fomos acusados de simpatia com o credo de Moscou. Mas é claríssimo — e disso só duvidará quem não conhece os senhores comunistas — que será sobre nós e não sobre seus carrascos que cairá a fúria soviética se algum dia alcançarem o poder. Felinto Müller, ou algum dos Vargas teria cargos, e Sobral teria o pescoço cortado. Nunca tivemos nenhuma simpatia pelo sr. Luís Carlos Prestes; e se ficasse provado que foi ele o mandante do assassinato de Elza quereríamos vê-lo na cadeia, porque esse é o lugar apropriado para mandantes de homicídios. Mas o envio da esposa de Prestes, da cadeia de Felinto para o campo de concentração de Himler, o que vale dizer de Vargas para Hitler, foi um fato que nos re-

voltou. Como nos revoltou a tortura de Harry Berger.

Agora são os comunistas que falam o idioma do sentimentalismo e que só faltam invocar a adocicada caridade de nossos missivistas. Recentemente, por causa do ligeiro incômodo pedido pelos oficiais do Galeão à d. Darcy Vargas — que afinal foi ouvida em sua própria residência e durante poucos minutos — os oradores que só vêm o mal em Guatemala ou Wall Street acharam de glosar o respeito e a piedade pela viuvez. Viuvez por viuvez eu me lembro da moça cujo marido foi assassinado há pouco mais de mês. Depoente por depoente eu lembro a viúva de Virgílio Melo Franco, também assassinado, e que suportou um interrogatório de cinco horas.

A nossa caridade, ou a caridade como a compreendemos, tem hierarquia e tem memória. Seu objeto próprio, como ensina qualquer catecismo, é o amor sobrenatural de Deus e do próximo, e a sua refração é, e só pode ser, a do fervor e do vigor no desempenho de nossos deveres de estado. É pela força daquele amor divino que desejamos servir, que desejamos a ordem, que desejamos um Prefeito que empregue menos parentes, que sonhamos um palácio presidencial desinfetado, e que lutaremos por uma ordem social mais justa.

Um grande Papa, a propósito desse problema da ordem social, apostrofou severamente aquêles

que querem se servir do nome da caridade para acobertar as injustiças. Procuramos seguir essa lição.

Agosto, 1954

## PERÓN E A IGREJA

A Edgar Siqueira Campos

Todo o fim de ano costuma ser assim, tenso, acelerado, cansativo. Há encerramentos angustiosos e festejos estafantes. Há compras forçadas, donativos sem generosidade, balanços sem saldo, e creio que até mais aniversários do que nos meses de rotina. Embora não exista na órbita da Terra nenhum ponto encrespado assinalando o termo de uma revolução e o comêço de outra — *si cette histoire vous embête...* — nós inventamos um período de oficial condensação do cansaço, e ainda aumentamos êsse cansaço a inventar programas de descanso. Costuma ser assim, mas creio que êste fim de ano está sendo para nós mais febril e nervoso do que os outros. Andam todos com vontade de brigar. A Câmara municipal encerra a tiros e impropérios seus trabalhos; o Tribunal de Contas agride a socos o Ministério da Fazenda. Tiros municipais e socos federais. Aquêles, por causa de um impôsto, êstes, por causa do petróleo. E enquanto os homens se desmandam a inflação continua sua espiral de delírio, e nós outros, que ainda não conseguimos assimilar os dogmas das divisas e das refinarias, vamos pagando dez cruzeiros por dúzia de banana.

Ora, no meio de tôdas essas aflições nacionais, chegam-nos consolações da Argentina. Perón abre luta com a Igreja. Fecha-se o Departamento de Ensino Religioso do Ministério da Educação. Transita pelas câmaras um projeto de lei de divórcio.

Não julgue o leitor que minha satisfação tenha o mesquinho sentimento de quem se consola com a dor maior do vizinho. Pode ser que uma pitada dêsse amargor tempere minha alegria; mas a razão mais forte, a razão legítima, que proclamo e publico é outra. Como católico, solidário com todos os irmãos perseguidos, não posso alegrar-me com o fato de uma perseguição; mas posso rejubilar-me com o epílogo de uma impostura, com o têrmo de um equívoco que é certamente pior, mais danoso, do que a própria perseguição. E é isto, é sobretudo isto que vejo nas boas, nas excelentes notícias que chegam da Argentina. Cói a máscara do tiranete, que se apresentava como protetor da Igreja, e assim é de esperar que se abram os olhos daqueles que se deliciavam com a proteção, com aquela proteção. Contestará alguém que a veracidade seja um lucro? Por mais penosas que sejam as conseqüências para as igrejas da Argentina, é melhor êsse sofrimento que vem da liberdade essencial da Igreja do que a cômoda continuação de um catolicismo oficial fundamentado na momentânea conveniência de uma política maquiavélica. E quem sempre advertiu e escreveu contra o ilusionismo dêsses regimes tem agora o direito de apregoar sua alegria, não somente como quem se desforra ou cobra as contas atrasa-

das de seus contraditores, mas sobretudo como quem vê que há uma lógica nas coisas, que as causas produzem seus efeitos, que as essências geram suas operações.

Cumprê advertir, já que é preciso explicar tudo, como melancolicamente dizia Machado de Assis, que eu não estou aqui tentando inculcar como boa a doutrina da separação entre o Estado e a Igreja. Essa separação é um êrro, um êrro grave cometido pelas nações e produzido pela descristianização das massas. A tese do liberalismo, que relega a religião ao domínio dos negócios privados, como se a verdade não tivesse lugar nas coisas públicas, é um dos mais funestos erros da cultura contemporânea. Mas devemos logo acrescentar que maior êrro, agora nosso, dos católicos, seria o de procurar a recuperação pelo lado do oficialismo, em vez de procurá-lo pela conversão do povo. Maior ainda, agora dobrado de maliciosa impostura, é o êrro dos ditadores que se servem da Igreja, que procuram agradar aos eclesiásticos, e que em troca de alguns seminários e alguns departamentos de ensino religioso, sonham contar com a aprovação dos católicos para a consolidação de um regime que fere os direitos do homem. Mas êrro ainda maior, nessa progressão geométrica de disparates, é outra vez o nosso — e êsse é um terrível privilégio o de podermos cometer os mais graves erros — é aquêle que transforma em realidade o sonho dos tiranos, é aquêle de quem se deixa seduzir pelo confôrto do oficialismo, que é infinitamente mais fácil do que a conversão dos povos. E

em suma o erro de quem admite que os direitos da Igreja possam florescer onde fenece o direito do homem. Ou melhor, que se possa agradar a Deus autor da graça, ofendendo a Deus autor da Natureza.

Tudo isso, no que concerne à política de Perón ou de Franco, não é evidente, como é evidente a malignidade do materialismo comunista, porque não é fácil provar que aquelas estruturas políticas, o peronismo ou o franquismo, ferem a lei natural. Os ditadores dêsse tipo se abstêm de proclamar uma filosofia de materialismo ateu, e é nessa margem de imprecisão maliciosamente mantida, que se instala a ingenuidade e a malignidade dos que vivem a sonhar com um policiamento católico da sociedade. E é por isso, por causa dos perigos dessa imprecisão de doutrina política, que nos alegramos quando os fatos se tornam elucidativos. Há um lucro para nós. Enquanto os doutores não chegam a uma conclusão nítida sobre essa esquiva matéria, e enquanto a Igreja oficial, infalível, não se pronuncia, os fatos como estes que agora dignificam as igrejas da Argentina, devem ser aproveitados para maior afinamento da consciência católica no que concerne à filosofia política. A luta é antiga. A história da Igreja oscila sempre entre os dramas da perseguição e os dramas da oficialização, entre Diocleciano e Constantino, entre o tirano que martiriza e o tirano que adultera. Entre o príncipe que ousa perseguir a Espôsa de Cristo, e o mais insensato

príncipe que ousa escravizá-la. Entre o Perón de 1953 e o Perón de 1954.

É para mim mistério insondável a insensibilidade de alguns católicos aos mecanismos da sedução. Será a volúpia do prestígio que os deixa desarmados? Será o gosto de ver os sinais de Cristo nos palácios? Será talvez o zelo, a impaciência de servir, a vontade de realizar de qualquer modo certas obras indubitavelmente boas? Cada uma dessas razões se desmancha, se liquefaz, quando a analisamos com critério tirado do sangue de nosso Salvador. O prestígio é a última de nossas preocupações, e a primeira de nossas renúncias. Não pode ser bom para a conquista das almas esse fermento de vaidades de que nos despojamos no limiar de nosso batismo. Quanto a palácios de príncipes e poderosos, o único que o Cristo visitou foi o de Herodes, onde justamente lhe pediram que exhibisse os seus prestígios. E no que toca às obras boas, objetivamente boas, nós sabemos, nós aprendemos nos mais elementares tratados de moral que não podemos realizá-las de qualquer modo, isto é, que os fins não justificam os meios.

A mim me parece mais impenetrável esse mistério — o da insensibilidade à sedução — quando penso que a fé católica nos arma com fino discernimento de vida interior e por conseguinte com profunda aversão por tudo que ofenda a integridade da vida do espírito, mais do que pelas coisas que nos ferem o corpo. Um homem espiritual deveria ser mais sensível à perfídia dos envolvimentos e

às carícias da sedução do que aos flagelos de uma declarada perseguição que chega ao sangue.

O fato, o inegável fato, é que Perón encontrou simpatias no meio católico que hoje sofre o vexame da truculência do ex-protetor da Igreja. Como é que se explica que nós aqui, a dois mil quilômetros de distância, soubéssemos que cedo ou tarde Perón faria o que fêz, e eles, perto, em contacto com o homem, testemunhas das gritantes injustiças do justicialismo, fôssem pegados desprevenidos? Eis o que não consigo compreender.

Em meio de tôdas essas perplexidades, sobra-nos a alegria de assistir a um desmascaramento, e consola-nos a esperança de que a lição de fé viva, que está sendo proporcionada ao povo argentino, seja mais proveitosa e mais duradoura do que as lições que vinham do Departamento do Ministério da Educação.

*Dezembro, 1954*



## MARTE EM OPOSIÇÃO

Nunca me passou pela idéia que um planeta pudesse merecer anúncio de jornal. Pois foi o que vi hoje. Entre as promessas miraculosas de um novo diurético, e as incontestáveis vantagens oferecidas por uma enceradeira, o jornal anuncia: "Planeta Marte, oposição de 1956"; e passa a explicar que nestes dias haverá uma feliz oportunidade de observação que não se repetirá dentro de muitos anos. Aproveite, pois, amigo leitor, esta feliz oportunidade, que eu aproveito a minha, de escrever êste artigo, antes que passe a nova lei de imprensa, e que o censor interprete o título como um desacato às forças armadas.

A oposição de Marte não tem caráter político nem militar. É um fenômeno que de dois em dois anos se observa, mas que somente de dezesseis em dezesseis oferece as vantagens alegadas no anúncio. O planeta Marte gira em tórno do sol numa órbita exterior à terrestre, cumprindo uma revolução em 687 dias. Diz-se que está em oposição quando passa no alinhamento formado pela Terra e pelo Sol, e por conseguinte quando fica a uma distância mínima da Terra. Como porém a órbita de Marte tem uma acentuada excentricidade, graças à qual pôde Kepler descobrir suas famosas leis, há uma região das duas órbitas em que se realiza a



oposição com um mínimo dos mínimos. Foi o que aconteceu em 1939, e que agora se repete. Marte passa, na primeira quinzena de setembro, a uma distância que os astrônomos chamam de “proximidade”, mas que mede cinquenta e seis milhões de quilômetros.

Tempos atrás havia enorme expectativa cada vez que o planeta vizinho nos fazia uma dessas visitas mais íntimas. Desde 1877, data em que Schiaparelli, diretor do observatório de Milão, julgara descobrir uma rede geométrica de canais retilíneos em Marte, o mundo astronômico se dividira em duas facções apaixonadamente contrárias. Para uns, havia canais em Marte; para outros, o que havia era ilusão ou mistificação. Os ardorosos defensores da descoberta de Schiaparelli — entre os quais se destaca Persival Lowell, que consagrou toda a sua vida à observação, à propaganda, e até diríamos ao apostolado dos canais marcianos — explicavam o fenômeno como uma obra monumental de engenharia, graças à qual os habitantes de um mundo agonizante aproveitavam e distribuíam a pouquíssima água de que dispunha o planeta. Os marcianos, segundo essa versão, teriam realizado o que os habitantes de Copacabana não conseguiram obter dos poderes de um mundo em que a água é tão farta. Saltando da astronomia para a sociologia, e para a religião, alguns autores chegaram a descrever os costumes e as crenças dos marcianos. O grande inimigo comum, a sede, teria compelido aquela adiantada humanidade a uma compreensão da paz mais

exata do que a que fundamentou o manifesto de Stokolmo ou o prêmio Nobel. A garganta seca, em tal teoria, foi para os marcianos o grande vínculo de solidariedade. Cessaram as guerras, cancelaram-se as verbas de armamentos, despiram-se as fardas (escrevo isto às pressas, enquanto não passa a lei) e todos se dedicaram à grande, à monumental obra comum que, a partir da descoberta de Schiaparelli, se propunha como exemplo aos desvairados habitantes da terra.

Mas os astrônomos ingleses do observatório de Greenwich não conseguiam ver os canais. Chegaram até a fazer um “test” curioso: colocaram pequenos discos iluminados, e marcados com as manchas que incontrovertidamente se vêem no planeta, e convocaram uma turma de desenhistas que nunca tinham ouvido falar dos canais e que, a certa distância, no limite da visibilidade daquelas manchas, deviam reproduzir fielmente o que viam. O resultado foi uma bomba: em quase todos os desenhos apareciam canais. Ficou provado que a vista, no limite da visibilidade, tinha tendência a ver linhas, e linhas retas, onde no modelo havia somente manchas descontínuas. Mas a resposta de Lowell não se fez esperar. Poucos anos depois (para os astrônomos resposta pronta não é como a dos jornalistas) o grande apóstolo dos canais anunciava fotografias onde somente a má-fé não veria a rede geométrica. Mas foi o ardor de Lowell que o perdeu. Passou a ver canais em Vênus, e até em Mercúrio. Depois os viu num satélite de Júpiter, e até no próprio Jupi-

ter. Como disse muito bem um autor francês: "Ces observations paraisaient montrer chez Lowell une fâcheuse tendance à voir des details rectilignes, à voir canal, en un mot". O fato é que nas próprias fotografias só uma enorme boa-fé, ou simplesmente uma fé, permitia ver o que vira Lowell. Nas observações subseqüentes, em 1909, em que a aparelhagem progredira consideravelmente, ninguém conseguiu ver um só canal no planeta vizinho. Daí para cá, que me conste, não apareceu mais nenhum defensor da engenharia e da correlata concórdia marciana. Com tôda a sua proximidade, e com todo o avanço da ótica, o planeta vizinho só nos apresenta uma pobre fisionomia inexpressiva de planeta ressecado e vazio. Pouco se vê, apesar da solicitude do anúncio que intercalou o planeta entre o utensílio e a droga. Os cientistas sempre descobrem meios de se interessar por um grão novo que venham a descobrir na face do mundo vizinho; mas para nós, jornalistas e leitores, não creio que Marte traga na oposição de 1956 alguma notícia mais sensacional do que trouxe na de 1939. É pena. Tenho saudade dos canais de Marte que estão ligados à paixão de minha adolescência. Mas já que a ciência positiva não nos traz do sistema planetário um incitamento à concórdia universal, procuremos na astrologia um consôlo e uma esperança.

Esperemos que essa conjunção planetária, por se tratar do rubro Mavorte, deus da guerra, venha incutir pensamentos marciais aos ministros das forças armadas. Assim, compelidos pelos astros ao

cumprimento de suas vocações, convidados pelas órbitas a cuidar de canhão, de viaturas, de carros de assalto, de direita a volver, êles deixarão o poder civil demonstrar sua existência, que se vai tornando tão inacreditável como os canais de Marte.

Se nos falhar essa esperança, depois de tantas outras já falhadas, só nos restará pôr um anúncio no jornal: "Precisa-se de um planeta com alguma concórdia ainda que com pouca água".

*Setembro, 1956*

## A INSTABILIDADE DA MOEDA

Não sei se o leitor conhece a novela de Balzac intitulada "Peau de Chagrin". Se não a leu, ou se lhe fugiu da memória, faço aqui um resumo que decerto não agradaria ao romancista, mas que nos bastará para a aplicação que tenho em mira.

É a história de um moço que possuía um talismã, uma pele de bicho, que lhe permitia realizar os menores desejos. Bastava formular mentalmente o pedido, com o pedaço de couro na mão, para logo ser atendido; e o engenho de Balzac, conseguindo harmonizar o maravilhoso com o real, fazia a realização do desejo surgir com fluência natural e quase lógica no decorrer da narrativa. Cumpre, entretanto, advertir que o poder do talismã tinha um preço: a cada desejo satisfeito a pele diminuía, encolhia, e com ela diminuía a vida de seu possuidor.

A moralidade dessa história é trivial: ela nos ensina que são os desejos que gastam a vida, que é nesse fogo que se consome nossa carne e que se cresta a nossa pele, e não somente a do bicho. Mas não é disto que vamos agora nos ocupar. Foi para outra ordem de cogitações que invoquei a novela de Balzac. Já me explico.

Terá o leitor, no bolso, uma nota de mil cruzeiros? Se não tiver mil, serve uma de quinhentos. Serve até uma de cem. De mais a mais, a demons-

tração que pretendo fazer é inteiramente destituída de perigo porque, como pretendo evidenciar, só existe uma restrita espécie de gente que goza do inquietante privilégio de lesar à distância. Como eu não pertencço a essa aristocracia, o leitor pode, sem susto, colocar a sua nota de mil cruzeiros, bem esticada, em cima de sua mesa. E agora observe-a atentamente.

A sua nota é também uma "Peau de Chagrin". Ela atende aos seus módicos desejos, e encolhe à medida que os concretiza. Até aqui a ficção do romancista e a rotineira realidade da vida se casam. Mas agora, amigo, redobre a atenção e observe melhor, observe um espantoso fenômeno que escapou à imaginação de Balzac: a sua nota encolhe sôzinha, sem que você formule nenhum desejo, e muito menos o realize. Ela está encolhendo, repare! A retração não é visível em poucos minutos, mas é contínua e invencível. Rememore, por exemplo, o que você podia comprar no ano passado, e compare com o que hoje pode adquirir. Tome o lápis e faça as contas. Calcule os quilos de carne que a nota lhe proporcionaria há meses, e recalcule o pêso com data mais recente. Refaça as computações para o leite, para a manteiga, para camisas e café. Tire a média, e verá que a nota encolheu, e que sua vida, isto é, sua pele, também encolheu.

O povo ingênuo exprime êsse fato pondo a culpa nos fornecedores; e diz que o leite está mais caro, que o café subiu, e que a carne está pela hora da morte; mas você, amigo, que observou melhor o fe-

nômeno, já descobriu que foi o seu talismã que encolheu. As coisas valem o que valem, e continuam a valer segundo suas virtudes e propriedades; mas a nota de mil cruzeiros não tem o mesmo valor que tinha. E êsse fenômeno, que o povo interpreta às avessas, e em detrimento dos fornecedores, é que se chama INFLAÇÃO.

Qual será a causa dêsse fenômeno, ou melhor, por que será que sua pele diminui se não é você que a cresta com seus desejos? Ah! amigo leitor, a nossa "Peau de Chagrin" tem essa esquisita propriedade que escapou a Balzac: ela se gasta sem você gastar; sem você desejar; sem você realizar. Ela se gasta porque certas pessoas têm o privilégio de gastá-la de longe. Ela se gasta com os imoderados desejos dos outros: bailes em Paris, cavalos puro-sangue, "Cadillacs", "Última Hora", etc., etc. A nota diminui porque outros — nem você nem eu — realizam seus desejos. Sem tocar no meu bolso, os superbatedores de carteiras me desfalcam; sem tocar na cédula, êsses mágicos a consomem; e é êsse fenômeno, êsse tele-roubo, que se chama política econômica inflacionária.

## II

Vou agora demonstrar que essa técnica inflacionária, que aflige uma nação inteira, tem a propriedade de assegurar aos seus fautores a popularidade e a simpatia do mesmo povo que sofre as conseqüências. E é nesse ponto que reside toda a graça da mágica.

A demonstração é fácil. O regime de inflação, produzindo a diminuição do valor do dinheiro, manifesta-se ao povo sob a forma pluralizada de encarecimento de tôdas as coisas. Tudo sobe. A carne, o café, a casa, a vida. Todos os bens essenciais começam a fugir das mãos assalariadas. Funcionários e proletários, unidos num clamor de indignação, invectivam os fornecedores; e ainda mais unidos, num clamor de súplica, apelam para o governo central e pedem aumentos de salários.

O governo central declara-se então comovido diante do sofrimento do povo, e oficializa o côro contra os fornecedores. Entra em jôgo o Ministério do Trabalho, forçando aumentos de salários, e tem-se o resultado final que queríamos demonstrar: o governo central fica com o mérito dos aumentos dos salários, e os fornecedores ficam com a culpa da carestia.

Haverá arranjo mais engenhoso do que êsse, para enganar um povo que se detém na superfície dos fenômenos? Fabrica-se a infelicidade e colhem-se agradecimentos; arranca-se o pão e recebem-se os votos. Por carência de espírito científico, a maioria dos consumidores não desconfia que deva existir uma só causa sob a multiforme aparência da carestia da vida. As donas de casa zangam-se com o açougueiro, com o vendeiro, com o feirante. E chamam fiscais, e pedem tabelas para as proteger dêsse múltiplo assalto, sem perceberem que o assalto é um só e que vem justamente de onde esperam o socorro.

É injusto e antidemocrático dizer que a carne subiu e que o açougueiro quer mais dinheiro pelo mesmo quilo de carne. Não. Ele quer mais papel-moeda que valha o mesmo dinheiro que ontem valia o mesmo quilo de carne. O açougueiro, coitado, não tem o recurso de emitir bifés de alcatra, porque a anatomia do boi é uma compacta realidade que não se presta a êsse tipo de operação. O infeliz padeiro também não pode imprimir pão com novas efígies. Tem de amassá-lo e cozinhá-lo. O que êsses pobres fornecedores podem fazer é roubar um pouquinho no pêso, quando não conseguem imitar mais fielmente os processos bancários roubando nas adições. Mas êsses tímidos processos ficam longe dos modelos que copiam. A Light também não quer novas tarifas. É injusto e antidemocrático negar que a vilipendiada matrona canadense queira apenas um real valor em troca de coisas reais que fornece.

Como já insinuei, é possível que êsses fornecedores, vez por outra, tentem aproveitar a confusão; mas eu creio firmemente não exagerar dizendo que são os negociantes, hoje, a classe mais honesta da República. Serão mais honestos do que êles os dois ou três mil pais ou mães das meninas que forçaram as portas do Instituto de Educação, traíndo o compromisso escrito de respeitar as normas do concurso? Serão mais honestos os professôres de filosofia que ensinam o que não sabem, e os examinadores de concurso que aprovam os supramencionados professôres? Serão, porventura, mais ho-

nestos os milhares de funcionários que dia a dia pedem mais favores e menos serviço?

Seja como fôr, porém, o ponto que os verdadeiros democratas devem insistir é este: a necessidade de uma campanha para que o fenômeno da carestia da vida seja apresentado e explicado por sua causa principal. É preciso divulgar essa idéia; é preciso corrigir as frases com que o povo se lamenta. Não é a carne que sobe, é o dinheiro que desce. Não são os fornecedores que produzem a carestia da vida, são os técnicos que têm nas mãos as máquinas de imprimir dinheiro.

É verdade que qualquer um de nós, em certas aperturas da vida, também pode imprimir cartões de rifa. Mas é indispensável, para a lisura do processo, que atrás dos cartões exista a geladeira ou o relógio. Se não existirem êsses objetos, ou se pretendermos rifar o relógio da Glória, seremos presos como falsários. Ora, pergunto eu, quais são as realidades que lastream as cédulas que só trazem, como fraca fiança, as barbas de Pedro Álvares Cabral? Parece-me que nessa Ação entre Amigos está sendo rifado o próprio Brasil.

### III

Aquela cômica idéia de pedir socorro ao governo contra a vertiginosa ascensão dos preços faz-me lembrar um filme de Carlitos: "O Grande Ditador". Um jovem judeu, barbeiro num "ghetto" alemão, depois de servir na guerra de 1914, e de passar muitos anos em tratamento, volta ao seu quartirão

nos dias em que Hitler, já no poder, desencadeava uma perseguição anti-semita. Chega o nosso homem na sua modesta barbearia, e quando está espanando as teias de aranha, vê chegarem uns mocetões fardados que começam a arrombar as gavetas. Apavorado, o judeuzinho pega num apito e corre para a rua. Apita para chamar a polícia! Apita para invocar o direito, para pedir proteção ao governo, para se escorar na segurança da lei. E, evidentemente, quanto mais apitava mais mocetões uniformizados surgiam em sua pobre barbearia. O infeliz, que andara desmemoriado, não sabia que os tempos de apitar tinham ficado sob os escombros da guerra; que a polícia se transformara em tropas de assalto; e que naquele novo e heróico regime quanto mais se apita mais se apanha.

Nós aqui ainda não completamos a salutar descoberta. E é para acelerar a operação dessa catarrata, que escurece nossa visão política, que lanço aqui o apêlo contra os apelos. Falem, quanto quiserem, das dificuldades da vida, mas em termos adequados, e não com as frases dispersas que acusam o açougueiro ou a Light. Levante-se o clamor, mas contra a causa principal. E quem tiver trazido de outros tempos um gôsto insopitável pelo apito, que apite, mas não para pedir socorro às tropas de assalto. Apite, apite, amigo, mas para vaiar.

### IV

Permitam-me agora, para terminar, algumas reflexões de cunho mais filosófico.

Há uma verdade simples como água que anda esquecida de todos. É esta: uma das condições essenciais para a realização do Bem Comum é a **ESTABILIDADE**. Esse vocábulo é mal ouvido pelas pessoas que praticam a moderníssima filosofia da agitação. Parece-lhes, ao contrário, que o Bem Comum seja feito de movimento, de aceleração e de instabilidade. E assim, hipnotizadas pelo mito frenético do progresso, não podem essas pessoas compreender os tremendos malefícios da instabilidade monetária.

O fenômeno não é tão grave como pretendem — dizem essas pessoas — porque a subida dos preços é compensada pela subida dos salários; e porque a inflação permite aos poderes públicos uma espécie de antecipação, de dianteira, na corrida dos grandes empreendimentos. É um regime dinâmico. É uma técnica adequada ao ritmo acelerado das grandes consecuições, etc., etc., etc.

Ora, eu pretendo demonstrar que tôdas essas frases são ôcas e que a instabilidade econômica ou monetária é altamente nociva **PARA A ALMA HUMANA**.

Começo por lembrar que houve no Brasil, entre 1900 e 1915, aproximadamente, um tempo em que os preços se mantiveram constantes. Durante quinze anos o pão e a carne custaram os mesmos mil réis. Depois da guerra de 14-18, houve uma sensível ascensão; mas foi somente a partir de 38 ou 40 que essa ascensão se tornou vertiginosa. Lembrome bem daquele tempo em que nós éramos, em

casa, uma família muito pobre e muito feliz. E do meu caso, e da minha saudade, atrevo-me a tirar uma generalização que justificarei adiante: um povo só pode ser feliz quando pode ser pobre, alegremente pobre, tranqüilamente pobre. Ou melhor, um povo só pode ser feliz quando pode libertar-se dentro da pobreza. Ou ainda melhor: um povo só pode ser feliz quando o pobre, feitas as necessárias renúncias, se enquadra num orçamento e num estilo de vida. Porque assim consegue essa coisa prodigiosa que só é possível em regime estável: **NÃO PENSAR NO DINHEIRO**. Esta é a grande liberdade, a imensa dignidade do pobre.

Ora, em tempos de instabilidade, ninguém pode realizar êsse ideal simples e bom. Ninguém pode viver quieto na sua renúncia arejada, na sua dignificada pobreza. O dinheiro, pelo fato de sua variabilidade, fica dotado de uma terrível onipresença. Entra pela casa o seu cuidado, como entra o pé de vento quando o ar, que deve ser normalmente uma substância tranqüila, se torna variável e tumultuoso. Sente-se o dinheiro pela sua variação. E em consequência disso passam todos, absolutamente todos, a cuidar dêsse pesadelo que devera ser apanágio dos ricos e dos miseráveis. O pobre deixa de ser pobre. Para não ser miserável, sonha ser rico. Continua com corpo de pobre em alma de rico. Ou com um coração de miserável em peito de pobre. Se hoje renunciou a tais coisas, vê-se ameaçado de mais algum apêto compulsório para amanhã. E então quebra

o voto tácito, e abandona as renúncias. Fica inquieto, com a inquietação dos argentários, para escapar aos pesadelos dos mendigos. Torna-se então esperto, isto é, adquire essa virtude dos ratos e dos negociastas.

Um orçamento deve ser como uma casa. Vive-se dentro dêle. Se é apertado, a gente puxa daqui, dali, e se acomoda. E a simplificação nos dá a sagrada liberdade de não pensar no apêrto, e de não pensar no dinheiro. Quando, porém, o orçamento se transforma em nuvem, em ente de razão, em função parabólica do segundo ou terceiro grau; quando a gente vive como se a casa encolhesse, como se a pele encolhesse, então a loucura do dinheiro nos acomete e nos envenena o coração.

O povo que vive essa angústia se corrompe. E é êsse tipo de corrupção mais ou menos generalizada que ameaça o nosso desventurado país.

A instabilidade da moeda, como causa material, contribui para formar o ambiente de instabilidade moral, o clima do jôgo, do lucro fácil, da "vida melhor", do golpe. E destrói as virtudes da poupança e do equilíbrio doméstico. Economizar? Como é possível guardar um dinheiro que se evapora? Como guardar se não há juro bancário que cubra a desvalorização? Para que fazer um seguro que se paga muito para receber quase nada? O povo se torna desperdiçado. Gasta muito do pouco que ganha. Vive a hora que passa. Gasta em tolices o que não chega a sobrar; e alimenta um milhar de indús-

trias desprezíveis que foram inventadas para pegar o níquel do pobre.

E assim fica patente que o dinamismo produzido pela instabilidade da moeda é uma febre, um falso progresso, que abala as instituições e corrompe as almas, porque instala no país a mais abominável das religiões: o culto do dinheiro.

*Dezembro, 1953*



## AGRADECIMENTO (\*)

Agradeço, confuso e um pouco aturdido, ao sr. dr. Celso Kelly, as palavras excessivas com que alvejou um pobre professor imobilizado pelos liames da etiqueta; agradeço às autoridades do país que instituíram êsse prêmio e que me honram com sua presença; ao sr. presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura agradeço a generosidade da instituição que representa, e a generosidade pessoal com que nesta cerimônia me distinguiu; agradeço aos companheiros de ofício que foram os benévolos juizes de meu livro e com particular efusão agradeço àquêles que com judiciosa oposição temperaram êsse julgamento, exercendo assim no domínio das letras êsse bellissimo direito que eu ardentemente desejo ver sempre exercido no mais amplo domínio do Bem Comum: o da oposição. E a todos os presentes agradeço a cordial participação nesta solenidade.

\* \* \*

O prêmio de uma instituição como o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura tem para mim um gôsto, um valor especial, por causa da estima que tenho por êsse tipo de instituição que

---

(\*) Discurso pronunciado por ocasião do recebimento do prêmio conferido a "Lições de Abismo" pelo I.B.E.C.C.

procura, no conturbado mundo moderno, um denominador comum, um vínculo, e um ideal de unificação que supere as divisões geográficas, e que atenuie as trágicas separações da retalhada Terra dos homens. Vivemos num mundo dividido. Se de um lado progride a técnica da comunicação dos corpos; de outro lado parece que se agrava a incomunicabilidade dos corações. Vivemos num mundo dividido. Não só pelas fronteiras físicas e pelos regimes. Dentro da mesma área, que nos mapas é monocromática, existem todos os matices da sensatez e da loucura; dentro da mesma unidade política, dos mesmos partidos, das mesmas famílias, existe o divisionismo — não apenas a boa diferenciação orgânica de que é feita uma sociedade — mas o divisionismo profundo, mórbido, que envenena a organicidade e que conspira contra a natureza das coisas. Os homens não se entendem sobre o que de mais perto lhes concerne. As palavras mais pacíficas não produzem nas mentes as mesmas ressonâncias; e frequentemente geram idéias opostas e consequentemente cômicos ou trágicos equívocos.

Falei há pouco de “bem comum”. Ora, se aqui interrompesse este discurso de gratidão e ousasse a impertinência de um inquérito, receio muito que o resultado viesse destoar da amenidade desta reunião. Os homens não se entendem.

Alguns visionários, interpretando apenas materialmente a passagem do Livro Santo relativa à confusão das línguas, em Babel, imaginaram um

mundo unificado pela unificação dos idiomas. Inventaram o esperanto, o volapuk, o ido, e não sei quantos outros idiomas aspirantes à universalidade. O pluralismo dessas tentativas, aliás, já deixa entrever a possibilidade de um novo conflito em torno desses novos ramos de oliveira. Além disso, nós bem sabemos que melhor se briga quando melhor se fala. Direi até que esse critério poderia fundamentar um teste no aprendizado das línguas. Um brasileiro e uma chinesa podem se amar sem intérpretes, porque o amor, desde a carícia dos corpos até o entendimento profundo, alimenta-se de poucas palavras e de muitos silêncios. A conversação turística ou climatérica já exige um pouco mais, doze frases feitas e cinquenta vocábulos. Mas a briga, essa exige loquacidade e desenvoltura! Por mim, foi preciso ouvir um dia uma caudalosa descompostura, de uma “concierge”, em Paris, para descobrir que o meu francês ainda era assaz imperfeito.

Por aí se vê que não está no léxico o segredo da Paz e que não será a golpes de dicionário que se conseguirá pacificar o turbulento coração do homem. O desentendimento é evidentemente mais profundo e anterior aos instrumentos verbais. E por isso eu direi que as instituições que procuram, em chinês ou em português, o denominador comum da ciência e da cultura, estão muito mais próximas da “diritta via” do que os inventores de línguas.

O homem de nosso tempo, vítima de duas guerras humilhantes — em que a ciência vem servir à estupidez — e de experiências políticas, ainda mais humilhantes — em que a técnica se põe ao serviço da impostura — o homem do século XX chegou a uma extrema miséria: já não é de Deus e dos anjos que em nome da divinizada razão êle descrê; é agora da própria razão, do próprio homem, e das coisas triviais que lhe dizem respeito. Há ainda pessoas que se espantam de ver um professor de eletrônica acreditar em Deus e nos anjos; mas eu confesso que ainda mais me espanto quando encontro pessoas que sôlidamente acreditam em manteiga, em instrução pública e em serviços municipais. E espanto-me agradavelmente, porque também sou desses que se obstinam em crer na possibilidade de um dia, não sei quando, tornar a ver aquelas realidades perdidas.

O homem descrê do homem, de sua humanidade, e de tudo o que concerne à sua diferença específica. O paganismo, que ainda no século passado incensava Minerva, a deusa de olhos claros, sacrifica hoje nos altares da Diana dos Êfesos.

O “instintivo” toma neste século o lugar de honra do “racional”, e nós vemos crescer, dia a dia, essa onda de irracionalismo que já submerge a moral. E o psicólogo dos porões da humanidade, o domesticador das fôrças instintivas é o grande mágico dos tempos modernos. Receio até que a próxima forma de totalitarismo político deixe o

econômico e se firme no psicológico, como na história de Simão Bacamarte.

Ora, no meio dêsse desconcerto e dos gritantes desentendimentos internacionais, há instituições que procuram reafirmar, em tempo e contra-tempo, que o homem é racional, que o homem é vertical, que o homem é humano; e entre essas instituições, numa vanguarda operosa, está êste Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a mais universal UNESCO. Posso, pois, alegrar-me, sem constrangimentos, com o prêmio que daí me veio; e posso agradecer, com veracidade e sem as concessões às boas maneiras que freqüentemente são o disfarce da mentira.

Mas, poderei eu dizer, dentro da mesma estrita veracidade, que a orientação dessas instituições me parece plenamente suficiente para a recuperação de um humanismo integral? Poderei, nos escorregões da eloquência, afirmar que a UNO ou a UNESCO bastam, e contêm tôdas as dimensões necessárias para a conquista da Unidade que seus prefixos anunciam?

A direção geral, os princípios básicos — com poucas restrições — são generosos e verdadeiros; mas seria um êrro filosófico, e um êrro teológico, pretender a conquista da unidade e da concórdia, com institutos culturais. Necessários e preciosísimos, êles não são suficientes. Não basta cultivar o conhecimento para retificar a conduta; não basta adornar as inteligências para cativar as vontades e subjugar as sensibilidades. Êsse êrro filosófico —

que chamaríamos de socratismo ou de culturalismo — poderia prejudicar gravemente o bom dinamismo dessas grandes instituições. Seria uma lástima se os seus dirigentes esquecessem que o mundo sofre da dolência das vontades e não só da inteligência, e que a humanidade de nosso tempo está doente do coração. Em outras palavras, é na integridade da moral, na redescoberta da dignidade do homem, que o mundo encontrará a pista perdida. Veja o sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, nesta minha observação, não uma reserva, mas uma contribuição.

Disse também que seria um erro teológico imaginar que basta a cultura para salvar o mundo. Não, não basta. A história humana é realmente supra-humana. Estamos engajados em acontecimentos que passam a nossa própria medida, e por mais que os ignoremos ou os esqueçamos, eles estão em torno de nós, como o ar, e por cima de nós, como o céu. Em última e decisiva instância, só um Espírito pode vencer a confusão das línguas e dos espíritos; só um Espírito pode realizar na plenitude dos tempos a unificação: o Espírito de Unidade e de Universalidade que nesta semana de Pentecostes repete ao mundo a sua lição de luz e de amor.

\* \* \*

Atrevo-me agora a dizer-lhes algumas palavras sobre os sentimentos que me acudiram ao receber a notícia do prêmio. O primeiro foi um susto, que logo se dissipou, quando me informaram de que

claro quadrante vinha o bom vento. Subsistiram outros, que se poderiam exprimir com esta fórmula mista: surpresa — arrependimento — alívio.

Sim, surpresa. O pobre do artista, por mais que falem de suas vaidades e jactâncias, é sempre um inseguro. Um mísero, que às vezes sabe o que faz, mas quase sempre ignora o que fez. Um mendigo que precisa, mais do que ninguém, de pancadinhas no ombro. Um sequioso de confirmação. Um faminto de elogio. Só não precisa de elogios o homem muito santo, ou o homem muito orgulhoso. O primeiro, porque tem a alma repleta do elogio da Graça; o segundo porque carrega em si mesmo a sua claque, a sua bancada, a sua maioria.

Mas o artista do vulgar meio termo, que anda na montanha russa da vida, ora mais alto, ora mais baixo, sem atingir a santidade e sem se endurecer de suficiências, esse precisa de palmas, de sinais que o confirmem, de mãos que o salvem do oceano de perplexidades.

Creio que já contei, não me lembra onde, a história do ator dramático que envelhecia no esquecimento depois de uma gloriosa epopéia pelos palcos do mundo. Contou-me um austríaco. A história passou-se em Viena, num daqueles saudosos cafés que ainda subsistiam com suas valsas até o dia em que lá chegaram as divisões da ocupação nazista. Nesse café, o velho ator esquecido — o herói de amores famosos — envelhecia a representar variedades a que ninguém mais dava atenção. Ora, numa noite, com admiração geral, o velho ator

deixa de lado os guisos de seu ofício e põe-se a clamar como um profeta contra o regime nazista. A sala se eletriza, os consumidores se põem de pé, e no fim do discurso estrugem as palmas. Mas, logo depois, chega a polícia e leva o nosso orador. Interrogado pelos nazistas, o velho ator confessa: "Eu não sou contra o regime; mas eu não queria morrer sem ouvir, ainda uma vez, aquêlê barulho das palmas..."

Deixaram-no ir em paz. Os nazistas compreenderam, a seu modo, êsse gôsto pelas palmas. Porque, convém notar, êsse fenômeno às vêzes transborda os limites do palco, e ganha os governantes. Mas é melhor deixar de lado êste aspecto do problema, que viria anuviar a sessão solene de hoje. Voltemos à pobreza essencial do artista.

O cientista é, de certo modo, independente dos louros. Gostará de prêmios, quem não gosta? mas não depende dêles, não depende de palmas, porque tem no brilho do resultado a sua maior recompensa. O técnico vê sua obra montada e posta ao serviço dos homens. Mas o pobre homem que se pendura pelos nervos, e que se aventurou a dizer o indizível, êsse, depois de ter dado à sua obra todo o fervor, tôda a paixão; depois de ter transformado um pedaço quente de vida em papel, em resma — sim, um enorme pedaço de vida cheio de dias festivos e de mansos dias comuns — êsse, diante da lívida e chata substância em que verteu seus dias, diante da palha sentirá um enorme desamparo.

Quando levantou os olhos do papel, as filhas tinham crescido. As rosas meninas tinham dançado diante de sua desatenção. Quem lhe devolverá os gestos que não viu, e os sorrisos que perdeu? Ei-lo, em cima da mesa, o livro, o papel, o grosso parênteses aberto na vida. E agora? Vai correr mundo a paixão escondida. Quem lhe sentirá a palpitação?

Um dia eu vi na rua um desconhecido que passava sobraçando o meu livro. Passou. Foi-se embora, levando minha alma debaixo do braço. Mas será que êle levava, ou melhor, teria eu efetivamente imantado de amor aquêlê tijolo de papel? Como poderei saber se não consigo separar o que fiz do que sonhei? Ah!, quem me dirá, quem entre as hierarquias dos anjos me dirá, sim ou não, se eu consegui verter, extroverter, dar forma, realizar em palavras, em frases, em páginas, em capítulos, tudo aquilo que me trouxe dias e dias em exílio, longe, numa ilha perdida, na doce e melancólica presença da defunta Annabel Lee — enquanto o tempo real passava ao largo de meus amores de papel...

Triste coisa, amigos, triste coisa. Já pensaram no que acontece em volta do escritor debruçado? Já computaram o que êle perde? Triste coisa...

\* \* \*

No meu caso pesava-me mais uma preocupação: imaginara um romance interior, uma experiência viva, transposta para outra carne e outra inteligência; imaginara a história de uma alma que

procura a inteireza das coisas e só encontra na vida, nos amores, nas rosas, e no sangue a composição de ser e não-ser, o conúbio de vida e de morte — e que então sente na pele o frio e a aspereza das insuficiências e da porosidade do ser.

Os místicos falam de um Dom de Ciência, dom infuso, sobrenatural, diretamente ligado à pedagogia do Espírito Santo e pelo qual a alma aprende a valorizar as promessas de Deus em contraste com as esponjas ou evanescentes promessas das criaturas. E é nessa aridez, nessa desolação do Eclesiastes que muitas almas cantarinas, como a de Machado e a de Carlos Drummond, encontram o melhor tom, o riso triste e encolhido, o timbre de exilado que pendurou a harpa no salgueiro com saudades de Sião.

Foi êsse o meu sonho: uma alma, um personagem calcinado por avidez de autenticidade, um homem empurrado pelo Dom de Ciência, sacudido pelo vento do Eclesiastes. E foi assim que o vi passar um dia, carregando amores falsos e sangue falso, à procura de rubis verdadeiros. Alto, magro, olhar perdido, com uma sombra de sorriso no rosto triste, andar incerto, braços soltos e frouxos em imensa disponibilidade — foi assim que o vi passar no meu sonho, com os seus sonhos dentro do meu sonho.

Previa as objeções. A vida mais interior e mais metafísica do que dramática não seria vida, e por conseguinte, seus lances não bastariam para formar o romance.

\* \* \*

Foi pois com surpresa, com gratíssima surpresa, que recebi dos leitores, dos críticos, e depois desta instituição, os sinais de compreensão e de apoio. Fiquei espantado. Meu natural pendor de pessimista sofria um agradável desmentido. E agora, esta sessão solene, em que defronto personagens importantes, que sempre vira de longe, e que quase me pareciam entes de razão, esta jubilosa e inesperada berlinda em que me encontro, acrescentam à surpresa uma pitada de remorso. Permitam que me explique melhor. Tenho ímpetos não só de agradecer, mas de pedir desculpas a todo mundo. Embora talvez não pareça, sou por inclinação natural muito agradecido, muito dependente, e quase poderia dizer como a grande Teresa d'Ávila: "Sou tão agradecida que por uma sardinha me comprariam..." Ora, nesta sessão solene, agraciam-me com um avultado número de sardinhas; e, então, a tal inclinação natural que tenho nos nervos me dá ímpetos de pedir desculpas, de fazer retratações, de desdizer o que disse e no que por desventura desagradei desde que iniciei, em meio caminho da vida, o novo ofício de escritor...

Dou-lhes um exemplo. Tempos atrás publiquei um artigo amargo a propósito de uma entrevista concedida pelo sr. Jorge Amado ao "Jornal de Letras". Naquela entrevista, depois de dividir o mundo entre o "lado de cá" e o feérico "lado de lá", e querendo documentar a paradisiaca situação dos escritores "no lado de lá", o festejado romancis-

ta pronunciou esta frase que me deixou roído de inveja: "Nunca vi, por exemplo, um escritor chinês sem automóvel". E então, com despeito por êste ingrato ocidente capitalista eu escrevi o artigo que terminava com estas amargas palavras:

"Ó leitor inspirado, ó moços que por aí andais a rabiscar pensamentos febris, neste desvalorizado idioma, que mal nos paga os cigarros, eia!, busquemos no arroz e no chá uma inspiração menos ingrata. Vamos!, sou a hora de nossa emancipação. Rumo ao Oriente. Vamos à China!"

"É verdade, — acrescentava eu — que ainda mantenho a custo um automóvel adquirido com outro ofício menos oriental, mas já se arma para mim o insolúvel problema do conserto do meu pobre veículo em decomposição. E o problema tornou-se difícil, justamente porque, em certo ponto da vida, mudei de ofício, trocando a técnica pela degradada literatura, neste *lado de cá*.

"E ia eu correr à procura de uma gramática chinesa, quando se me esfriou o entusiasmo na leitura da continuação da entrevista. Fiquei sabendo, pelo entrevistado, que mesmo na Rússia e, por conseguinte, na China, não se lê Dostoievsky. Lá, no lado de lá, os escritores que tenham o peculiar relêvo do sr. Jorge Amado, andam de automóvel, mas Dostoievsky andaria a pé. E olhe lá! . . .

"Não. Já não me seduz aquêlo Eldorado das letras. Embora não pretenda comparar-me ao autor de *Irmãos Karamazov*, ainda me apego a certos requintes burgueses, como o de não pedir ao govêr-

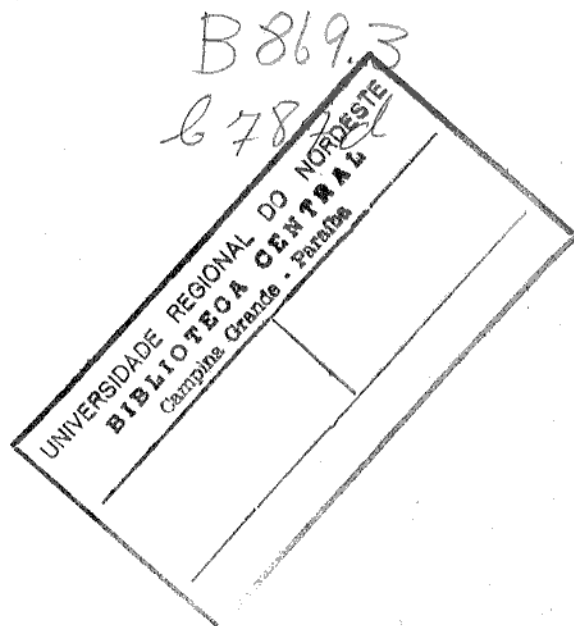
no a licença de pensar. Fico aqui mesmo, neste triste país, oprimido pelo capital colonizador, onde um escritor não pode comprar ou não pode manter um automóvel.

"Abro mão da mirífica perspectiva, resigno-me à perambulação, renuncio ao júbilo de ver livro meu escrito em albanês ou mongol, mas um ideal, ao menos, eu conservo, uma esperança, ao menos, eu mantenho: o ideal, a esperança, de nunca, jamais em tempo algum de minha ocidental carreira literária, dar a um jornal qualquer uma entrevista com aquêlo sabor e aquêlo relêvo que o festejado escritor internacional soube imprimir. Antes disso, prefiro dar a volta do mundo a pé. Não. Decididamente não me seduz êsse negócio da China".

Ora, como os senhores estão vendo, nós já podemos nos orgulhar do hemisfério ocidental e do trópico do Capricórnio; porque o meu automóvel pode ser consertado, esmerilhado, calçado e pintado, sem que ninguém me obrigue a uma autocrítica, sem que ninguém me exija retratações, sem que nenhum poder me force a desviar de um décimo de segundo a linha de meu pensamento. E basta essa pequena diferença, para que eu possa proclamar a minha infinita preferência pelo "*lado de cá*", pelo lado da UNO, da UNESCO, do IBECC — pelo lado do Brasil.

E basta êsse detalhe, êsse quase nada, para que eu possa colocar meus agradecimentos numa pauta mais pura do que aquela a que me levariam meus nervos desabituaados de homenagens. Serão menos

de que  
 aq que  
 de aos  
 itinerários de justiça em que porventura tocar o  
 meu renovado automóvel — ficando para mim só,  
 evidentemente, a responsabilidade das derrapagens.  
 E é na obediência daquele mesmo espírito que de-  
 fendia Teresa d'Ávila da sedução das sardinhas,  
 que aqui lhes torno a dizer muito obrigado, com  
 veracidade, de todo o coração e diante de Deus.



Fundação Universida  
 BIBLIOTECA

O que garante uma posição singular ao livro de Gustavo Corção como obra de arte corre em grande parte pelas excepcionais virtudes de estilo desse escritor. Que densa linguagem a de suas páginas trepidantes de emoção, quase perdulárias de riqueza interior e ao mesmo tempo tão sóbrias, tão severas na sua dicção. Antes de usar o verbo, o romantista parece que o descarrega, sem dó nem piedade, de seus valores ornamentais: o que fica é a substância crua e palpante que constitui o material de seu estilo, um estilo que parece mais feito de nervos que de carnes, rijo e imperioso, é de uma vibratildade sempre em alto grau de tensão.

*Moysés Vellinho*

Corção, Gust

Dez anos

68-2813

Impressos para fich

Gustavo Corção é menos um criador de personagens do que um poeta e um filósofo sem método e sem sistema, que aproveita o espetáculo da vida e o utiliza como um caleidoscópio de imagens inteligentes e sensíveis.

*João Pedro de Andrade*